

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ANA PAULA KLAUMANN

**QUAIS OS PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NA INOVAÇÃO SOCIAL?
ANÁLISES A PARTIR DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2021

ANA PAULA KLAUMANN

**QUAIS OS PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NA INOVAÇÃO SOCIAL? ANÁLISES
A PARTIR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Klaumann, Ana Paula

Quais os papéis das universidades na inovação social? Análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Ana Paula Klaumann. -- 2021. 155 f.

Orientadora: Ana Lúcia Tatsch.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Inovações Sociais. 2. Universidade-Sociedade. 3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. I. Tatsch, Ana Lúcia, orient. II. Título.

ANA PAULA KLAUMANN

**QUAIS OS PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NA INOVAÇÃO SOCIAL? ANÁLISES
A PARTIR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia

Aprovado em: Porto Alegre, 30 de março de 2021.

Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch, Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Graziela Ferrero Zucoloto
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Profa. Dra. Helena Maria Martins Lastres
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Márcia Siqueira Rapini
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

*À Francini Klaumann,
minha irmã e grande inspiração*

AGRADECIMENTOS

Estruturei grande parte desse trabalho em um dos anos mais desafiadores da história moderna: o inesquecível 2020. Só pude desempenhar tal esforço com o apoio de um grupo de pessoas, as quais gostaria de deixar os meus agradecimentos.

Aos meus pais, Nelita e Rogério, agradeço por todo suporte e carinho nessa trajetória. Vocês me deram coragem para enfrentar os obstáculos, e me ensinaram que mesmo que as coisas não aconteçam de maneira “fácil”, elas sempre têm um propósito. Em 2020, comemoramos os dez anos da minha “segunda chance”, obrigada permitirem que eu voasse, apesar da preocupação que isso significou! Agradeço à minha irmã, Francini, e lhe dedico esse trabalho. Obrigada por ser um exemplo, por me ensinar a andar de bicicleta, e por me mostrar que a vida não tem um roteiro definido!

Ao meu noivo, Andrey, agradeço por estar ao meu lado e por todos os sacrifícios – nós sabemos que foram muitos. Eu não poderia estar mais feliz em escolher compartilhar a minha vida com com você, que os seis anos que estamos juntos se transformem em sessenta!

Agradeço aos presentes que Porto Alegre me deu, Luísa e Luís, por todos os desabafos e pelas palavras de incentivo. Nós compartilhamos os perrengues do mestrado, e criamos um laço através das palavras “VAI DAR CERTO”. Floripa sempre estará de braços abertos para vocês! Agradeço ao Rafael, por me ouvir todo esse tempo, dando as soluções mais lógicas para os problemas que apareceram – e por me ajudar a manter a minha sanidade mental! Aos colegas do PPGE/UFRGS, obrigada por todos os momentos compartilhados e pelo alívio cômico que os inomináveis grupos de WhatsApp trouxeram!

À professora Ana Lúcia, agradeço por todo o aprendizado, parceria e paciência ao longo desse período. As lições que me ensinaste vão além dos tópicos das disciplinas, tudo que aprendi com a senhora foi fundamental para que eu me torne uma economista melhor!

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, por todos os ensinamentos. A experiência de realizar o mestrado nessa instituição foi de imensa importância para a minha formação. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por propiciar as condições para a realização desse curso.

Gostaria de agradecer aos 59 respondentes da *survey* pelo tempo dedicado com esse trabalho, e por contribuir com a criação de vínculos entre a universidade e a sociedade.

Agradeço pela chance de conhecer e aprender a amar Porto Alegre. Cheguei nessa cidade com a impressão que ela iria me “engolir”, e hoje posso dizer que quem absorveu ela fui eu. A experiência de viver aqui me fez lembrar a razão de ter escolhido a carreira de economista: ajudar o próximo.

Por muito tempo, acreditei que a pós-graduação não era meu lugar. Obrigada a todos que mostraram que eu estava errada!

*“Só existe saber na invenção, na reinvenção,
na busca inquieta, impaciente, permanente,
que os homens fazem no mundo, com o mundo
e com os outros. Busca esperançosa também.”
Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido, 1968*

RESUMO

Inovações sociais (IS) são inovações que têm a finalidade dar respostas às necessidades e problemas sociais, ampliando as capacidades e os meios para a participação dos agentes na construção de soluções. A partir de uma concepção sistêmica, afirma-se que essas inovações podem partir da colaboração e interação de diversos agentes, organizações e instituições. A presente dissertação se propõe a examinar de que forma as universidades desempenham papéis na formulação e concretização das inovações sociais, tendo como objeto de análise a extensão universitária, no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa investigação foi desenvolvida mediante pesquisa indireta, através de revisão bibliográfica, e também via pesquisa direta, por meio da realização de uma *survey*. Para tal, aplicou-se um questionário focalizado em uma amostra das ações de extensão desenvolvidas na UFRGS entre 2016 e 2020. A revisão bibliográfica indica que as universidades desempenham papéis ativos no contexto dessas inovações, na medida em que se engajam para cumprir a sua terceira missão, a qual interliga as instituições de ensino superior às demandas da sociedade. As universidades podem desempenhar papéis na formulação e concretização de inovações sociais através da provisão de recursos, da transmissão de conhecimento, da prestação de serviços, da provisão de soluções e da atuação em nome da sociedade. No Brasil, nota-se que a interação das universidades com a sociedade ocorre, em especial, por intermédio da extensão universitária. O questionário aplicado obteve 59 respostas. Há indicativos de que, no contexto da UFRGS, as ações de extensão podem contribuir para a formulação e operacionalização de inovações de caráter social. As ações investigadas relatam envolver diversos agentes, relacionando-se com a sociedade de maneira direta ou indireta. Suas atividades contribuem, principalmente, para a provisão de recursos e de soluções para a comunidade envolvida no projeto. O desenvolvimento delas se atenta às necessidades que estão postas pela sociedade, e são formuladas considerando o conhecimento presente em diversas disciplinas, e também de fora da comunidade acadêmica. A extensão universitária também tem papel na busca pelo empoderamento dos agentes. Ela enfrenta obstáculos, como o baixo financiamento e a burocracia. Seus principais frutos se ligam à geração de benefícios para a comunidade diretamente envolvida com o projeto, e para a sociedade, de modo geral. Conclui-se, portanto, que as universidades exercem papéis no contexto dos Sistemas Sociais de Inovação, fato que ficou explicitado através da análise do caso da extensão universitária da UFRGS.

Palavras-Chave: Inovações sociais. Universidade-sociedade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Social innovations (SI) are innovations that aim to provide answers to social needs and problems, expanding the capacities and the means for the participation of agents in building solutions. From a systemic conception, it is stated that these innovations can start from the collaboration and interaction of several agents, organizations and institutions. The present work proposes to examine how universities play roles in the formulation and concretization of social innovations, analyzing the university extension, in the context of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). This investigation was carried out through indirect research, through bibliographic review, and also via direct research, by conducting a survey. To this end, a questionnaire was applied focused on a sample of the extension actions developed at UFRGS from 2016 to 2020. The bibliographic review indicates that universities play active roles in the context of these innovations, as they strive to fulfill their third mission, which links higher education institutions to the demands of society. Universities can play roles in the formulation and implementation of social innovations through the provision of resources, the transmission of knowledge, the provision of services, the provision of solutions and acting on behalf of society. In Brazil, it is noted that the interaction of universities with society occurs, in particular, through university extension. The questionnaire applied obtained 59 responses. There are indications that, in the context of UFRGS, extension actions can contribute to the formulation and operationalization of social innovations. The investigated actions report involving several agents, relating directly or indirectly to society. Its activities mainly contribute to the provision of resources and solutions for the community involved in the project. Their development is attentive to the needs that are posed by society, and they are formulated considering the knowledge present in several disciplines, and also from outside the academic community. University extension also plays a role in the search for the empowerment of agents. It faces obstacles, such as low funding and bureaucracy. Its main results are linked to the generation of benefits for the community directly involved with the project, and for society in general. In conclusion, the obtained results of this dissertation provide relevant information on the social innovation systems and the corresponding mechanisms of the universities in playing active roles in this area. This fact was made explicit through the analysis of the UFRGS university extension case.

Keywords: Social innovations. University-society. Federal University of Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

2.1	Modalidades de Inovação Social no Brasil	41
3.1	Desenho da pesquisa e inovação para um programa de inclusão social	56
3.2	Estrutura do processo de inovação social	58
4.1	Dimensões-chave da Inovação Social	74

LISTA DE GRÁFICOS

4.1	Proporção de respostas	73
4.2	Proporção de ações de extensão, por tipo de ação	79
4.3	Frequência de ações de extensão, por área de conhecimento e enquadramento temático	80
4.4	Vinculação das ações de extensão com ensino e pesquisa	81

LISTA DE QUADROS

2.1	Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes	21
2.2	Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes, com base em Cunha e Benneworth (2013)	22
2.3	Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes, com inspiração latino-americana	23
4.1	Dimensões-chave da Pesquisa SI-DRIVE	77

LISTA DE TABELAS

4.1	UFRGS em Números – Ações de extensão	69
4.2	Recursos financeiros disponíveis, por frequência e IMP	82
4.3	Recursos físicos e humanos disponíveis, por frequência e IMP	83
4.4	Características identificadas na Ação de Extensão, por frequência e IMP	84
4.5	Relação da Ação com as necessidades da sociedade, por frequência e IMP	86
4.6	Obstáculos para o enfrentamento da necessidade social, pro frequência e IMP	87
4.7	Interações com agentes externos, por frequência e IMP	88
4.8	Formas de interação, pro frequência e IMP	89
4.9	Aspectos identificados durante a ação, por frequência e IMP	90
4.10	Atividades desempenhadas na ação, por frequência e IMP	91
4.11	Etapas do processo de inovação social, por frequência e IMP	93
4.12	Resultados obtidos com a ação, por frequência e IMP	94

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CRISES	Centre du Recherche sur les Innovations Sociales
DESIS	Laboratório de Design, Inovação Social e Sustentabilidade
FBB	Fundação Banco do Brasil
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IAD	Integrated Area Development
IMP	Índice de Média Ponderada
IS	Inovação Social
JPA	Joint Problematisation Approach
LaDCIS	Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social
MosIUR	Moscow International University Ranking
NESTA	National Endowment for Science, Technology and the Arts
NISP	Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
ReCIS	Redes de conhecimento e inovação social
RTS	Rede de Tecnologias Sociais
RUF	Ranking Universitário Folha
SINGOCOM	Social Innovation, Governance and Community Building
TEPSIE	The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe
UDELAR	Universidad de La República
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WISIR	Waterloo Institute for Social Innovation and Resilience

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INOVAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA	21
2.1	O QUE É INOVAÇÃO SOCIAL?	21
2.2	DUAS TRADIÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL	29
2.2.1	A tradição euro-canadense de economia social	30
2.2.2	A tradição empresarial anglo-americana	34
2.3	AMÉRICA LATINA, BRASIL E A TEMÁTICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	37
2.3.1	Notas sobre casos de inovação social no Brasil: as cisternas no Semiárido, o orçamento participativo em Porto Alegre e o incentivo à reciclagem no Rio de Janeiro	40
2.4	UNINDO OS PONTOS	43
3	OS PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DAS INOVAÇÕES SOCIAIS	46
3.1	SISTEMAS SOCIAIS DE INOVAÇÃO E SISTEMAS DE INOVAÇÕES INCLUSIVAS	46
3.2	PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE	49
3.3	UNIVERSIDADES CONTRIBUINDO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL: ESTUDOS DE CASO	59
3.4	NOTAS ACERCA DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: UM OLHAR PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	63
4	INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	67
4.1	A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	67
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
4.2.1	Amostra e coleta de dados	71
4.2.2	Metodologia e construção da <i>survey</i>	73
4.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	78
4.3.1	Caracterização das ações de extensão	78
4.3.2	Extensão universitária e inovações sociais: é possível estabelecer uma ponte entre os dois temas?	83
4.4	NOTAS ACERCA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO CONTEXTO DA UFRGS	94

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS ÉTICOS	117
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO	119
APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO ELENCADAS NO CATÁLOGO DE AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFRGS	130

1 INTRODUÇÃO

Desde meados do século XIX, o tema da inovação social (IS) desperta interesse. A busca por conceituá-la não se apresenta como uma tarefa fácil, uma vez que os desenvolvimentos teóricos sobre o tema não se apresentam de maneira unívoca, sendo percebidas várias contribuições relevantes. Nota-se que recentemente o assunto tem tomado proporção, sendo identificadas diversas obras que se debruçam sobre o assunto (GODIN, 2012).

No presente trabalho, as inovações sociais serão tratadas como àquelas inovações que, inseridas em determinado contexto histórico e espacial, têm como finalidade atender necessidades humanas que não estão sendo plenamente satisfeitas pelos aparatos estatais e de mercado, por meio da criação de novas relações institucionais, as quais têm potencial para empoderar¹ os agentes de determinada coletividade (MOULAERT; MACCALLUM, 2019; MULGAN, 2019).

Vale esclarecer que reconhecer as especificidades da inovação social não significa ignorar o potencial de outras categorias de inovação, como as inovações tecnológicas e institucionais, inclusive na promoção de melhorias em nível social. Segundo Bulut, Eren e Halac (2013), as demandas que estão postas pela sociedade podem requerer tanto inovações sociais, como tecnológicas, ou ainda uma interligação entre eles. Nesse sentido, os autores apontam a possibilidade de uma dupla causalidade: uma inovação social pode exigir que se desenvolva uma inovação tecnológica, e uma inovação tecnológica pode exigir a adoção de uma inovação de caráter social.

Para o desenvolvimento das inovações sociais, requer-se o comprometimento de uma gama de agentes, conforme apresentado por Zucoloto e Respondevesk (2018) – são citadas as ONGs, as cooperativas, as comunidades, entre outras. É acentuado que as empresas privadas com fins lucrativos também são relevantes nesse contexto. Os autores citam, ainda, a presença das universidades como agentes da inovação social. Nesse sentido, busca-se investigar de que forma as universidades se inserem nas ações ligadas a essa categoria de inovações.

Dorsa (2019) ressalta que é necessário entender as instituições de ensino supe-

¹ “Empowerment is the expansion of assets and capabilities of poor people to participate in, negotiate with, influence, control, and hold accountable institutions that affect their lives” (NARAYAN, 2002, p.xviii).

rior como espaços que produzem, socializam e multiplicam os saberes. Para a autora, é fundamental que as universidades se preocupem com os problemas que estão postos na sociedade, além de ser palco para a emergência de discussões sociais. Ao tratar dessas instituições inseridas em ecossistemas de inovação, Torlig e Resende Júnior (2018) apontam que elas são ativas na construção desses ambientes, promovendo desenvolvimento econômico e social. Os autores pontuam que

[...] em uma dinâmica ecossistêmica, a universidade desempenha um papel crucial e complexo na transformação da sociedade, como ator estratégico nas interações com entes governamentais, industriais e sociais, a universidade pode ser central nas práticas transformadoras que direcionem para uma sociedade do conhecimento, inovadora, desenvolvida e colaborativa (TORLIG; RESENDE JÚNIOR, 2018, p. 7).

As universidades, e as interações que elas criam com outros agentes, são o ponto focal para o desenvolvimento da presente dissertação, uma vez que se busca elucidar que papéis são desempenhados por instituições dessa natureza no contexto das inovações sociais. Predazzi (2012) ressalta que, após séculos de entendimento que as universidades possuíam missões de ensino e pesquisa, passou-se a ter o entendimento de que há uma “terceira missão” das universidades. Isso se alinha à concepção que as universidades podem contribuir para a solução de problemas específicos, assumindo papel estratégico (MAY; PERRY, 2013), criando pontes entre os desenvolvimentos científicos e a sociedade que eles alcançam (BATISTA *et al.*, 2017). Essas pontes podem ter a capacidade de atender necessidades humanas, em especial em nível das comunidades, aprimorando as relações dentro delas, e gerando transformações sócio-políticas.

Dessa forma, apresenta-se como relevante o tema do *engajamento* das instituições de ensino superior com as comunidades. As universidades engajadas desempenham tentativas de melhor se alinhar às necessidades da sociedade, buscando prover benefícios. Esse fenômeno se apresenta de diferentes formas: as universidades podem colocar sua estrutura à disposição da comunidade, podem atender pedidos feitos pela comunidade, podem fazer análises das necessidades e problemas comunitários, e podem desenvolver e oferecer soluções para essas demandas sociais (BENNEWORTH, 2013). Considera-se, portanto, que na medida em que desempenham atividades com significativas contribuições para os atores externos, as universidades acabam por fortalecer a sua terceira missão, unindo os conhecimentos que gera e a sociedade em que se inserem.

Entende-se ser necessário compreender como as atividades desempenhadas no contexto das universidades podem contribuir para o processo de inovação social, analisando como elas se colocam frente às comunidades e suas necessidades sociais. Assim, buscase responder: *quais são os papéis desempenhados pelas universidades para levar a cabo inovações sociais?*

Para responder essa pergunta, realiza-se um estudo de caso tendo como objeto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com foco nas ações de extensão que são desenvolvidas a partir dela, cujos delineamentos metodológicos serão posteriormente descritos. Dessa forma, essa dissertação também busca compreender *como o tema das inovações sociais se insere no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*.

Está claramente apontado que uma das funções apresentadas no regimento geral da Universidade é a de contribuir com o desenvolvimento da região e da nação, bem como promover a qualidade de vida (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020b). Dessa forma, há interesse em compreender se, e como, as inovações sociais são desempenhadas nesse espaço, unindo o arcabouço teórico apresentado com as ações que são desencadeadas no contexto universitário.

As respostas para as perguntas de pesquisa acima formuladas se materializam no cumprimento do seguinte objetivo geral: examinar o papel das universidades na formulação e concretização de inovações de caráter social.

Para que se possa contemplar o objetivo geral dessa dissertação, faz-se necessário que sejam alcançados os seguintes objetivos específicos:

- a) revisar a literatura ligada ao tema da inovação social, considerando a inserção do tema na América Latina, e, em especial, no Brasil;
- b) analisar os papéis das universidades – em especial, os que se ligam à terceira missão –, apontando de que forma essas instituições podem promover esforços que resultem inovações sociais, unindo esse tema ao da interação universidade-sociedade;
- c) a partir de projetos de extensão, mapear os esforços da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a formulação e concretização inovações sociais neste local.

A literatura que envolve a temática das inovações sociais sugere que as práticas que buscam dar impulso para essas inovações têm, no seu cerne, o objetivo de empoderar as coletividades e de enfrentar mazelas sociais que as envolvem. A razão para analisar

inovações sociais se encontra em suas próprias características: entende-se ser relevante compreender de que forma é desempenhada a busca por satisfazer necessidades sociais, tanto por meio de delineamentos teóricos como a partir do olhar para casos, ampliando o conhecimento sobre práticas que podem gerar melhorias no bem-estar das coletividades.

É entendido que a realização de tais inovações exige um papel ativo de determinados agentes, como citado anteriormente. Considerando isso, emerge a ideia de que as universidades são capazes de assumir funções em relação a essas práticas. É importante, portanto, compreender plenamente de que formas essas organizações podem utilizar suas competências para impulsionar iniciativas capazes de gerar benefícios para a sociedade, considerando os recursos e as barreiras para tal.

Como bem apresentado por Rocha (2019), a universidade no Brasil surge de maneira tardia, não sendo pensada para a resolução de necessidades da sociedade, e sim como um *locus* para o desenvolvimento da ciência e transmissão do conhecimento. A autora ressalta que somente nos anos 1960 as atividades de extensão – que colocam a universidade em proximidade com a sociedade – passaram a ser desenvolvidas no país. Nesse sentido, é possível constatar que as instituições de ensino superior possuem fundamental importância na criação e transmissão dos saberes, mas também no relacionamento com a sociedade e na busca por enfrentar em conjunto os seus problemas.

No Rio Grande do Sul, como indicam Morosini e Rossato (2007), as universidades se mostraram relevantes para o enfrentamento de mazelas sociais, em especial na medida em que se interiorizaram. De acordo com os autores, esse movimento se deu de maneira gradual, uma vez que o surgimento de universidades no Rio Grande do Sul também se deu de forma tardia, e concentrada na capital Porto Alegre até os anos 1950. Entre 1950 e 1960, o ensino superior se interiorizou a partir da articulação entre agentes locais, não sendo resultado de políticas específicas, já nos anos 1970 passa a seguir os passos nacionais de “paroquialização”, sendo implantadas universidades em cidades de médio e pequeno porte (MOROSINI; ROSSATO, 2007). Em anos recentes, a política de expansão do ensino superior contribuiu para o aumento do número de instituições de ensino superior no estado, ampliando os cursos de graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa (SILVA, 2018).

Concebe-se que as universidades desempenham os papéis citados conforme o contexto em que se inserem. Assim, entendendo-se que o olhar para um caso específico – nessa

pesquisa, o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – possibilitará que sejam apontadas características da realidade dessa instituição e dos agentes com ela envolvidos no que diz respeito ao tema apresentado.

Dessa forma, uma vez que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul se coloca como promotora de melhorias na qualidade de vida da sua região e nação, é relevante identificar quais os movimentos existentes que contribuem para o desenvolvimento de inovações sociais.

Em síntese, o presente trabalho se justifica pela necessidade de maior clareza no que diz respeito ao papel das instituições de ensino superior na promoção de iniciativas que visam atender necessidades humanas. Assim, é possível dar visibilidade para algumas das formas que as universidades – em especial, a UFRGS – utilizam-se para promover melhorias no tecido social.

A dissertação se vale do método histórico – na medida em que busca investigar o conhecimento presente na literatura já consolidada sobre o tema –, e do método monográfico – uma vez que se propõe a aprofundar o caso específico das inovações sociais que podem emergir no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse trabalho pode ser considerado teórico-empírico, dado que sintetiza conceitos relevantes em seu escopo, e se utiliza de instrumentos empíricos que buscam elucidar as questões postas.

Em um primeiro momento, é utilizada a pesquisa indireta, através da literatura sobre inovação social, bem como sobre a interação existente entre universidade e sociedade. Essa modalidade de pesquisa é útil para que os principais termos do debate sejam compreendidos e sistematizados.

Em seguida, é realizada uma pesquisa direta, por meio de um levantamento (*survey*), a partir da aplicação de um questionário estruturado, alinhado com a revisão de literatura apresentada e focado nas atividades desempenhadas dentro da UFRGS. Esse levantamento foi realizado com foco em atividades de extensão. Para tanto, líderes de ações de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram consultados e responderam a um questionário virtual.

Partindo das classificações apresentadas por Prodanov e Freitas (2013), é possível conceber que essa pesquisa como exploratória, na medida em que busca tratar do objeto a partir do levantamento bibliográfico e da constituição de uma *survey*, além da análise

de exemplos já consolidados na literatura.

A dissertação se organiza, além da presente introdução, como segue.

O Capítulo 2 trata do tema da inovação social. Foi realizada uma revisão de literatura, aprofundando os temas ligados a essa categoria de inovações, fazendo considerações sobre o conceito e suas principais características, e expondo brevemente os resultados do Projeto *Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE), uma vez que ele serve de inspiração para o estudo de caso a ser desenvolvido. Além disso, são abordadas as duas tradições de inovação social e seus delineamentos teóricos. Busca-se também apontar como esse tema se apresenta na América Latina, em especial no Brasil, a partir da análise de obras que abordam casos específicos.

O Capítulo 3 se debruça sobre o papel das universidades nesse contexto. Para tal, inicia-se inserindo o tema dos Sistemas Sociais de Inovação, buscando compreender a relevância das interações para o desenvolvimento dessa modalidade de inovação. São considerados, então, os papéis das universidades, partindo de uma literatura acerca da interação entre universidade e sociedade, buscando apontar as práticas que podem ser adotadas. Por fim, busca-se compreender a questão da extensão universitária inserida nas instituições de ensino brasileiras e sua relação com a terceira missão.

O Capítulo 4 apresenta o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir das conclusões teóricas obtidas nos capítulos anteriores, realiza-se uma *survey* que intenta mapear a promoção da inovação social na UFRGS. Primeiramente, introduz-se o tema da UFRGS e sua relação com a extensão universitária, para em seguida detalhar a metodologia adotada para a realização da pesquisa. Por fim, são apresentados e discutidos os principais resultados obtidos a partir das respostas coletadas.

O Capítulo 5 encerra a dissertação, fazendo as considerações finais do estudo e apontando algumas considerações acerca do papel das universidades na promoção de inovações sociais, com ênfase no caso da UFRGS.

2 INOVAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA

Compreender os delineamentos teóricos acerca da temática da inovação social se coloca como tarefa essencial para que seja desenvolvida de maneira coerente a pesquisa que investiga como esse assunto se insere nas universidades, com foco na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na presente revisão de literatura, busca-se compreender o conceito de inovação social, levando em consideração a sua trajetória histórica, suas principais características, e a inserção do debate no século XXI, a partir da tradição euro-canadense de economia social e da tradição empresarial anglo-americana. Ainda serão apresentadas as principais características sobre a forma que esse assunto está sendo tratado na América Latina, com ênfase no Brasil, em anos recentes.

2.1 O QUE É INOVAÇÃO SOCIAL?

Godin (2012) acentua que autores desenvolvem interpretações para o conceito de inovação social desde o século XIX. É possível notar que recentemente essa categoria tem recebido especial atenção². Várias são as definições encontradas na literatura, no escopo das ciências sociais, em áreas como economia e administração. Bignetti (2011), por exemplo, identifica onze diferentes conceituações, conforme o Quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000, <i>in</i> Dagnino <i>et al.</i> , 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.

Continua na próxima página

² O uso de bases de dados ajuda a elucidar essa questão. Ao pesquisar o termo “*social innovation*”, utilizando o filtro temporal de 2000-2021, e restringindo a busca por periódicos revisados por pares, foram obtidos 428.339 resultados no Portal de Periódicos CAPES/MEC no dia 15 de fevereiro de 2021 (BRASIL, 2021).

Standford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert <i>et al.</i> (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e empowerment) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills <i>et al.</i> (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray <i>et al.</i> (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: Bignetti (2011, p. 6).

Ainda no mesmo sentido, Cunha e Benneworth (2013) indicam treze conceituações para o termo. O Quadro 2.2 indica nove delas, uma vez que os autores também citam Mulgan *et al.* (2007), Phills *et al.* (2008), Pol e Ville (2009) e Murray *et al.* (2010).

Quadro 2.2 – Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes, com base em Cunha e Benneworth (2013)

Autor	Conceito
Adams e Hess (2008)	Novas formas de enfrentar necessidades sociais, através da criação de capacidades, recursos e oportunidades
Bacon <i>et al.</i> (2008)	Novas ideias formuladas para atender necessidades sociais
Caulier-Grice <i>et al.</i> (2012)	Novas soluções que, simultaneamente, atendem uma necessidade social e ampliam/melhoram as capacidades de ação
Center of Social Innovation	Novas ideias que enfrentam desafios (sociais, culturais, econômicos e ambientais) e alteram as estruturas que originaram os desafios
Howaldt e Schwarz (2010)	Novas combinações/configurações de práticas visando satisfazer ou responder necessidades e problemas em determinadas áreas ou contextos sociais
Moulaert <i>et al.</i> (2005)	São mudanças que levam à uma maior inclusão em diferentes esferas da sociedade, dependendo do contexto e do caminho/processo
Neumeier (2012)	Mudanças nas atitudes/comportamentos/percepções de uma rede de indivíduos alinhados, gerando novas formas de ações dentro e fora do grupo

Continua na próxima página

OCDE	Busca por novas respostas para problemas sociais, melhorando a qualidade de vida de indivíduos e comunidades
Westley e Antadze (2010)	Processo de adoção de inovações que alteram as rotinas, fluxos de recursos e crenças do sistema social de determinado contexto

Fonte: Elaborado com base em Cunha e Benneworth (2013).

Além disso, outras três conceituações são consideradas relevantes para a construção do conceito (Quadro 2.3), partindo de concepções latino-americanas sobre o tema.

Quadro 2.3 – Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes, com inspiração latino-americana

Autor	Conceito
Casas <i>et al.</i> (2013, p. 40) (<i>in</i> Dutrénit; Sutz (2013))	Processo de criação e difusão de novas práticas sociais, em diversas áreas da sociedade. Utilizam novas tecnologias, organizações e/ou ideias para alcançar metas sociais, culturais e políticas voltadas para a inclusão social.
Pozzebon, Tello-Rozas e Heck (2017, p. 2)	Processo político de reconfiguração sócio-técnica, que gera transformações sociais, através da mobilização de grupos da sociedade (Nota: as autoras tomam o conceito de tecnologias sociais como sinônimo do conceito de inovações sociais)
CEPAL (<i>in</i> Rey de Marulanda e Tancredi (2010, p. 7))	Novas formas de realização de atividades e organização, que geram resultados melhores e mais eficientes. Esses processos fortalecem a participação das comunidades envolvidas, transformando os indivíduos em protagonistas de seu desenvolvimento.

Fonte: Elaborado com base em Casas *et al.* (2013), Pozzebon, Tello-Rozas e Heck (2017), Rey de Marulanda e Tancredi (2010).

Tendo como base as conceituações expostas nos trabalhos acima referenciados, e em outros trabalhos que se debruçam sobre a mesma temática – como Konstantatos, Siatitsa e Vaiou (2013), Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), Jessop *et al.* (2013), Levesque (2013) –, pode-se dizer que o termo “inovação social” se refere à formulação de novos métodos para dar respostas aos problemas sociais. As inovações sociais se desencadeiam, uma vez reconhecidas as necessidades que agentes de determinado território possuem, a partir da criação de mecanismos para solucionar essas questões, de forma a contribuir para o empoderamento dos agentes e para o seu bem-estar.

André e Abreu (2006) apresentam os atributos fundamentais dessa categoria de inovação, que se referem ao seu objetivo de satisfazer necessidades humanas, promovendo inclusão social e capacitando os atores envolvidos, de modo a gerar alterações nas relações de poder. Os autores, ao observarem comparações da inovação social com a inovação tecnológica, deixam claro que a primeira costuma ter um caráter não mercantil, enfatizando o papel da ação coletiva e da geração de mudanças nas relações sociais. Nesse sentido, o fator que move os esforços voltados para a inovação social “não é a concorrência, mas

sim a necessidades de vencer adversidades e riscos, embora a possibilidade de aproveitar oportunidades e de responder a desafios pareça ser também o grande incentivo” (ANDRÉ; ABREU, 2006, p.127).

Dado isso, são interessantes as contribuições feitas por Cloutier (2003) para a definição de inovação social. É ressaltado o caráter inovador das práticas, bem como seu objetivo de promover o bem-estar social, tanto de indivíduos, como de comunidades; o que, para ela, dá sentido ao conceito. Deixa claro que a “cooperação dos atores sociais” é de grande relevância para alcançar resultados específicos e dar respostas a situações insatisfatórias.

Cloutier (2003), após realizar importante revisão bibliográfica, chega a três modalidades de inovação social: a primeira possui foco no indivíduo, com o intuito de atender alguma demanda social específica, empoderando os atores envolvidos; a segunda dá ênfase ao ambiente e ao território, visando uma transformação em toda a coletividade, por vezes passando pela transformação de suas instituições; e a terceira se relaciona com as empresas, almejando criar novos conhecimentos e técnicas, além de formas distintas de organização do trabalho que resultem em melhorias na qualidade de vida nesses espaços.

Uma condição essencial para a emergência de inovações sociais é a participação ativa dos usuários. Considerando isso, o processo que se percorre é relevante, uma vez que ele tem como resultado a aprendizagem dos indivíduos e a criação de redes entre eles – existindo a troca e a criação de conhecimento. Sobre as formas como essa categoria de inovação se apresenta, pode-se apontar que

Não assume uma forma específica que a identifique de imediato. A inovação social pode ser processual e interessar a práticas, processos e serviços específicos. Pode ser organizacional e referir-se à organização social das atividades (reorganização do trabalho, novos papéis, modificação dos papéis das organizações e instituições). A inovação institucional e social refere-se principalmente a leis, políticas, padrões e regras do jogo. Finalmente, a inovação social pode ser tangível (tecnologia, produto) (CLOUTIER, 2003, p.41, tradução nossa)³.

Um relatório formulado pelo projeto *The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe* (TEPSIE), da União Europeia, apresenta

³ No original: “Elle ne prend pas une forme spécifique qui permettrait de l’identifier d’emblée. L’innovation sociale peut être procédurale et concerner notamment les pratiques, les procédés et les services. Elle peut être d’ordre organisationnel et faire référence à l’organisation sociale des activités (réorganisation du travail, nouveaux rôles, modification des rôles des organisations et institutions). D’ordre institutionnel, l’innovation sociale fait principalement référence aux législations, aux politiques, aux normes et aux règles du jeu. Enfin, l’innovation sociale peut être tangible (technologie, produit)”.

uma tipologia das inovações sociais, colocando-as em cinco categorias:

- a) novos serviços e produtos (como exemplo, é citada a construção de casas sustentáveis);
- b) novas práticas (como a atribuição de novas funções aos agentes da sociedade);
- c) novos processos (a exemplo do orçamento participativo, que será abordado em momento oportuno);
- d) novas regras e regulações (como a criação de novas leis);
- e) novas formas organizacionais (desenvolvimento de novas estruturas de governança, como as empresas sociais).

Os autores do relatório admitem a possibilidade da mesma inovação social preencher mais de uma categoria (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p.15, 36).

De forma consistente com os pontos acima focalizados, é relevante considerar que as necessidades que as inovações sociais buscam solucionar envolvem diversas dimensões, as quais, de acordo com Lin e Chen (2016), são relacionadas ao combate à pobreza, à geração de empregos, ao desenvolvimento de capacidades, ao encorajamento da participação dos indivíduos na mudança, e às alterações nos hábitos de consumo e de produção. Os autores determinam que as inovações sociais podem se tornar sustentáveis e bem-sucedidas na medida em que envolvem múltiplos atores, que dialogam e se comprometem, colocando também a liderança como fator chave.

Para Nicholls e Murdock (2011), a inovação social pode ser encarada como uma sexta onda de macro inovações⁴, indicando que há potencial para que ela seja influente como as ondas anteriores, sendo capaz de alterar lógicas institucionais, normas e tradições. Os autores sublinham a existência de três níveis de inovação social, considerando sempre que essa categoria é uma construção política e social: as inovações incrementais focam em produtos e serviços, e são voltadas para consertar falhas de mercado; as inovações institucionais focam nos mercados e buscam reconfigurar estruturas e padrões existentes, de modo a criar valor social; e as inovações disruptivas focam em políticas/movimentos sociais, visando mudar as relações de poder e beneficiar grupos menos privilegiados.

⁴ Fazendo referência às ondas de mudanças técnicas, apontadas pelos autores como: a Revolução Industrial (1771-1829); a era do vapor e das ferrovias (1829-1875); a era do aço, da eletricidade e da engenharia pesada (1875-1908); a era do petróleo, do automóvel e da produção em massa (1908-1971); e a era da informação e das telecomunicações (1971-hoje) (NICHOLLS; MURDOCK, 2011, p.1).

Vale lembrar que Taylor (1970) aponta que a tarefa de implantar, e, principalmente, de manter as mudanças sociais não é simples. Na visão do autor, cinco princípios se colocam como essenciais para o sucesso de inovações sociais. O autor chega a esses princípios a partir da análise de um projeto de reabilitação vocacional que se desenvolveu na década de 1960. São eles:

- a) o princípio do investimento máximo: o alto investimento destinado ao projeto gera entusiasmo e comprometimento à sua aplicação;
- b) o princípio da cooptação: a cooptação de agentes de outros grupos e agências possibilita a continuidade do projeto;
- c) o princípio da responsabilidade igualitária: cada membro envolvido no projeto deve ter a mesma responsabilidade em formular e reformular as questões a serem enfrentadas;
- d) o princípio da pesquisa como peça criativa: os atores devem ter liberdade para apresentar ideias e fazer questionamentos, gerando um ambiente organizacional coeso e com alta capacidade de inovação;
- e) o princípio da liderança da pesquisa ideológica: o líder deve assumir um papel não só técnico, e sim agir como um administrador e teórico, apresentando uma direção ao projeto, além de limites e regras a serem cumpridas.

Os aspectos salientados deixam claro que a interação entre os atores – gerando ações de caráter coletivo, visando melhorias do bem-estar e a busca por ultrapassar algum obstáculo social – dão o tom às práticas de inovação social. Nesse sentido, pode ser ressaltado que essa categoria de inovação não trata apenas do resultado, mas de todo o processo que a envolve e do conhecimento gerado a partir dela, o qual é capaz de gerar empoderamento e alterar estruturas de poder e de privilégio.

O conceito de inovação social por vezes se aproxima com o que se denomina “tecnologia social”. Essas tecnologias, que se ligam com os atores e com o local em que são implementadas, podem ser tratadas como métodos, técnicas, e produtos que carregam uma lógica mais sustentável e solidária. Elas são desenvolvidas para contribuir com o processo de inclusão social, e construídas de forma participativa, buscando enfrentar

problemas sociais (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; JESUS; COSTA, 2013)⁵.

A transformação social é o grande objetivo das referidas tecnologias. Deve-se ter claro que esse processo é, fundamentalmente, um processo político. As tecnologias sociais, ao partirem de um processo participativo, coletivo e democrático, acabam por gerar as mudanças através do rearranjo dos recursos por parte dos grupos sociais envolvidos (POZZEBON; TELLO-ROZAS; HECK, 2017).

Ainda são identificados autores, como Medeiros *et al.* (2017), que entendem as tecnologias sociais como ferramentas para a inovação social. Após a análise dos principais trabalhos que tratam dos dois temas, os autores destacam que ambos se referem à transformação social, mas a partir de diferentes perspectivas.

As tecnologias sociais são aplicadas com mais eficiência a comunidades e localidades (nível micro), e as inovações sociais correspondem a iniciativas implementadas em comunidades locais e que se expandem para regiões e nações (níveis micro, meso e macro). É no nível macro que se pode analisar as transformações sociais, proporcionadas pela IS (MEDEIROS *et al.*, 2017, p. 969).

Os autores avultam que, para uma tecnologia social se traduzir em uma inovação social, ela deve ser efetivamente implementada. Isso significa que não basta que a tecnologia seja disponibilizada em determinado local, ela deve ser de fato utilizada pela coletividade ali presente. Isso faz com que os indivíduos alcançados por essa tecnologia compreendam o seu poder transformador, bem como a maneira que ela pode os empoderar (MEDEIROS *et al.*, 2017).

Baumgarten (2007, p. 291) esclarece que as tecnologias sociais são importantes instrumentos para a emancipação social, e fazem emergir “uma nova relação entre produção/acumulação/distribuição de renda”. Ligadas a demandas concretas de uma determinada sociedade, as tecnologias sociais são capazes de ser reaplicadas. Isso significa que elas podem ser difundidas, mas sendo expostas a adaptações, conforme o contexto em que passam a se inserir. A autora também indica que essas tecnologias contribuem para a construção do conhecimento, através das trocas de saberes de diversos campos e disciplinas.

O Projeto *Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE) contribui para que se tenha um panorama geral acerca das práticas ligadas às inovações de caráter

⁵ O conceito adotado no presente trabalho difere da concepção de “social technology”, cunhada por Nelson e Sampat (2001), que se refere à ideia de que as tecnologias possuem uma dimensão física, e uma social, sendo essa segunda fortemente relacionada com a forma que os agentes organizam a produção.

social. Esse projeto foi desenvolvido no contexto do Sétimo Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Comunidade Europeia. Ele possuía como objetivo geral mapear as iniciativas de inovação social no mundo, tendo a participação de pesquisadores de diferentes países (ao todo, são vinte e cinco instituições parceiras, sendo dezesseis situadas em países da Comissão Europeia, e nove de outros locais do mundo), fazendo uma análise comparativa entre setores e regiões (HOWALDT *et al.*, 2016). Foi publicada um conjunto de relatórios, os quais são relevantes para que se compreenda como as inovações sociais se desenvolvem em âmbito regional e setorial, levando os pesquisadores envolvidos a uma série de conclusões, as quais são sumariadas no que se segue.

Percebeu-se que as práticas de inovação social têm se desenvolvido de diversas maneiras, apresentando uma grande ampliação no século XXI, tendo capacidade de influenciar diretamente na vida das pessoas. Ainda que se note a ampliação das práticas, não há em todos os locais do globo interesse por parte dos governos sobre o assunto, porém, ao olhar para a pesquisa como um todo, nota-se a participação do setor público, do setor privado, e da sociedade civil (HOWALDT *et al.*, 2016).

Os pesquisadores identificaram que metade das inovações de caráter social é radical, na medida em que a outra metade trata de adaptações de práticas já existentes. O guia para a implantação dessas inovações – sejam elas radicais ou incrementais – é a necessidade de responder os desafios sociais específicos, ou as demandas sociais locais. Ganha destaque também a ideia de que a tecnologia pode ser uma promotora de inovações sociais.

Nota-se a formação de redes a partir dessas iniciativas, tendo o tema da cooperação entre setores e agentes – os quais podem ser empregados, voluntários, ou agentes externos – como importante característica. A maior parte das inovações sociais é desenvolvida a partir de pequenos grupos de agentes, incluindo até seis parceiros. As principais funções dos agentes se dividem entre a formulação de ideias e o financiamento.

Os autores então apontam quais as condições para o desenvolvimento de um ecossistema de inovações sociais, são elas: uma sociedade civil ativa e indivíduos inspirados e empreendedores; recursos financeiros; novas tecnologias; redes e plataformas de cooperação; um ambiente legislativo favorável; um senso de urgência; e transformações políticas. Deve-se considerar, portanto, que

Isso não é apenas uma questão de *financiamento adequado*, mas também de *novas estruturas de participação e colaboração, cocriação e envolvimento do usuário, empoderamento e desenvolvimento de recursos huma-*

nos. Deve-se prestar atenção à invenção e ao seu desenvolvimento, bem como à sua difusão e imitação. Deste processo de inovação e recursos de perspectiva de desenvolvimento, capacidades e restrições, motivadores e barreiras não são relevantes apenas para a invenção e implementação, mas também para a escala e difusão de inovações bem-sucedidas (HOWALDT *et al.*, 2016, p.151, tradução nossa, grifos no original)⁶.

Por fim, salienta-se que, em relação ao orçamento que as iniciativas mapeadas detinham, pode-se notar forte heterogeneidade de valores. Os recursos são, de modo geral, provenientes de contribuintes internos, setor público, sociedade civil e companhias privadas. Howaldt *et al.* (2016) perceberam que as últimas desempenham um papel maior que a literatura lhe confere.

2.2 DUAS TRADIÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL

Shockley (2015) ressalta que existem atualmente duas correntes de pesquisa sobre inovação social. De um lado, encontra-se a literatura (posteriormente, Moulaert e MacCallum (2019) chamaram de “tradição”) euro-canadense de economia social, e, do outro, a literatura empresarial anglo-americana⁷. É relevante investigar as particularidades de cada uma dessas literaturas. Antes disso, vale destacar que há três pontos de concordância entre os autores que tratam da inovação social na contemporaneidade:

Em primeiro lugar, a IS *não é redutível a nenhum campo específico de esforço prático* (como empreendimento social ou aproveitamento de TIC para fins sociais ou jardinagem comunitária, por exemplo), mas serve como uma forma de compreender uma ampla gama de atividades e práticas. Em segundo lugar, a IS é orientada para *abordar problemas sociais e/ou atender às necessidades humanas*. Terceiro, ela precisa ser considerada não apenas em termos de seus resultados – resolução de problemas ou atendimento de necessidades materiais – mas também em relação a seus processos e práticas (MOULAERT; MACCALLUM, 2019, p.42, tradução nossa, grifos no original)⁸.

⁶ No original: “This is not only a matter of *appropriate funding* but also of *new participation and collaboration structures, co-creation and user involvement, empowerment and human resources development*. Attention has to be paid to the invention and its development as well as its diffusion and imitation. From this innovation process and development perspective resources, capabilities and constraints, drivers and barriers are not only relevant for the invention and implementation but also for scaling and diffusion of successful innovations.”

⁷ Tradução nossa dos termos “*Euro-Canadian social economy tradition*” e “*Anglo-American entrepreneurship tradition*” (MOULAERT; MACCALLUM, 2019, p.42).

⁸ No original: “First, SI *is not reducible to any specific field of practical endeavor* (such as social enterprise, or harnessing ICT for social ends, or community gardening, for example) but serves as a way of understanding a broad range of activities and practices. Second, SI is oriented to *addressing social problems and/or meeting human needs*. Third, it needs to be considered not simply in terms of its outcomes – solving problems or meeting material needs – but also in relation to its processes and practices”.

2.2.1 A tradição euro-canadense de economia social

A primeira linha de pesquisa a ser tratada é a tradição euro-canadense de economia social. Shockley (2015) ressalta a obra *The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*, de Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood e Abdelillah Hamdouch (2013), assinalando que seus 35 capítulos – desenvolvidos com a contribuição de 61 autores – são relevantes para a sistematização dos argumentos dessa corrente.

Nesse contexto, ainda são indicadas duas importantes organizações: o *Waterloo Institute for Social Innovation and Resilience* (WISIR) (uma iniciativa ligada à Universidade de Waterloo e focada nas dinâmicas de aprendizagem, adaptação e inovação no Canadá, centrada nas áreas de desenvolvimento sustentável e de saúde mental), e o *Centre du Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) (um centro de pesquisa ligado à Faculdade de Ciências Humanas e à Escola de Ciências Gerenciais da Universidade de Quebec em Montreal, que focaliza as inovações sociais nas áreas de políticas e práticas sociais, território e comunidades locais, empresas coletivas, e trabalho/emprego) (WATERLOO INSTITUTE FOR SOCIAL INNOVATION AND RESILIENCE - WISIR, 2020; CENTRE DU RECHERCHE SUR LES INNOVATIONS SOCIALES - CRISES, 2020) .

Como apresentado anteriormente, a inovação social tem como objetivo principal enfrentar problemas sociais que, de outra maneira, não seriam combatidos. Pode-se dizer que uma inovação social

Ocorre porque ações, estratégias, práticas e processos socialmente inovadores surgem sempre que problemas de pobreza, exclusão, segregação e privação ou oportunidades de melhoria das condições de vida não podem encontrar soluções satisfatórias no ‘campo institucionalizado’ da ação pública ou privada (MOULAERT *et al.*, 2013b, p.2, tradução nossa)⁹.

De acordo com a visão euro-canadense e seus representantes, existem três características que são genéricas e inter-relacionadas, as quais reconhecem e conectam diversas dimensões da vida humana, e criam uma ponte entre a descrição de práticas e o constructo teórico existente.

⁹ No original: “Occurs because socially innovative actions, strategies, practices and processes arise whenever problems of poverty, exclusion, segregation and deprivation or opportunities for improving living conditions cannot find satisfactory solutions in the ‘institutionalized field’ of public or private action.”

A primeira dimensão a ser apresentada se refere à satisfação de necessidades humanas. Moulaert *et al.* (2005) assinalam que, tendo em vista a relevância dos fatores temporais e locais, determinadas necessidades humanas deixam de ser enfrentadas por ser muito cedo ou muito tarde para concebê-las como importantes pelo Estado ou pelo mercado. A reconfiguração das relações sociais é a segunda característica apresentada. A mudança se dá nos mecanismos de governança e de participação de diferentes grupos da sociedade na busca pela mitigação das mazelas sociais. Finalmente, a terceira característica se liga ao empoderamento e à mobilização política. A elevação das capacitações sociopolíticas dos agentes pode alterar as relações de poder no contexto das inovações sociais e, segundo Moulaert (2009), as comunidades locais poderiam ter um maior controle e uma construção democrática de sua própria governança.

Dado o que foi acima exposto, vale apontar que essa literatura dá ênfase ao papel das comunidades locais e para as iniciativas de ação coletiva. Moulaert, MacCallum e Hillier (2013) ressaltam que as iniciativas de inovação social, com frequência, partem das pessoas que são afetadas por problemas de privação de recursos e exclusão. Essas iniciativas não podem se apresentar de forma separada dos contextos socioculturais e sociopolíticos. Ao se questionarem se a vizinhança pode salvar a cidade, Moulaert *et al.* (2010) deixam claro que as comunidades têm um papel relevante na busca pela democracia e pela garantia de direitos básicos, além de ter capacidade de se reinventar socialmente.

Chambon, David e Devevey (1982, *apud* Jessop *et al.* (2013)) também enfatizam o papel das ações coletivas para a satisfação de necessidades humanas específicas, indicando ainda que a inovação social não é, necessariamente, o mesmo que intervenção estatal. Para os autores, a ação do governo pode ser uma barreira ou uma arena para essa modalidade de inovações. Nesse sentido, questiona-se de que forma o Estado pode agir de maneira a impulsionar as inovações sociais, estando presente na literatura da tradição euro-canadense de economia social a indicação de que práticas *bottom-linked* podem ser positivas.

Essa categoria se refere a práticas que se desenvolvem a partir da aliança entre instituições – as quais podem ser ligadas ao governo –, que são responsáveis pela implementação de prática do tipo *top-down*, e movimentos sociais/cidadãos/coletividades, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento de práticas *bottom-up*. Essas iniciativas são relevantes, uma vez que podem promover diferentes formas de cooperação em determi-

nado território, servindo de subsídio para o desenvolvimento de inovações sociais e para a sua durabilidade (PRADEL; GARCÍA; EIZAGUIRRE, 2013; EIZAGUIRRE *et al.*, 2012; MOULAERT; MACCALLUM, 2019).

As iniciativas dessa natureza são definidas como processos de construção, envolvendo momentos de aprendizado, de conflito e de negociação entre as partes. Moulaert e colegas apontam – a partir de exemplos da Antuérpia, Nova Iorque e Barcelona – que as políticas do tipo *bottom-linked* têm gerado inovações sociais de sucesso. Ademais, salientam que “a governança local *bottom-linked* revela as necessidades reais, mostra as falhas nas instituições políticas locais e apresenta as experiências de uma nova politização inclusiva” (MOULAERT *et al.*, 2019, p.65, tradução nossa)¹⁰.

A formulação de práticas de inovação social passa ainda pelos temas da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Nicolescu (2014) esclarece que a primeira trata do compartilhamento de métodos entre disciplinas, estando no âmbito da pesquisa disciplinar; e a segunda se refere à extrapolação dos limites dessa modalidade de pesquisa, referindo-se a aspectos que estão dentro e fora das disciplinas, com o objetivo de compreender o mundo. Esses dois elementos dão o tom para a pesquisa e as ações ligadas à inovação social. É entendido que, para contribuir com o aprimoramento da qualidade de vida dos indivíduos presentes nas sociedades, não é suficiente o conhecimento presente em disciplinas isoladas (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). Novy, Habersack e Schaller (2013) esclarecem que a transdisciplinaridade se faz necessária quando existe um problema que envolve conceitos complexos, sendo necessárias múltiplas perspectivas e interesses. Os autores ainda frisam que projetos desse tipo acabam por ser ameaçados, uma vez que quase sempre representam parcerias temporárias. A pesquisa que se desenvolve no âmbito da inovação social é dedicada a gerar mudanças substantivas para as comunidades que afeta, devendo se nutrir do conhecimento que é produzido socialmente (MOULAERT; VAN DYCK, 2013).

Moulaert e MacCallum (2019) destacam que os trabalhos nessa área possuem uma abordagem de problematização conjunta (*Joint Problematization Approach – JPA*). Esse conceito trata de uma visão conjunta do problema social, o que os autores chamam de “questão social”. Busca-se então, a partir da avaliação e da interpretação coletivas, gerar uma possibilidade de solucioná-lo. Para realizar essa tarefa, a JPA combina uma visão

¹⁰ No original: “Local bottom-linked governance reveals the real needs, shows the failures in local political institutions and lays out the experiments of new inclusive politicization”.

holística – no sentido de que a produção de conhecimento tem valor, e que deve ser reconhecida dentro dos contextos político-institucionais – e uma visão pragmática – que relaciona ciência e sociedade. Na medida em que o pragmatismo pode ser classificado como um método filosófico e científico, o holismo se debruça sobre casos específicos, de modo a desenvolver o conhecimento e formular políticas (MOULAERT; MEHMOOD, 2013).

Os desenvolvimentos teóricos apresentados anteriormente foram transplantados para diversos projetos de pesquisa, em especial no contexto europeu. Dentre os quais, podem-se citar quatro:

- a) *Integrated Area Development (IAD)*: o objetivo dessa abordagem, de acordo com Van Dyck e Van der Broeck (2013), é criar oportunidades em áreas “desintegradas”. A partir da criação de uma rede com diferentes atores, que valoriza as diversidades socioculturais, busca-se gerar desenvolvimento sustentável com base na cooperação entre os agentes e de iniciativas *bottom-linked*.
- b) *Social Innovation, Governance and Community Building (SINGOCOM)*: Moulaert e Mehmood (2013) esclarecem que, a partir de um olhar sobre a vizinhança, o projeto visa o progresso humano a partir de uma posição ética, criando estratégias para enfrentar aspectos da exclusão social a partir de inovações sociais.
- c) *KARTASIS project*: com base em um grupo de discussão, esse projeto se preocupa com a promoção de uma melhor comunicação entre os diferentes atores envolvidos no processo de enfrentamento dos problemas sociais (KONSTANTATOS; SIATITSA; VAIIOU, 2013).
- d) *Social Polis: Social Platform on Cities and Social Cohesion*: busca-se construir uma agenda de pesquisa voltada para a coesão social no meio urbano, de forma a criar um aprendizado coletivo, envolvendo diferentes atores no processo e focando em vários aspectos da vida social, mas de maneira não fragmentada¹¹ (NOVY; HABERSACK; SCHALLER, 2013).

¹¹ “Researchers who concentrate on only one dimension predefine social cohesion in a simple way and offer easy answers: some fall into the culturalist trap and embrace either multiculturalism or promote law and order; others reduce the problem to a question that can be solved by one-size-fits-all policies” (NOVY; HABERSACK; SCHALLER, 2013, p.437)

2.2.2 A tradição empresarial anglo-americana

O segundo bloco de literaturas emergiu, de acordo com Moulaert e MacCallum (2019), especialmente das pesquisas relacionadas à gestão empresarial e organizacional. Dentre as diversas obras de relevância presentes nessa literatura, vale destacar o livro *The Open Book of Social Innovation*, de Robin Murray, Julie Caulier-Grice e Geoff Mulgan (2010), o qual faz parte de uma série de trabalhos que trata dos métodos e problemas ligados ao tema da inovação social.

Podem ser citadas como representantes dessa tradição as instituições *National Endowment for Science, Technology and the Arts* (NATIONAL ENDOWMENT FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND THE ARTS - NESTA, 2020) – uma fundação que trata da inovação de maneira prática e colaborativa, focada em desafios enfrentados pela sociedade, situada no Reino Unido –, *Stanford Business School* (STANFORD BUSINESS SCHOOL - SBS, 2020) – a escola de negócios da Universidade de Stanford possui um centro de pesquisa dedicado à inovação social, o qual se propõe a educar para a mudança social e ambiental – e *The Young Foundation* (THE YOUNG FOUNDATION - TYF, 2020) – uma fundação que busca, tanto a partir de delineamentos teóricos como práticos, desenvolver e conectar comunidades no Reino Unido.

Deve-se sublinhar que essa literatura trata da inovação social como algo que ocorre em diversos setores, não tendo delimitações fixas quanto aos níveis de análise e métodos a serem utilizados. As inovações sociais, tomadas como processos, são conceituadas como inovações que são sociais nos seus fins e nos seus meios, sendo esse constructo teórico o mais adequado para o entendimento de como são produzidas as mudanças sociais (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008)

Phills, Deiglmeier e Miller (2008) indicam que uma inovação social se materializa de diversas formas, podendo resultar em novos produtos, processos, tecnologias, princípios, ideias, legislações, movimentos sociais, intervenções, e até mesmo uma combinação entre duas ou mais formas. A inovação social, tomada como uma forma de enfrentar desafios sociais, é predominantemente prática, resultando não puramente de uma reflexão acadêmica, mas de “pessoas fazendo coisas de novas maneiras” (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p.10, tradução nossa)¹².

¹² No original: “People doing things in new ways”.

Vale enfatizar que, apesar do nome que lhe foi atribuído, há indicativos na literatura de que a inovação social é diferente da inovação empresarial, uma vez que não visa alcançar necessariamente o lucro, mas objetivos sociais, a partir de novas ideias que funcionam (MULGAN *et al.*, 2007). Zucoloto e Respondevesk (2018) problematizam essa questão, destacando que empresas privadas com fins lucrativos são capazes de gerar benefícios aos indivíduos, podendo resultar no enfrentamento de problemas sociais.

Nesse sentido, é importante considerar o que foi frisado por Santos (2012). O autor trata da categoria “empreendedorismo social”, sendo descrita como uma atividade que carrega uma missão social, mas que não necessariamente deixará de perseguir outros objetivos, como os econômicos e ambientais. A particularidade dessa modalidade é a de não ser guiada pelo auto interesse. Considera-se que os empreendedores sociais não apresentam comportamento competitivo, mas se valem da cooperação para alcançar soluções sustentáveis para os problemas. Ressalta-se que a diferença entre o empreendedor social e o empreendedor comercial é a importância maior que o primeiro dá para a questão da criação de valor (colocada como a utilidade/o benefício que os membros da sociedade obtêm com determinada atividade, após a contabilização dos custos incorridos para o seu desenvolvimento), e não para a sua apropriação (que se dá quando um agente, ou um grupo de agentes, consegue capturar o valor criado pela atividade).

O processo de inovação social, de acordo com Mulgan *et al.* (2007), tem como fator importante a interação criada entre os indivíduos, os movimentos sociais e as organizações. Os autores têm claro que as mudanças sociais dependem, fundamentalmente, de alianças criadas entre diversos atores, com foco no que eles chamam de “abelhas” (pequenas organizações, pessoas e grupos que detêm novas ideias) e as “árvores” (grandes organizações com poder e dinheiro para colocar em prática as novas ideias). Uma peculiaridade importante dessa literatura é a identificação de etapas para a realização de inovações sociais. Não concebem, entretanto, que esses esforços sejam realizados a partir de um modelo linear de inovação, em que os resultados são linearmente proporcionais aos esforços realizados. Existem fortes componentes de *feedback* que tornam o processo mais parecido com múltiplas espirais, ao invés de uma linha.

Identificamos seis estágios que levam as ideias do início ao impacto. Esses estágios nem sempre são sequenciais (algumas inovações vão direto para a ‘prática’ ou mesmo ‘escala’) e há ciclos de *feedback* entre eles. Eles também podem ser considerados como espaços sobrepostos, com culturas e habilidades distintas. Eles fornecem uma estrutura útil para

pensar sobre os diferentes tipos de suporte que os inovadores e inovações precisam para crescer (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010, p.12, tradução nossa)¹³.

O primeiro estágio se refere às instruções, inspirações e diagnósticos. Os autores acima citados sugerem que identificar o real problema não é tarefa simples, sendo que um erro de diagnóstico pode ser deletério para a situação. Nesse sentido, entende-se como relevante a compreensão do problema e o que o desencadeou (são citados como fatores que geram esses problemas crises, cortes de recursos, performances pobres, entre outros). Esse estágio, portanto, serve para tornar o problema visível e tangível.

Em um segundo momento, trata-se da formulação de propostas e ideias visando enfrentar o problema social identificado. Salienta-se a existência de diversos métodos e fontes para tal, sendo relevante a união de diferentes agentes e o uso de conhecimento de inúmeros campos para tal, dando um caráter interdisciplinar para a geração de novas ideias.

O estágio seguinte trata dos protótipos e projetos pilotos. Nesse momento, as ideias formuladas passam por uma fase de testes e refinamento a partir da prototipação – que podem ser mais ou menos formais. Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) destacam que essa fase deve ser guiada pela velocidade que é implantada, pela busca por manter os custos reduzidos, pela tangibilidade dos projetos e pelo processo de *feedback* dos usuários para os especialistas.

O quarto estágio se refere à sustentação. Os autores deixam claro que uma minoria das ideias sobrevive à fase de testes, tornando-se usual. Para eles, sempre haverá algum elemento de avaliação que determinará se a ideia terá ou não sucesso. Para uma ideia se tornar sustentável – focando no setor privado – é necessário que exista um modelo de negócios, tendo ideias claras sobre como será possível ter equilíbrio financeiro, e como gerar capital relacional (conhecimento e confiança que se cria entre o empreendimento e os agentes).

Em quinto lugar, foca-se a escala e a difusão. As inovações sociais se difundem de maneira distinta das outras modalidades de inovação, sendo esse processo mais dependente da interação e modificação. Gabriel (2014) reforça que nem toda inovação social terá

¹³ No original: “We have identified six stages that take ideas from inception to impact. These stages are not always sequential (some innovations jump straight into ‘practice’ or even ‘scaling’), and there are feedback loops between them. They can also be thought of as overlapping spaces, with distinct cultures and skills. They provide a useful framework for thinking about the different kinds of support that innovators and innovations need in order to grow.”

potencial para ser escalada, uma vez que há um forte componente contextual-específico. Uma estratégia indicada pela autora para escalar uma inovação social é esclarecer quais são os seus fundamentos – o “*core*” –, estabelecendo os motivos para difundir determinada ideia, além das formas para fazê-lo.

O último estágio se preocupa com a mudança sistêmica. Esse é o grande objetivo de uma inovação social, e também se coloca como a fase mais árdua a se atingir. Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) deixam claro que esse estágio é alcançado quando um sistema fundamental que uma determinada sociedade depende é radicalmente transformado, com base em novos princípios e novos arranjos institucionais.

Nota-se, portanto, que essa visão dá alguns indicativos práticos de como conduzir uma inovação social, devendo-se considerar, conforme Phills, Deiglmeier e Miller (2008), que os mecanismos para a sua realização mudam, como um reflexo das transformações sistêmicas.

2.3 AMÉRICA LATINA, BRASIL E A TEMÁTICA DA INOVAÇÃO SOCIAL

A região latino-americana é palco de grandes desigualdades de renda e substanciais problemas sociais. Lastres (2016, p. 32) argumenta que é necessário buscar desenvolver as nações, considerando as dimensões econômica e social como indissociáveis. Nesse sentido, a autora ressalta que uma nova geração de políticas deve visar, entre outros objetivos, “promover um desenvolvimento enraizado, intensivo em conhecimento, inclusivo, coeso e sustentável, com base em uma perspectiva de longo prazo”¹⁴.

Conforme pontuam Casas *et al.* (2013, p. 39), o processo de desenvolvimento inclusivo passa por uma interconexão entre as inovações tecnológicas e sociais. Isso ocorre na medida em que inovações tecnológicas são adotadas, e exigem mudanças nas formas de organização social, as quais “permitirão introduzir inovações nos processos produtivos que geram o desenvolvimento inclusivo”¹⁵. Os autores ressaltam que o olhar para a mudança social, relacionada com a tecnologia e o conhecimento, é preocupação latente no contexto latino-americano, e que o processo de inovação inclusiva implica na participação

¹⁴ No original: “fostering deep-rooted, knowledge intensive, inclusive, cohesive and sustainable development, based on a long-term perspective”.

¹⁵ No original: “harán posible la introducción de innovaciones en procesos productivos que generen un desarrollo incluyente”.

da sociedade no processo. Nesse sentido, Lastres (2016) sublinha a existência de inovações baseadas em conhecimentos locais, que costumam estar às margens da construção de políticas e do debate acadêmico.

Iniciativas classificadas como inovações sociais podem ser entendidas como ferramentas para contribuir para o desenvolvimento inclusivo na América Latina, mas, como indicam Domanski, Howaldt e Schröder (2017), a literatura e pesquisas sobre essas inovações nesse contexto ainda são escassas. Nesse sentido, busca-se investigar como as iniciativas ligadas às inovações sociais se desenvolvem nesse território.

Domanski, Howaldt e Schröder (2017) salientam que o Projeto SI-DRIVE contribuiu para que se entendesse que as iniciativas emergem, em grande parte, da sociedade civil e das comunidades, além de ser identificado o apoio das universidades. Ainda se nota que tando a falta de assistência técnica e de recursos, quanto a baixa formação de redes entre os diferentes atores, podem ser encaradas como barreiras.

O Projeto SI-DRIVE identificou 56 projetos de inovação social na América Latina e Caribe¹⁶ (SI-DRIVE, 2020b). Esse número contrasta com o encontrado no projeto *Experiencias en Innovación Social en América Latina y el Caribe*, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Fundação W. K. Kellogg, entre 2004 e 2010. Essa iniciativa consistia em um concurso, visando promover as práticas de inovação social na região. Durante o período em que foi implementado, o projeto teve 4.800 participantes, distribuídos em 20 países da América Latina e Caribe. Setenta e duas dessas iniciativas se tornaram finalistas (dentre as quais, vinte e duas eram desenvolvidas no Brasil), e vinte e cinco foram vencedoras (o Brasil detém sete iniciativas entre elas) (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL, 2020a; 2020b).

Herrera e Ugarte (2008) explicam que a região da América Latina e Caribe ainda apresenta problemas sociais substanciais, em especial ligados à pobreza e à exclusão. Nesse sentido, emergem inovações de caráter social em áreas como saúde, educação, geração de renda, atenção aos jovens em situação de vulnerabilidade e às mulheres vítimas de violência doméstica. Parte dos projetos apresentados são readaptações: ações já conhecidas, que

¹⁶ Dá-se destaque aos agentes que contribuíram para esse mapeamento na América Latina, são eles: os pesquisadores ligados ao Projeto colombiano Somos Más, Carolina Escobar Mejía, Carol Mondragón, Nicolás Martín e Ximena Lara, além de Maria Elisa Bernal, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e de Juan Felipe Yepes Gonzalez, do Centro para Inovação Social da Agência Nacional para a Superação da Extrema Pobreza na Colômbia.

se mostraram benéficas em determinado contexto, são adaptadas para outras realidades.

Rey de Marulanda e Tancredi (2010) mencionam que, dos vários projetos de inovação social que puderam ser percebidos a partir do projeto *Experiencias*, a maioria surgiu a partir da sociedade civil, sendo observado um envolvimento reduzido por parte das instituições governamentais. Os autores ressaltam que, para a região da América Latina e Caribe, o “senso de pertencimento” associado ao projeto é o efeito mais significativo pontuado pelos membros da sociedade civil. Além disso, dá-se importância também ao aprendizado sobre como formar alianças entre os atores-chave da inovação.

Já a discussão acerca da inovação social no Brasil está fortemente relacionada às instituições de ensino superior. Nesse sentido, podem ser citados o laboratório de Design, Inovação Social e Sustentabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio DESIS Lab/UFRJ), coordenado por Carla Cipolla; o Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), da Universidade do Estado de Santa Catarina, liderado por Carolina Andion; e o Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (LaDCIS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com ênfase no projeto Redes de conhecimento e inovação social (ReCiS), coordenado por Maíra Baumgarten (RIO DESIS LAB, 2020; NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM INOVAÇÕES SOCIAIS - NISP, 2020; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020h).

No Brasil, uma importante instituição para a construção de inovações sociais foi a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), constituída no início dos anos 2000. Essa rede contribuiu para a ampliação do arcabouço teórico sobre o assunto, concebendo as tecnologias sociais como importantes ferramentas para o desenvolvimento. Barros (2009) apresenta que essa rede indicava que as tecnologias sociais deveriam ser desenvolvidas, apropriadas pelas comunidades e adotadas como políticas públicas. Fernandes e Maciel (2010) indicam que essa rede foi composta por mais de 786 atores – centros de pesquisas, fundações, entre outras – que desempenhavam esforços para ampliar, difundir e reuplicar tecnologias capazes de promover a inclusão social.

Os autores ainda dão ênfase para a Fundação Banco do Brasil (FBB), que “protagoniza um conjunto de iniciativas que promovem a disseminação das TS em diferentes regiões do país” (FERNANDES; MACIEL, 2010, p.11). Essa instituição possui um importante papel de apoio à projetos sociais, através da “Transforma! Rede de Tecnologias Sociais”. A FBB apresenta um banco de dados que reúne e certifica iniciativas ligadas às tecnologias

sociais. Essas informações contribuem para que iniciativas sirvam de inspiração e sejam adaptadas e implantadas em diferentes contextos. Além disso, a FBB promove o “Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social”, atualmente em sua 11ª edição, visando premiar práticas que promovem melhorias sociais (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2021).

É importante salientar que, além de ser objeto de estudo para pesquisadores locais, a inovação social no Brasil também é analisada por agentes de outros países. Pode-se salientar, por exemplo, que Moulaert e colegas, na introdução geral de seu *Handbook*, indicam como importante local para promoção de iniciativas de inovações sociais no Brasil a Secretaria Nacional de Economia Solidária¹⁷ (MOULAERT *et al.*, 2013a).

2.3.1 Notas sobre casos de inovação social no Brasil: as cisternas no Semiárido, o orçamento participativo em Porto Alegre e o incentivo à reciclagem no Rio de Janeiro

Torna-se interessante ilustrar os constructos teóricos anteriormente pontuados a partir de estudos de caso de inovações sociais no território brasileiro. Bernal e Cecchini (2018) apontam que a sociedade civil brasileira (e a latino-americana, de modo geral) é bastante ativa, buscando trazer mudanças sociais em nível local. Ainda assim, existem desafios a serem enfrentados, e para tal é necessário ter um entendimento sistêmico que as soluções para os problemas sociais podem ser construídas de maneira conjunta.

Para Cippola e Afonso (2018), o Brasil é um espaço importante para o desenvolvimento de inovações sociais. As autoras listam cinco modalidades dessa categoria de inovações (Figura 2.1), apresentando exemplos de cada uma delas em diversos locais do país. Enfatizam as que se desenvolvem no Rio de Janeiro/RJ. As autoras ainda ressaltam a falta de políticas públicas contínuas e de agências para o fomento de inovações sociais no Brasil.

¹⁷ Criada a partir do decreto nº4.764, de 02 de junho de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2003), foi rebaixada para subsecretaria a partir do decreto nº8.894 de 03 de novembro de 2016 (BRASIL, 2016). Suas atribuições foram transferidas do extinto Ministério do Trabalho para o Ministério da Cidadania, através do decreto nº9.674 de 02 de janeiro de 2019, transformando-a em um departamento dentro da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana (BRASIL, 2019).

Figura 2.1 – Modalidades de Inovação Social no Brasil

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Cippola e Afonso (2018).

Nota-se que os exemplos de inovações sociais no contexto brasileiro são diversos. Dá-se atenção, entretanto, para três casos específicos que se mostraram bem sucedidos: o caso da implantação de cisternas no Semiárido Brasileiro, o caso do orçamento participativo em Porto Alegre (mencionado na Figura 2.1) e o caso Light Recicla na Favela de Santa Marta (Rio de Janeiro).

O Semiárido brasileiro é marcado pelo regime de chuvas irregular – com volumes de chuva concentrados entre fevereiro e abril –, e conseqüentemente pela convivência do seu povo com a seca. Em 1955, o baiano Manoel Apolônio de Carvalho construiu uma estrutura para armazenar a água da chuva, a cisterna, que com o tempo se tornou uma importante tecnologia social utilizada na região. Uma cisterna possui capacidade para armazenar 16 mil litros de água, significando água potável para uma família de cinco pessoas, durante até oito meses (GOMES, 2014).

De acordo com Gomes (2014), formou-se uma rede – a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) – que reúne mais de três mil organizações que visam o desenvolvimento da região. É a partir da mobilização dessa rede, com o apoio do Estado, que emerge o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Esse programa visa beneficiar cinco milhões de pessoas – sendo que há uma série de critérios para uma pessoa ser contemplada, como ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (o CadÚnico, do Governo Federal) e não ter acesso adequado à água potável.

A construção das cisternas depende da articulação do Estado, da ASA, e das comunidades e famílias que são contempladas. Os beneficiados participam ativamente

da construção das cisternas, além de proporcionar as condições para que a estadia dos pedreiros durante o trabalho (GOMES, 2014; COSTA; DIAS, 2013).

Outro aspecto interessante do programa é o envolvimento das famílias na construção das cisternas, geralmente construídas por mutirão. Um pedreiro (ou, o que não é raro, um agricultor com alguma experiência na construção civil) participa de oficinas de qualificação promovidas pela ASA e, ajudado por familiares, amigos ou vizinhos, consegue construir a cisterna em alguns dias de trabalho. Respeita-se, assim, o conhecimento tradicional – e, muitas vezes, tácito – detido pelos próprios usuários (COSTA; DIAS, 2013, p. 53).

Já foram implementadas, na região do Semiárido, 628.355 cisternas¹⁸ (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2020). É relevante também a participação de entidades como a Fundação Banco do Brasil, que entre maio de 2012 e junho de 2013 construiu 60.083 cisternas, beneficiando 226 mil pessoas. Além disso, a Fundação relata que esse esforço gerou emprego e renda para 1.500 pedreiros, dos quais 480 foram capacitados pelo Projeto (GOMES, 2014). Pode-se notar, portanto, que houve a efetiva implantação dessa tecnologia social, a partir da busca em solucionar um problema social e da articulação de diversos atores da sociedade.

Novy e Leubolt (2005) realizaram um estudo sobre a implantação do orçamento participativo na cidade de Porto Alegre/RS, no contexto da redemocratização. Essa inovação social surge a partir da simbiose do Estado com a sociedade civil, cujo pontapé inicial se deu por movimentos de vizinhança, em que os representantes da sociedade colaboraram entre si e apresentaram suas demandas. O orçamento participativo surge então como uma forma de exercício da democracia, no qual os participantes da sociedade contribuem para tomar decisões em relação à distribuição de uma parcela dos recursos.

Desse modo, grupos outrora marginalizados das decisões públicas foram incluídos, em especial os mais pobres e as mulheres. Os autores notam que o interesse por influenciar no orçamento também evoluiu, sendo que em 1989 existiam 1.510 participantes, enquanto em 2003 esse número alcançava 23.520. É possível concluir que essa relação criada entre o Estado e a sociedade foi uma vantagem para o município, uma vez que os problemas – e suas possíveis soluções – tornaram-se visíveis.

Cipolla, Melo e Manzini (2015) analisam o caso Light Recicla, iniciativa voltada para favelas pacificadas do Rio de Janeiro (o estudo focaliza a Favela da Santa Marta),

¹⁸ Dados de 15 de setembro de 2020.

realizada pela Light S.A., uma companhia de geração e distribuição de energia elétrica. A partir da pacificação das comunidades do Rio de Janeiro, a empresa de energia passou a ampliar seu acesso e capacidade de fornecimento de serviços. Para a população local, entretanto, isso poderia representar uma parcela significativa do orçamento familiar, dificultando o pagamento das contas.

Inspirada em uma experiência prévia desenvolvida pela COELCE, empresa cearense de distribuição de energia, criou-se a Light Recicla: a população local poderia trocar materiais recicláveis por créditos na energia elétrica. Cabia ao consumidor coletar, higienizar, separar e levar esses materiais até um posto de coleta (situado na comunidade), onde eles seriam pesados e, por fim, seria calculado o desconto na próxima conta. Os autores citam que em 2013 existiam 4.898 clientes registrados, dos quais 60% eram ativos. Foi gerado um total de R\$ 183.891,17 em créditos nas contas de luz, e, em média (entre janeiro e maio de 2013) foram recolhidos 160.115,87 kg de material e 457,3 litros de óleo de cozinha por mês.

Esse breve olhar sobre três exemplos não busca, de forma alguma, esgotar a discussão acerca da inovação social no Brasil, mas demonstra que há relevância em se tratar desse tema. Nesse sentido, vale retomar os principais pontos enfatizados nesse capítulo, para que se possa seguir na discussão do papel das universidades nesse contexto.

2.4 UNINDO OS PONTOS

A partir da revisão de literatura que foi realizada, é possível indicar que as inovações sociais têm como objetivo central enfrentar necessidades da sociedade que não são devidamente atendidas por aparatos estatais e de mercado, sendo importantes para a promoção da inclusão social, da capacitação e do empoderamento dos agentes envolvidos.

Essas iniciativas se relacionam a problemas específicos da sociedade, como a pobreza e a falta de acesso a serviços básicos; logo, considera-se essa modalidade de inovações possui forte relação com o contexto em que os grupos sociais se inserem e das relações que são estabelecidas entre os atores. Em se tratando de inovações sociais, o foco não está apenas no resultado obtido, mas no percurso para se chegar até ele. Sua realização depende que sejam considerados conhecimentos provenientes de diferentes fontes e áreas.

Nesse sentido, quando se busca mapear iniciativas que geram – ou têm potencial

para gerar – inovações sociais, consideram-se os seguintes fatores:

- a) a iniciativa busca dar uma resposta para um problema social;
- b) os agentes que demandam essa iniciativa se envolvem ativamente com a solução, em menor ou maior escala (empoderamento);
- c) a iniciativa é marcada pela cooperação entre diferentes atores;
- d) diferentes saberes são compartilhados e utilizados para a formulação e implementação da solução (trans/interdisciplinaridade).

Há um consenso na literatura acerca da inovação social sobre os pontos acima sumariados. Como foi apontado, existem duas correntes teóricas que tratam do tema, as quais focalizam pontos específicos – e não necessariamente excludentes – dessas inovações. A tradição euro-canadense de economia social coloca as comunidades (inseridas em seus contextos socioculturais e sociopolíticos) em posição de destaque. É indicado que, com frequência, as iniciativas de inovação social emergem a partir dessas coletividades. Os autores dessa corrente também enfatizam as práticas *bottom-linked*, que são desenvolvidas a partir cooperação entre instituições e coletividades. Já a tradição empresarial anglo-americana indica como as inovações sociais podem se materializar, apontando possíveis etapas, não sequenciais e com componentes de *feedback* para o surgimento e operacionalização dessas iniciativas. Os autores dessa corrente também se voltam para a cooperação entre pequenos grupos que possuem novas ideias e organizações que possuem poder e dinheiro para colocar as ideias em prática, o que denominam de “abelhas” e “árvores”.

O Projeto SI-DRIVE se propôs a mapear como se desenvolve a inovação social no mundo, tendo como foco cinco dimensões-chave que caracterizam as práticas. Ao mapear 1.005 inovações sociais, notou-se que o interesse em desempenhar tais iniciativas cresceu no século XXI, contribuindo para o desenvolvimento de um Sistema de Inovação Social, tema que será tratado na sequência.

Na América Latina – que palco de consideráveis problemas de cunho social – também são desenvolvidas inovações com essa ênfase. Apesar do baixo número de ações identificadas pelo Projeto SI-DRIVE, uma iniciativa ligada à CEPAL e à Fundação W. K. Kellogg assinala um número considerável de práticas, as quais tratam de problemas específicos da região. O tema também é discutido no Brasil, tendo como característica interessante o fato de que núcleos para a investigação do assunto são encontrados dentro de universidades – em especial, as públicas.

Conclui-se, portanto, que o tema das inovações sociais é relevante na busca por enfrentar mazelas sociais e por empoderar os indivíduos, devendo-se ter claro que elas são: contexto-específicas, inter/transdisciplinares, dependentes de relações de cooperação (sejam elas entre os agentes de um determinado grupo social, ou entre o grupo e outras instituições) e focalizadas no processo e nas práticas desenvolvidas (não apenas no resultado).

3 OS PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DAS INOVAÇÕES SOCIAIS

É relevante que se tenha o entendimento de como as universidades se inserem e desempenham papéis no contexto das inovações sociais. Para tal, busca-se compreender as principais características dos Sistemas Sociais de Inovação (SSIs), e então sublinhar como as instituições de ensino superior se inserem nesse bojo, ilustradas por estudos de caso. Por fim, é apresentada essa questão no contexto brasileiro, através da extensão universitária.

3.1 SISTEMAS SOCIAIS DE INOVAÇÃO E SISTEMAS DE INOVAÇÕES INCLUSIVAS

A interdependência entre agentes, organizações e instituições em determinado espaço, que ocorre objetivando realizar um processo inovativo, tornou-se tema importante de pesquisa. Nesse sentido, uma série de aportes teóricos foram desenvolvidos, observando a questão de maneira sistêmica, a partir da investigação dos agentes e das relações existentes entre eles para o desenvolvimento, uso difusão de inovações (EDQUIST, 2005).

Fulgencio e Le Fever (2016) enfatizam que o olhar sistêmico para as inovações se desenvolveu em diversos níveis geográficos e setoriais. Para os autores, a sociedade é uma instituição suposta em diferentes abordagens sistêmicas, sendo ressaltada em menor ou maior escala. É sublinhado, entretanto, que a literatura existente não engloba de maneira completa os *Sistemas Sociais de Inovação*. Ressalta-se que os delineamentos teóricos acerca dessa abordagem ainda se encontram em fase imatura, sendo identificada a falta de interesse no desenvolvimento de obras nesse sentido.

Para conceituar os Sistemas Sociais de Inovação, é necessário que se considere as redes criadas entre os agentes e as atividades por eles desempenhadas para desenvolver, utilizar e difundir inovações voltadas para o enfrentamento aos problemas e necessidades sociais. Enfatiza-se como atores relevantes a sociedade, os empreendedores sociais, e instituições como as governamentais, os departamentos de pesquisa e desenvolvimento, os institutos tecnológicos e as universidades, além do financiamento privado (um exemplo a

ser citado é a existência de *crowdfundings*) (FULGENCIO; LE FEVER, 2016).

Huddart (2012) conceitua os Sistemas Sociais de Inovação como arranjos institucionais, que, a partir das perspectivas de diversos agentes, e utilizando-se de diversos meios, produziriam um fluxo estável de inovações sociais, visando transformar contextos e enfrentar problemas. Dessa forma, pode-se considerar a ideia de que as instituições envolvidas nos sistemas de inovação são complementares. Isso segue o que foi posto por Amable (2000, p. 656, tradução nossa), que indica que “o conceito de instituições complementares baseia-se em mecanismos multilaterais de reforço entre arranjos institucionais: cada um, pela sua existência, permite ou facilita a existência dos outros”¹⁹.

Essa ideia é compatível tanto com a tradição euro-canadense de economia social – na medida em que trata das iniciativas *bottom-linked* para a geração de inovações sociais –, quanto com a tradição empresarial anglo-americana – quando ressalta as alianças criadas entre as pequenas organizações, pessoas e grupos que detêm novas ideias e as grandes organizações com poder e recursos para colocar em prática as novas ideias.

É pontuado por Domanski e Kaletka (2018) que os Sistemas Sociais de Inovação (os autores tratam como “ecossistemas”), ainda que possuam semelhanças, não são adaptações das teorias ligadas aos Sistemas Nacionais de Inovação, requerendo-se que esse conceito seja desenvolvido com base no entendimento das inovações sociais e a partir de diversas perspectivas. Os autores apontam que não é tarefa simples identificar quais organizações e agentes se envolvem com essa modalidade de inovações, bem como os relacionamentos existentes entre eles.

Yao, Li e Weng (2018) pontuam que as estratégias formuladas para a geração de inovações sociais, unidas com comunidades socialmente engajadas na busca por resolver os problemas e o objetivo de alcançar igualdade social acabam por resultar em inovações inclusivas.

Conforme apresentado por Foster e Heeks (2013), o processo de inovação inclusivo é relevante na busca por incluir grupos sociais outrora deixados às margens do processo de desenvolvimento. É enfatizada nessa literatura a importância dos demandantes no processo, unida ao fato de que as instituições informais, como as normas de comportamento que fazem parte das relações sociais locais, têm impactos no processo.

Nesse sentido, Arocena, Göransson e Sutz (2017) tratam dos Sistemas de Inovações

¹⁹ No original: “The concept of complementary institutions is based on multilateral reinforcement mechanisms between institutional arrangements: each one, by its existence, permits or facilitates the existence of the others.”

Inclusivas. Esse arcabouço analisa, com base em uma abordagem sistêmica, a forma como o conhecimento pode ser produzido e utilizado, focalizado na inclusão de grupos marginalizados. Os autores indicam que a combinação do conhecimento de uma gama de indivíduos, e as interações que surgem a partir delas, é capaz de resultar em processos inovativos.

Entendendo que os Sistemas de Inovações Inclusivas se dão com base na interação de uma miríade de agentes, os autores pontuam que os grupos afetados pelos problemas sociais são potenciais atores no desenvolvimento das respostas que a eles são dadas. Utilizando a ideia de “co-produção”, é possível afirmar que a coletividade pode ter um importante papel no desenvolvimento das soluções. Arocena e Sutz (2013) afirmam que a introdução da sociedade civil na construção de inovações se dá na medida em que é compreendido que esse é um processo social, distribuído e sistêmico.

Em concomitância, é relevante compreender que, por vezes, as inovações criadas em contextos marginalizados se dão em contextos de escassez. Inovações desenvolvidas nesses cenários não são soluções sub-ótimas. Conforme Arocena, Göransson e Sutz (2017, p. 106, tradução nossa)

A capacidade de inovar em condições de escassez implica a capacidade de resolução de problemas, alguns deles nunca antes resolvidos, alguns deles enfrentados em ambientes de abundância, fazendo uso de um mix restrito de recursos e considerando condições operacionais específicas, de forma que as soluções encontrados são satisfatórias para os usuários²⁰.

Essas soluções encontradas, e consideradas satisfatórias pelos usuários, não necessariamente irão exigir que novas tecnologias sejam desenvolvidas. Segundo os autores, elas podem ocorrer mediante o uso dos recursos e tecnologias que já estão disponíveis para determinada coletividade.

O foco que é dado ao papel dos grupos sociais no desenvolvimento das soluções deve ser considerado em conjunto com a ideia de que diferentes organizações e instituições interagem para desdobrar os processos de aprendizado e inovação. Arocena, Göransson e Sutz (2017) deixam claro que a inclusão social depende que sejam formuladas estratégias, e que a conexão entre inclusão social e o processo de inovação podem impulsionar o bem-estar da sociedade, e a democracia.

²⁰ No original: “The capacity to innovate in scarcity conditions implies the ability to solve problems, some of them never addressed before, some of them addressed in environments of abundance, making use of a restricted mix of resources and considering specific operational conditions in such a way that the solutions found are satisfactory for the users.”

Isso vai ao encontro da ideia posta por Klein *et al.* (2012), de que esses sistemas de inovação se inserem ambientes institucionais com poder de impulsionar a transformação social. Para os autores, a definição das políticas públicas voltadas às comunidades é impactada na medida em que os atores da sociedade civil e os movimentos sociais conseguem influenciar o seu ambiente.

Com base no anteriormente exposto, é possível considerar que as interações criadas entre agentes, organizações e instituições inseridas na ideia dos Sistemas de Inovação Social e dos Sistemas de Inovações Inclusivas são relevantes para o enfrentamento de necessidades sociais. A busca por dar uma resposta aos problemas sociais, incluindo na sua formulação os demandantes da inovação, coloca-se como o ponto chave desses sistemas. Investigar o papel das comunidades na consolidação dos sistemas não esgota o tema, uma vez que é necessário compreender de que forma elas interagem com os outros atores. Nesse sentido, cabe investigar como se desenvolve a relação entre a sociedade e as universidades, para então apontar de que forma essas instituições de ensino superior podem contribuir para a formulação e concretização de inovações sociais.

3.2 PAPÉIS DAS UNIVERSIDADES NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE

Busca-se jogar luz sobre os papéis instituições de ensino superior no contexto das inovações sociais. As percepções sobre como as universidades devem se comportar no meio em que se inserem foram avaliadas e alteradas no passar dos séculos²¹. Na contemporaneidade, entende-se que essas organizações possuem “missões”, as quais são desenvolvidas pelos agentes que nela se inserem. Será relatado, na sequência, como são entendidas essas missões, e a maneira pela qual as universidades se relacionam com a sociedade, visando dar respostas aos problemas sociais.

Kruss *et al.* (2012) ressaltam a importância do engajamento que as universidades desempenham com parceiros externos. Considerando a realidade de países em desenvolvimento, é criado um panorama das parcerias existentes entre as instituições de ensino superior e os agentes externos, bem como a relação que essas parcerias (a natureza dos parceiros e os tipos de relacionamentos) possuem com os resultados, recursos, barreiras e

²¹ Arocena, Göransson e Sutz (2017) relatam em seu capítulo 6, “Challenged Universities”, a evolução dessas instituições desde a universidade europeia do século XII, até as o seu modelo atual de universidade empreendedora.

canais de interação. Nesse sentido, os autores indicam que

[...] para construir um sistema nacional de inovação nos países em desenvolvimento, as universidades devem contribuir para o desenvolvimento social e econômico e interagir com uma ampla gama de parceiros sociais, desde empresas a agricultores, comunidades à sociedade civil e governo, em vários níveis, seja regional, nacional e global (KRUSS *et al.*, 2012, p. 2)²².

São atribuídas às universidades três grandes missões. A primeira delas se relaciona com a transmissão do conhecimento, pela via do *ensino*. Por sua vez, a segunda missão passa pelo aprimoramento do conhecimento disponível, a partir da *pesquisa*. Finalmente, a terceira missão trata do compartilhamento do conhecimento com o resto da sociedade, de forma a derrubar a Torre de Marfim em que esses centros de ensino superior outrora se inseriam. Cabe pontuar que, em termos práticos, as universidades ainda exercem um papel mais significativo nas suas missões de ensino e pesquisa (GOURLEY, 2012).

É notado que essas instituições de ensino superior são capazes de gerar pesquisas que podem ser úteis para os agentes externos, de formar profissionais qualificados, e de contribuir para que se desenvolva uma mentalidade voltada para a promoção de inovações. Além disso, as próprias universidades buscam compreender de que maneira elas podem impulsionar o desenvolvimento sustentável nos territórios em que se inserem, deixando claro que não há uma “fórmula ideal” para tal, uma vez que devem ser levadas em consideração as características específicas de cada contexto (CASSIOLATO *et al.*, 2018).

Bayuo, Chaminade e Göransson (2020) ressaltam que as interações das universidades com a sociedade ocorrem no escopo das três missões. No ensino, isso ocorre na medida em que os currículos adotam abordagens interdisciplinares e interativas, além de se adotar abordagens voltadas aos problemas da sociedade. Já a pesquisa pode ser realizada observando as necessidades que estão presentes no espaço social. Ainda assim, os autores relatam que a terceira missão concentra as iniciativas que envolvem a relação universidade-sociedade.

A ideia de “terceira missão” das universidades se liga com as crescentes demandas que os agentes externos possuem, e isso acaba por resultar em vasto número de atividades a serem desempenhadas, uma vez que esses agentes externos podem ser grupos sociais,

²² No original: “[...] to build a national system of innovation in developing countries, universities should contribute to social and economic development, and interact with a wide range of social partners, ranging from firms to farmers, communities to civil society, and to government, at various levels, whether regional, national and global.”

empresas, organizações não governamentais, entre outros. Montesinos *et al.* (2008) contribuem para a elucidação desse assunto, ao apontar que existem diferentes dimensões no desenvolvimento da terceira missão. De forma breve, são elas:

- a) terceira missão social: As instituições de ensino superior provêm serviços com custo baixo ou nulo para a sociedade. Exemplos dessas iniciativas são contribuições voluntárias para as comunidades (por meio do trabalho, educação, etc), atividades culturais, contribuições para a formulação de políticas públicas, entre outras;
- b) terceira missão empreendedora: As universidades buscam desenvolver serviços para a sociedade, indústrias, outras instituições e até mesmo ex-alunos, de forma a diversificar a sua renda e as suas fontes de financiamento. Exemplos a serem citados são consultorias, registros de patentes, comercialização de direitos de propriedade, entre outros;
- c) terceira missão inovadora: São transmitidos à sociedade os serviços, produtos e processos que as instituições de ensino são capazes de desenvolver. São citados os exemplos a transferência de tecnologia, a formação de redes com empresários, e, em especial, as parcerias que são criadas entre o setor industrial e as universidades.

É necessário reconhecer que a consolidação dessas diferentes dimensões da terceira missão vai diferir tanto nas formas que elas serão colocadas em práticas, quanto em relação aos agentes externos que serão afetados. Montesinos *et al.* (2008) concordam que as universidades possuem capacidade para desempenhar um grande número de atividades que venham a contribuir com o desenvolvimento econômico e social dos territórios em que se inserem, mas apontam que existirão diferenças substanciais entre as áreas/setores de atuação e entre diferentes instituições (será dependente da sua estrutura de governança, das suas características de financiamento, da forma como interagem com os agentes, entre outros fatores).

Ao avaliar essa questão no contexto do modelo sistêmico de inovações, por exemplo, é vastamente investigada a forma que as universidades influenciam a geração, uso e difusão das inovações. É reconhecido por Mowery e Sampat (2005) que as universidades são relevantes para essas atividades, dado que a pesquisa acadêmica pode gerar avanços no nível das indústrias e das firmas. Os esforços desempenhados dentro dessas instituições de ensino podem ser considerados importantes ativos, em especial no que se refere à

transferência e aceleração das tecnologias. Dessa forma, há potencial para a criação de elos entre as universidades e as indústrias: essas interações podem ocorrer por meio de cofinanciamento de projetos, recrutamento de estudantes e contatos informais, ou a partir do uso de propriedade intelectual e da abertura de canais como *start-ups* (FORAY; LISSONI, 2010). De acordo com Foray e Lissoni (2010), as universidades possuem um papel, ainda que indireto, no aprimoramento da produtividade e na expansão dos setores industriais e de serviço, gerando soluções técnicas e não permanecendo apenas na esfera da pesquisa básica, mas se envolvendo com a pesquisa aplicada.

Pode-se conceber que, as universidades inseridas nos Sistemas Nacionais de Inovação cumprem, em certa medida, a terceira missão empreendedora e a inovadora. Nota-se que se desenvolveram significativos debates envolvendo a compreensão de como e em que espaços ocorrem a produção, a difusão e o uso das inovações, focando-se, de modo geral, nas de cunho tecnológico. Acredita-se que esses esforços são relevantes e contribuem para a formulação de políticas e estratégias de crescimento econômico.

Ainda que se compreenda a relevância em se analisar as dimensões “empreendedora” e “inovativa” da terceira missão, o que se busca focalizar no presente trabalho é o seu componente “social”.

Montesinos *et al.* (2008) apontam que cada instituição deve encontrar um equilíbrio entre as três missões, não destinando todos os seus recursos para apenas um foco. As atividades serão desempenhadas levando em consideração o perfil socioeconômico em que cada instituição se localiza, e as universidades não apresentarão um comportamento homogêneo em relação às suas missões: cada uma delas possui perfis institucionais, que são compatíveis com a realidade em que estão inseridas (MORA; SERRA; VIEIRA, 2018; MONTESINOS *et al.*, 2008).

Nesse sentido, Benneworth (2013) considera as contribuições das universidades para a sociedade como difusas e específicas. Além disso, Benneworth *et al.* (2013) ressaltam que existem grupos cujos interesses diferem – e, por vezes, competem – que influenciam as formas como serão exploradas as missões. Ainda é relevante considerar que as relações estabelecidas entre as universidades e os diversos agentes da sociedade também poderão diferir conforme a área de conhecimento que se leva em consideração (RAPINI; CALIARI; CHIARINI, 2020).

Lederer e Seasons (2005) notam que as parcerias que se desenvolvem entre as

universidades e a sociedade em que se inserem podem variar de acordo com a escala dessas alianças e da própria estrutura organizacional que os elos possuem. A geração de relacionamentos do tipo colaborativo entre as universidades e os outros agentes se coloca como uma vantagem, uma vez que acabam por ajudar a identificar os problemas, além de pensar em resoluções para eles. Dessa forma, as instituições de ensino superior devem ser palcos para que sejam discutidos os problemas da sociedade (DORSA, 2019).

Há uma relação importante entre o local em que estão inseridos os *campi* universitários e as comunidades que as envolvem. Essa relação fica clara em casos como os ressaltados por Fassi (2020a), que aponta que há um relevante papel no avanço do bem-estar da sociedade que se encontra na vizinhança das instituições, através da geração de novos bens e serviços por parte das universidades, e que em grande parte das vezes essas melhorias são feitas sem fins lucrativos, portanto não gerando custos aos que demandam elas. Fassi (2020b) também ressalta alguns mecanismos que podem ser criados nos espaços das universidades, os quais teriam capacidades de gerar mudanças. Como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento, teste e prototipação de ambientes como incubadoras, as quais devem ser voltadas para práticas sociais, a partir de um sistema participativo. Outra opção seria a criação de um leque de ações permanentes, as quais tenham potencial de gerar tanto mudanças virtuosas, como empreendimentos sociais.

Perondi (2020), alinhada com os preceitos anteriormente ressaltados, enfatiza que deve ser desenvolvida a parceria entre as universidades e a sua vizinhança, uma vez que as primeiras são capazes de gerar externalidades positivas para as segundas, além de terem recursos para a formulação de programas que criam pontes com a vida fora de seus muros.

O benefício gerado a partir das interações criadas entre as universidades e a sociedade deve ser mútuo e bidirecional: as duas pontas da relação devem contribuir para a troca de conhecimentos e de recursos, e para o estabelecimento de um ambiente de parceria e reciprocidade (GOURLEY, 2012; SCHUETZE, 2012). Vale considerar, entretanto, que quantificar a forma que essas interações geram benefícios para o desenvolvimento econômico e social não se apresenta como tarefa fácil, uma vez que algumas iniciativas não são captadas pelos indicadores disponíveis (ELLIOTT *et al.*, 2013; ESKO; TUUNAINEN; MIETTINEN, 2012).

Há, de acordo com Bianco *et al.* (2010), uma espécie de contrato social da ciência, o qual se coloca com uma associação entre os membros da sociedade e a comunidade cientí-

fica. Esse contrato implica que sejam desenvolvidas inovações para aprimorar o bem-estar dos indivíduos, bem como para promover crescimento econômico. Assim, o conhecimento gerado dentro do espaço das universidades deve ser externalizado, abarcando os indivíduos que estão às margens tanto dos interesses privados, como das prioridades públicas, agindo como ferramenta para minimizar a exclusão social e empoderar os agentes.

Em um sentido amplo, portanto, pode-se concordar com Casas, Corona e Suárez (2017), que indicam que a terceira missão tem efeitos no desenvolvimento econômico e social. Os autores advertem, entretanto, que a ocorrência e a intensidade da interação entre as universidades e a sociedade dependerão do sistema de incentivos²³ existente para tal, não sendo, portanto, automática. Mora, Serra e Vieira (2018) sublinham que a ideia de dispor os recursos disponíveis nas universidades, à serviço da comunidade, tem sido ofuscada dada uma busca por excelência em pesquisa, que pode ser desconectada das demandas da sociedade. Benneworth (2013, p. 22) advoga que há um desafio para as universidades: o de demonstrar que elas possuem relevância direta para diversos grupos sociais, tornando claro que contribuições que as universidades geram para a sociedade não se limitam à graduação de pessoas e ao fornecimento de novas tecnologias. O autor apresenta as formas como as universidades podem interagir com a sociedade, através do seu engajamento com as comunidades. O que se propõe é, com base nessa forma de interações, desenvolver uma nomenclatura para os papéis que as universidades podem exercer no contexto da sua terceira missão social. Nesse sentido, sugere-se a seguinte classificação:

- a) papel de prover recursos para a comunidade: as universidades disponibilizam aos grupos sociais seus recursos físicos (laboratórios, equipamentos, instalações) e humanos (professores e alunos contribuindo ativamente);
- b) papel de transmitir o conhecimento para comunidade: as universidades oferecem treinamentos ocupacionais, educação continuada, cursos e palestras para os agentes da sociedade;
- c) papel de prestar serviços para a comunidade: os agentes da universidade oferecem serviços às comunidades, que podem ter sido explicitamente solicitados pela socie-

²³ Esses incentivos podem ser explícitos ou implícitos, pecuniários ou não. Eles se ligam, por vezes, aos critérios de avaliação acadêmica, que não incorporam de maneira plena os vínculos das universidades com a sociedade. Segundo Casas, Corona e Suárez (2017), esses critérios acabam por moldar as atividades desempenhadas pelos acadêmicos e a forma de se desenvolver a ciência.

dade, estabelecendo contratos formais e/ou agindo como *experts* externos;

- d) papel de provedor soluções para os problemas da comunidade: a universidade tem autonomia e liberdade para oferecer respostas às necessidades que os grupos sociais apresentam, ainda que não tenham sido explicitamente solicitadas;
- e) papel de agir em nome da comunidade: a universidade apresenta uma resposta para uma questão específica, em nome da sociedade.

É frisado que, para o desempenho desses papéis e enfrentamento dos desafios, diferentes formas de conhecimento podem ser combinadas. Dessa forma, também é notada uma troca de saberes entre as instituições de ensino superior e os grupos sociais envolvidos (BENNEWORTH, 2013). Assim, pode-se afirmar que essas relações podem se valer da interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade.

Buscou-se deixar claro que as universidades representam agentes importantes para a resolução de problemas social, na medida em que criam relações e desempenham papéis nos contextos em que se inserem. Existe a possibilidade de emergir, nesse sentido, inovações de caráter sociais. Os vínculos criados, que levam em consideração os saberes de diversas disciplinas e de fora delas, buscam atender necessidades humanas e empoderar os agentes da sociedade. Isso vai ao encontro do que é destacado por Elliott *et al.* (2013, p. 2, tradução nossa), de que o desenvolvimento de atividades ligadas à:

[...] inovação social no ensino superior estimula e sustenta a diversidade, a inclusão social, a cidadania e as comunidades e parcerias locais de aprendizagem, que também são fundamentais para o crescimento econômico [...] ²⁴.

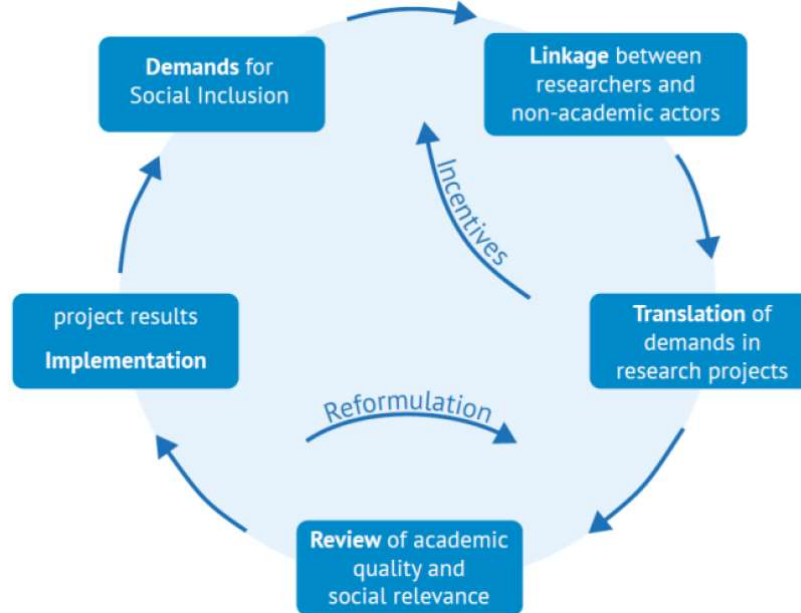
Com o intuito de tornar essa questão mais clara, são considerados dois modelos de inovação social que incluem explicitamente as universidades. Ainda que se tenha claro que as instituições de ensino superior desempenham papéis de acordo com as especificidades dos seus contextos, do sistema de incentivos que as envolve, e das áreas que lhe são prioritárias, é útil pensar em etapas que podem ser adotadas por essas organizações no desenvolvimento das inovações sociais.

Ao tratar das lições aprendidas a partir de dez anos de pesquisa e inovação para a inclusão social na *Universidad de la República* (UDELAR), que se situa na capital

²⁴ No original: “[...] social innovation in higher education stimulates and sustains diversity, social inclusion, citizenship, and local learning communities and partnerships, that these too are central to economic growth [...]”

uruguaia, Sutz *et al.* (2019) apresentam como pode ser desenhado um programa para a inclusão social, conforme a Figura 3.1.

Figura 3.1 – Desenho da pesquisa e inovação para um programa de inclusão social



Fonte: Sutz *et al.* (2019, p.160).

O modelo abarca cinco etapas. A “demanda por inclusão social”, um fenômeno complexo e multidimensional, que dá visibilidade aos problemas. As “ligações entre pesquisadores e atores não acadêmicos”, por sua vez, relacionam-se com o que foi tratado anteriormente acerca da relação que deve ser estabelecida entre as universidades e as comunidades, sendo necessário que os pesquisadores tratem as pessoas atingidas pelas mudanças não como seus “pacientes”, e sim como agentes que ativamente se envolvem nas soluções. A “tradução das demandas em projetos de pesquisa” ocorre a partir de que se tenha identificado e traduzidos os elementos ligados aos problemas sociais, elaborando-se um projeto para a solução deles. A “revisão da qualidade acadêmica e da relevância social” se liga à avaliação do projeto, que é feita a partir de comitês acadêmicos e de agentes especializados, e de políticas e organizações sociais, podendo ser necessário reformular partes do projeto. A “implementação” deve ser feita por agentes habilitados, integrando-se aos “resultados do projeto” derivados da pesquisa. Os autores ainda ressaltam que cada estágio apresentado anteriormente requer incentivos específicos e encorajamento, tendo claro que existem dificuldades dentro e fora da academia.

O modelo anteriormente apresentando constitui interessante metodologia sobre como as universidades podem trabalhar ativamente para enfrentar problemas sociais, e,

de maneira consistente com a literatura apresentada, como esse embate poderia envolver os representantes da sociedade.

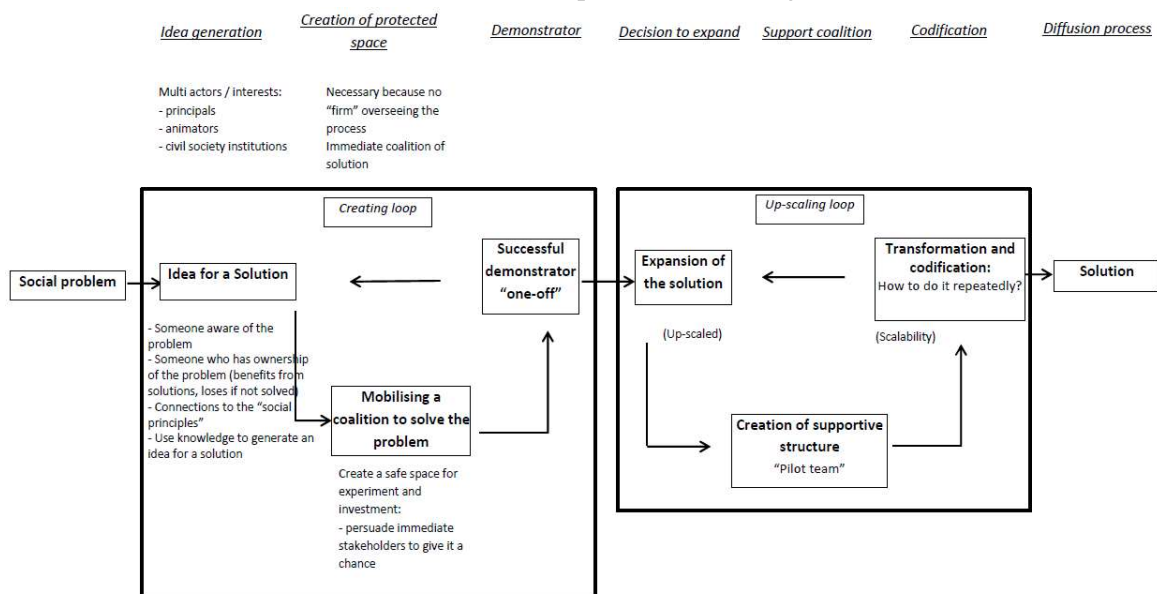
Já Cunha e Benneworth (2013) propõem um modelo de inovação social baseado em um processo não linear de inovação, combinando sete estágios. Este modelo abarca três fatores importantes no contexto da inovação social: o que acontece com a inovação, o que o inovador faz, e como são construídas capacidades sociais. Em cada etapa, os autores listam as formas que as universidades podem se envolver com o processo de inovação social. Algumas dessas formas de envolvimento estão citadas abaixo, em conjunto com os estágios sugeridos pelos autores:

- a) geração da ideia: propõe-se uma ou mais soluções para um problema social que foi identificado. Os agentes das universidades podem ser os responsáveis por apontar o problema social e se envolver com a busca da solução, desempenhando papéis ativos como inovadores sociais;
- b) criação de um espaço experimental: formula-se um plano para implementar as ideias, e cria-se um espaço para experimentá-las e colocar o plano em ação. A universidade pode organizar e receber reuniões, promovendo “laboratórios vivos” para a experimentação das inovações sociais;
- c) demonstração: aplicação da solução a uma ou mais instâncias do problema, demonstrando se a ideia é ou não viável. Nessa fase, os estudantes das universidades podem se voluntariar para trabalhar nas comunidades e demonstrar uma ideia;
- d) decisão de expandir: uma vez que a demonstração foi bem-sucedida, questiona-se se a solução pode ser usada em escala e como isso deve ser feito. Os docentes podem, nesse estágio, demonstrar conceitualmente como a solução é escalável;
- e) coalizão de apoio: tendo uma decisão de expandir positiva, cria-se uma coalizão de apoio e uma equipe para desenvolver e aprimorar a solução. Aqui os agentes da universidade podem identificar e mobilizar os interessados na solução, e os estudantes podem criar redes para apoiar a inovação social;
- f) codificação: identifica-se e codifica-se como a solução pode ser implementada em outros contextos, contribuindo para a sua escalabilidade. As universidades podem desenvolver guias e treinamentos acerca da solução encontrada;

g) difusão: etapa de divulgação e compartilhamento da solução encontrada para determinado problema social. Os agentes da universidade podem realizar publicações acerca da solução, visando a sua divulgação.

Como já ressaltado, não há linearidade quando se trata deste modelo. Os autores encontram dois *loops*, em que há interação e sobreposição entre os estágios, o primeiro envolvendo as etapas a), b) e c) foi chamado de *loop de criação* e o segundo, envolvendo as etapas d), e) e f), foi chamado de *loop de expansão*. A Figura 3.2 apresenta de que forma ocorrem as interações entre as etapas. Cunha e Benneworth (2013) deixam claro que para que esse processo funcione, deve existir colaboração entre os agentes envolvidos, entendendo que os Sistemas Sociais de Inovação são complexos, e que são necessárias capacidades internas para promover e sustentar a inovação social.

Figura 3.2 – Estrutura do processo de inovação social



Fonte: Cunha e Benneworth (2013, p.16).

Na medida em que as universidades podem aprimorar a sua importância no contexto das inovações sociais, é possível realizar um paralelo entre a estrutura proposta por Cunha e Benneworth (2013) acerca do processo de inovação social, e o desenho da pesquisa e inovação para um programa de inclusão social formulado por Sutz *et al.* (2019). Entende-se que só é possível gerar uma ideia visando solucionar um problema social uma vez que é percebida uma demanda por essa ideia, a partir de então sendo requerida a união entre diferentes agentes – com base na literatura apresentada, sugere-se uma ligação entre os representantes das comunidades e os atores inseridos nas universidades – para traduzir essas demandas em projetos. A criação de um espaço para a experimentação e

a atração de investimentos pode ser realizada na medida em que é colocada em discussão a qualidade acadêmica dos projetos e a sua relevância social. A implementação do projeto ocorre na medida em que esses “testes” se mostram viáveis e socialmente desejáveis. Pode-se apontar, portanto, que o desenho proposto por Sutz *et al.* (2019) é compatível com o *loop de criação* do modelo de Cunha e Benneworth (2013).

Foi demonstrado que as universidades possuem missões, as quais são hierarquizadas e desenvolvidas conforme suas particularidades. É ressaltado que parte da literatura acerca dessas missões dá foco para as relações que as instituições de ensino superior estabelecem com os grupos sociais que compartilham o mesmo contexto. Assim, afirma-se que essas interações são relevantes para o desenvolvimento econômico e social, uma vez que as atividades desempenhadas voltadas para a sociedade podem dar respostas a problemas sociais que não estão sendo solucionados de outra forma. Considera-se, portanto, que as universidades possuem capacidades e formas de desempenhar atividades que contribuam para a criação e operacionalização de inovações de caráter social.

3.3 UNIVERSIDADES CONTRIBUINDO PARA O BEM-ESTAR SOCIAL: ESTUDOS DE CASO

Durante o presente trabalho, buscou-se salientar que o processo de inovação social é específico ao contexto em que está inserido, uma vez que cada local tem seus problemas sociais particulares, também considerando que os Sistemas Sociais de Inovação deixam em aberto a questão do território. Esses fatores não impedem, entretanto, que experiências sejam levadas em consideração e sirvam de inspiração – é requerido, todavia, que elas sejam entendidas em seu contexto.

No que se segue, apresenta-se de forma breve estudos de caso. Os trabalhos referenciados se debruçam sobre a interação universidade-sociedade, na medida em que os vínculos criados buscam dar respostas às demandas que estão inseridas em cada contexto, e que contribuem para a emergência de inovações sociais. Não é possível, entretanto, desprender essas discussões da realidade dos locais em que se desenvolvem. Dessa forma, antes de cada caso é apresentado um breve preâmbulo sobre o local em que a investigação se desenvolveu.

O Uruguai é uma nação que possui 176 mil km², contendo cerca de 3,3 milhões

de habitantes, com mais de 94% dessa população residindo em áreas urbanas – 40% na capital, Montevideu (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL URUGUAY - INE, 2019). No que tange à educação, 25,1% da população possui 13 anos ou mais de estudo. Em 2014, 138.590 pessoas estavam matriculadas em universidades públicas ou privadas, sendo que a *Universidad de La República* (UDELAR) concentrava 81,32% desses estudantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL URUGUAY - INE, 2020).

A literatura que envolve a relação universidade-sociedade se concentra, em grande medida, nessa instituição. De acordo com Bianco *et al.* (2010), em 2003, a instituição iniciou o esforço de estabelecer mecanismos para ampliar a referida vinculação, alinhados com políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação estabelecidas pelo Estado. Uma vez que a Universidade detém as capacidades e o conhecimento para tal, ela exerce o papel de identificar as demandas e problemas sociais, bem como o de propôr soluções.

Esse programa foi ampliado, e em 2008 foi inaugurando um programa de ciência e inovação voltado para a inclusão social. Arocena e Sutz (2020, p. 8, tradução nossa) sublinham que, para fazer parte desse programa

Os pesquisadores precisam incluir em suas propostas: (i) a identificação de um problema de inclusão social; (ii) uma avaliação da demanda potencial por soluções da população em questão e dos atores não acadêmicos relacionados; (iii) uma avaliação do possível envolvimento de quem está em posição de implementar a solução (se obtida) e abrir o caminho para o seu uso eficaz²⁵.

Os movimento acima citados vem a reboque do que foi indicado por Alzugaray *et al.* (2013) como uma Segunda Reforma Universitária²⁶. As orientações dessa reforma envolvem revitalizar princípios que envolvem os laços com a sociedade, além de democratizar o conhecimento e consolidar a vinculação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Deve-se ressaltar que, conforme notado por Arocena e Sutz (2011) é realizado, no contexto da UDELAR, o debate sobre como alocar os recursos disponíveis para contribuir diretamente para a resolução de problemas do contexto nacional. Entretanto, os autores

²⁵ No original: “Researchers need to include in their proposals: (i) the identification of a social inclusion problem; (ii) an assessment of the potential demand for solutions from the concerned population and related non-academic actors; (iii) an assessment of the possible involvement of those in a position to implement the solution (if obtained) and open the way to its effective use.”

²⁶ A Primeira Reforma Universitária iniciou em 1918, na Universidade de Córdoba, e se espalhou para outras instituições de ensino superior latino-americanas.

indicam que existem desafios a serem enfrentados, sendo que o principal referente ao encadeamento e à comunicação entre os agentes da universidade, da sociedade e dos setores produtivos.

Dessa forma, afirma-se que é possível identificar no Uruguai – em especial, na *Universidad de La República* – um movimento para fortalecer a relação universidade-sociedade, possibilitando a consolidação de um sistema voltado para inovações de caráter social e inclusivo.

Já a Itália, um país com uma área geográfica de 301 mil km² e mais de 60 milhões de habitantes, possui uma taxa de adultos com ensino superior de 19,6% (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD, 2020). Figueroa *et al.* (2017) ressalta que as 222 instituições de ensino superior italianas – 95 universidades e 127 instituições de ensino de artes plásticas, música, dança e design – possuem autonomia acerca de sua governança e missões.

De forma diferente do que ocorre no Uruguai, não há uma universidade específica que represente a educação superior na Itália, bem como a relação dela com as inovações de caráter social. São notados, entretanto, estudos de caso que indicam a forma com a qual o assunto é tratado em algumas das instituições presentes nesse território.

Exemplos que podem ser citados ocorrem em Milão, na *Politecnico di Milano* e na *Università degli Studi di Milano-Bicocca*. Essas instituições possuem iniciativas específicas voltadas às inovações sociais. A primeira estabelece interações entre as universidades, o território em que se inserem e a comunidade que ali reside, contribuindo para a identificação de problemas e geração de impactos sociais. Já a segunda interage com a sua vizinhança de forma a difundir os conhecimentos científicos (BUSACCA, 2020).

Também são relevantes situações que ocorrem em Veneza. São desenvolvidos projetos de treinamento, na *Università Ca' Foscari*, que se voltam para a difusão do conhecimento para endereçados a trabalhadores de fora da instituição. Além disso, essa mesma universidade promoveu a criação de laboratórios que investigam e promovem soluções para problemas da sociedade. Ainda se aponta que uma cooperativa social desenvolveu parcerias com a referida Universidade – além do *Istituto Universitario di Architettura di Venezia* – visando a construção de um espaço de trabalho colaborativo e um local para crianças permanecerem durante o tempo de trabalho de seus pais (BUSACCA, 2020).

Já Bellandi, Donati e Cataneo (2021) apresentam a relação das universidades com

três dos nove projetos que foram desenvolvidos na Itália – uma iniciativa no sul, uma no norte, e uma na área central do país –, no contexto do programa da União Europeia *Urban Innovative Actions*. A partir de entrevistas e dados secundários, os autores identificaram dois projetos ligados à pobreza urbana (projetos 1 e 3), e outro tratando da integração de migrantes e refugiadas (projeto 2). Nos três projetos, as universidades desempenharam um papel de prover pesquisas, utilizando-se de métodos científicos para apontar soluções. Nos projetos 1 e 2, as universidades também se colocam como agentes que colaboram com a operação das soluções desenvolvidas. Por fim, no projeto 2 a universidade envolvida também agiu como mediadora, contribuindo para a formação de redes entre os agentes envolvidos. O estudo realizado indica, portanto, que as universidades italianas são relevantes no desenvolvimento de projetos voltados à comunidade.

O olhar breve sobre esses exemplos de universidades italianas indica que o país possui instituições de ensino superior que desempenham esforços no sentido de interagir com a sociedade, podendo contribuir para inovações de caráter social.

Por fim, volta-se o olhar para o um estudo de caso canadense. Com 37,5 milhões de habitantes e quase 10 milhões de km², o país norte-americano conta com mais da metade (59,4%) de sua população adulta possuindo ensino superior (BANCO MUNDIAL, 2020; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD, 2020).

Milley e Szijarto (2020) tiveram o esforço de mapear de que forma as universidades canadenses se envolvem com as iniciativas de inovação social. Sua pesquisa se debruçou sobre as 96 instituições de ensino superior que fazem parte da associação *Universities Canada*, uma instituição voltada para fortalecer a comunidade acadêmica nesse país (UNIVERSITIES CANADA, 2020).

É relatado pelos autores que, da amostra selecionada, 21 universidades se envolvem com uma iniciativa voltada para inovações sociais, na medida em que 16 se envolvem com duas e 4 com mais de duas iniciativas. Isso representa 43% das instituições investigadas. Salienta-se que as iniciativas mapeadas são consideradas recentes, uma vez que 84% foram inauguradas nos últimos cinco anos. Além disso, elas possuem um caráter interdisciplinar, na medida em que os autores relatam que as iniciativas se espalham entre as disciplinas e áreas do conhecimento.

Os autores ainda notam, em sua pesquisa, um número considerável de colaborações

entre a universidade e diferentes agentes externos:

No geral, houve uma grande ênfase em promover a colaboração e/ou envolvimento fora da universidade. Quase todos os casos (91%) relataram atividades nesta categoria. Em particular, 65% dos casos descreveram atividades de vinculação e intermediação, por exemplo, desenvolvimento de redes para conectar pessoas, recursos e ideias. Cerca de metade (52%) relatou fornecer um espaço físico para colaboração direta, geralmente descrito como um espaço de laboratório (MILLEY; SZIJARTO, 2020, p.30, tradução nossa)²⁷.

Os autores concluem que as atividades que se ligam às inovações sociais são diversas, interdisciplinares, e focadas em várias áreas do conhecimento e parceiros. Através delas, as universidades canadenses fortalecem a sua terceira missão, contribuindo para gerar impacto e mudanças sociais.

As experiências brevemente apresentadas são ilustrações de que as universidades podem contribuir para a formulação e concretização de inovações de caráter social. O que se busca investigar, no que se segue, é a forma como esse assunto pode ser observado no Brasil, uma nação com 8,5 milhões de km², e mais de 200 milhões de habitantes.

3.4 NOTAS ACERCA DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: UM OLHAR PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Foi relatado no capítulo anterior que as inovações sociais no Brasil são, em parte, investigadas por grupos inseridos em instituições de ensino superior. Nesse sentido, é reconhecido o esforço que esses grupos desempenham na tentativa de mapear casos dessa categoria de inovação, fazendo importantes contribuições nesse sentido. O foco dessa seção, entretanto, não é o de olhar para casos específicos, mas o de compreender de que forma as universidades brasileiras interagem com a sociedade, contribuindo para o cumprimento da sua terceira missão social.

Vale reconhecer que as universidades no Brasil – e a suas interações com outras instituições que fazem parte do Sistema Nacional de Inovação brasileiro – surgiram de maneira tardia (SUZIGAN; ALBUQUERQUE, 2011). É importante sublinhar que a

²⁷ No original: “Overall, there was a heavy emphasis on fostering collaboration and/or engagement outside the university. Nearly all cases (91%) reported activities in this category. In particular, 65 percent of the cases described linking and brokering activities, for example, developing networks to connect people, resources, and ideas. About half (52%) reported providing a physical space for direct collaboration, usually described as a lab space.”

literatura acerca das interações entre as universidades e a sociedade no Brasil é escassa, em especial, se comparada à literatura acerca dos vínculos entre as universidades e a indústria (MARCELLINO; RAPINI; CHIARINI, 2019).

Trabalhos recentes intentam verificar como a interação universidade-sociedade se dá a partir dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP/CNPq). Marcellino, Rapini e Chiarini (2019) identificam que as universidades têm ampliado suas interações com agentes externos, não se limitando ao relacionamento com empresas com fins lucrativos. Ressaltam, também, que as interações diferem conforme a área de conhecimento que é levada em consideração. Rapini, Caliarini e Chiarini (2020) esclarecem, no mesmo sentido, que a dinâmica do “Colégios das Humanidades” (que abarca três grandes áreas: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes) é diferente do “Colégio das Ciências da Vida” e do “Colégio das Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar”, apresentando contribuições indiretas para o processo de inovação, e de difícil mensuração.

Os grupos de pesquisa representam, no Brasil, importantes veículos para a interação com agentes de fora da universidade. Rodrigues *et al.* (2013) salientam, por sua vez, outra modalidade relevante para a consolidação desse relacionamento: a extensão universitária. De acordo com os autores, as atividades ligadas à extensão universitária se colocam como instrumentos que visam efetivar o compromisso social das instituições de ensino superior, esclarecendo que elas são capazes de gerar conhecimento para as duas pontas da relação universidade-sociedade, fortalecendo-a.

A Extensão Universitária possui papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente à sociedade. É preciso, por parte da Universidade, apresentar concepção do que a extensão tem em relação a comunidade em geral. Colocar em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo fora dela. A partir do momento em que há esse contato entre o aprendiz e a sociedade beneficiada por ele, acontece por parte dos dois lados, benefícios. Aquele que está na condição de aprender acaba aprendendo muito mais quando há esse contato, pois torna-se muito mais gratificante praticar a teoria recebida dentro da sala de aula. Esse é o conceito básico de extensão (RODRIGUES *et al.*, 2013, p. 142).

As ações ligadas à extensão universitária se manifestaram pela primeira vez no Brasil através da Universidade de São Paulo, em 1911, e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920. Movimentos também foram realizados pela União Nacional dos Estudantes, nas décadas de 1950 e 1960. Em 1966, são criados o

Projeto Rondon e o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária, exemplos de atividades que carregam esse sentido. É relevante a promulgação da lei número 5.540 de 1968, a chamada Lei Básica da Reforma Universitária, uma vez que ela indica que as universidades estenderão suas atividades para as comunidades. Em 1974, é criada a Coordenação das Atividades de Extensão, que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Já na aurora da redemocratização, as ideias de ensino, pesquisa e extensão foram reelaboradas, e é criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEXT). Em 1988, a Constituição estabelece como indissociáveis as atividades de ensino, pesquisa e extensão (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO - FORPROEXT, 2012).

Desde a sua criação, a FORPROEXT busca desenvolver planos e programas para a extensão universitária. Em 2012, o Fórum definiu a Política Nacional de Extensão Universitária. Esse documento contém as diretrizes, objetivos e princípios da extensão universitária no Brasil²⁸. Dentre os quinze objetivos apresentados no documento, destaca-se a ideia de que a extensão universitária pode contribuir para a solução de problemas que estão postos na realidade brasileira, estimulando a criação de relacionamentos entre as instituições de ensino superior e a sociedade, criando mecanismos para a ampliação e compartilhamento dos saberes, levando em consideração a cultura e o desenvolvimento sustentável (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO - FORPROEXT, 2012).

As diretrizes indicadas no documento são: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO - FORPROEXT, 2012, p.16). Nota-se que essas diretrizes vão ao encontro da literatura que trata da terceira missão nas universidades. O diálogo entre os agentes gera uma troca mútua de saberes, compartilhando conhecimentos que não se limitam a uma disciplina específica. Além disso, as duas pontas da relação universidade-sociedade podem ser beneficiadas a partir dessa troca.

Em 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira através da Resolução número 7/2018, bem como regimentou a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Estabeleceu-se, em consonância com o que foi

²⁸ Esse documento se volta para as instituições de ensino superior públicas no Brasil. Em seu anexo, são apresentadas as instituições integrantes do FORPROEXT, divididas entre “federais” e “estaduais e municipais”.

previamente apresentado, que a extensão universitária é um]

[...] processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p.2).

Essa regulamentação indica que a extensão deve gerar um diálogo com a sociedade, compartilhando saberes, de forma integrada aos currículos. O Artigo 4º estabelece que a extensão universitária deve representar, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Meta 12.7 supracitada. Sublinha-se que a resolução enfatiza a vinculação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir para uma formação do estudante como “cidadão crítico e responsável”.

É importante ter claro que a extensão universitária no Brasil é marcada pela coexistência de duas concepções: a extensão difusionista e a extensão dialógica. A primeira, influenciada pela ideia anglo-saxônica de *University Extension*, entende a extensão como uma forma de difundir os conhecimentos produzidos nas universidades, sem o objetivo de gerar uma articulação com o espaço em que a instituição se insere e sem intenção de gerar transformações sociais. Já a segunda, influenciada pelas “Universidades Populares” francesas, entende que o diálogo com os agentes de fora da universidade é essencial para a construção de conhecimentos, vinculando-se com o território e visando transformar os problemas que ali estão postos (DUBEUX, 2018).

Tem-se claro que as atividades que se ligam à extensão universitária constituem uma ferramenta que as instituições de ensino superior dispõem para criar vínculos com agentes externos, em especial, com grupos sociais que apresentam alguma demanda. Tendo isso em mente, o próximo capítulo trata, de maneira específica, do caso da extensão inserida no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4 INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Buscando ilustrar as interações entre as universidades e a sociedade, através das ações de extensão, o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é analisado. Nas próximas páginas, breves apontamentos acerca da gênese da citada universidade são feitos e dados que ilustram quantos agentes estão formalmente envolvidos em seu contexto (em especial, sobre o seu corpo docente) são examinados. Na sequência, são apresentados os aspectos metodológicos da *survey* desenvolvida, para então apresentar os resultados obtidos.

4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

A gênese da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doravante UFRGS, remonta o final do século XIX. Os embriões para a criação da Universidade são as instituições de ensino superior isoladas que foram inauguradas na cidade de Porto Alegre, em especial, a Escola de Engenharia e o Curso de Farmácia, ambos em 1896. Nos anos subsequentes, deu-se início à Faculdade de Medicina de Porto Alegre – que incorporou o Curso de Farmácia –, e à Faculdade de Direito. Em 1931, reconheceu-se a Escola de Engenharia como Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, mas os estudantes de Porto Alegre ainda ansiavam que fosse criada uma Universidade do Rio Grande do Sul, e que fossem realizadas reformas no que tange à autonomia da instituição, os métodos de ensino e escolha dos docentes, bem como a busca pela gratuidade do ensino (FERNANDES, 2019).

Foi instituída, em 28 de novembro de 1934, a Universidade de Porto Alegre, reunindo as escolas e faculdades presentes na cidade, a qual exercia funções ligadas, de maneira geral, à transmissão dos saberes. Em 08 de julho de 1947, em função da promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, alterou-se o nome para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), já estando incorporadas em suas finalidades as práticas voltadas à pesquisa científica. Em 1950, a instituição passa a fazer parte do Sistema Federal do Ensino Superior, mas a palavra “Federal” só é incorporada em seu nome em 1965, a partir da Lei nº 4.759 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL -

UFRGS, 2020d; FERNANDES, 2019).

Durante o período militar, entre 1964 e 1985, a UFRGS foi palco de uma série de mudanças. Como detalhado por Mansan (2009), mais de quarenta professores foram afastados da Universidade. Conforme apontado por Fernandes (2019), é no contexto da repressão que se inicia a reestruturação universitária no Brasil, sendo a UFRGS incluída nesse bojo. Como ressaltado no capítulo anterior, em 1968 foi promulgada a Lei Básica da Reforma Universitária, a qual estende as atividades das universidades para os seus entornos, além vincular de maneira formal o ensino e a pesquisa.

A partir dessa reforma, a UFRGS passou a ser organizada em departamentos, além de ser inaugurado o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em 1975, iniciam-se os movimentos para a construção de um novo campus, inaugurado em 1977. A estrutura da Universidade continuou a se expandir, permeada, por exemplo, pela construção do Museu Universitário (1984), pela primeira edição do Salão de Iniciação Científica (1989), e pela criação do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (1995) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020c).

O *Moscow International University Ranking* (MosIUR), que faz uma avaliação das universidades no que se refere ao desempenho em suas três missões, colocou a UFRGS na segunda posição entre as universidades brasileiras, em 2019. O Ranking Universitário Folha (RUF) a considera a melhor universidade do Rio Grande do Sul (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020f). A Universidade disponibiliza dados relevantes acerca de sua comunidade acadêmica, envolvendo as áreas de ensino, pesquisa, extensão e recursos humanos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020d; 2020e).

Em 2019, a UFRGS ofertou 97 cursos de graduação presencial, e 5 cursos de graduação à distância, contando com mais de 27 mil alunos matriculados no segundo semestre. Além disso, também se faziam presentes na Universidade 84 cursos de mestrado, 74 cursos de doutorado e 8 cursos de mestrado profissionalizante. Em média, para 2019, a avaliação CAPES foi de 5,17. Cerca de 12,5 mil alunos estavam matriculados na pós graduação em dezembro de 2019. A UFRGS formou mais de 3,5 mil graduandos, 1.660 mestres (mestrados acadêmicos e profissionais), e 936 doutores em 2019. A Universidade contava com 2.786 docentes no ensino superior, 106 no ensino básico e 77 docentes substitutos. Além disso, são identificados 2.518 técnicos administrativos e 1.356 funcionários terceirizados

na instituição.

Sobre a extensão universitária, é ressaltado que

A organização e execução das ações de extensão na UFRGS possuem a assessoria e o acompanhamento da Pró-Reitoria de Extensão, a PRO-REXT. Esta promove relações sociais e culturais com diferentes segmentos, compondo uma parte da grande tarefa educativa confiada à Universidade, a partir do processo formativo integral dos estudantes. No diálogo com a comunidade, busca subsídios que lhe permitam dar respostas aos anseios da sociedade, reiterando o compromisso social da instituição, como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade, desenvolvimento social e inclusão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020d).

Conforme apresentado na Tabela 4.1, o número de ações de extensão se ampliou entre 2010 e 2019, no contexto da UFRGS. Em concomitância, o número de extensionistas também aumentou consideravelmente, bem como o tamanho do público participante. O número de bolsas de extensão, por sua vez, não sofreu alterações entre 2014 e 2019. No último ano da amostra, foram desenvolvidas 2.611 atividades – são “atividade[s] de caráter educativo, cultural e científico que promove[m] a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020g) –, envolvendo 14.461 extensionistas²⁹, 600 bolsistas³⁰ e 60.416 pessoas fazendo parte do público³¹.

Tabela 4.1 – UFRGS em Números – Ações de extensão

Ano	Atividades acadêmicas de extensão	Bolsistas de extensão	Extensionistas	Público participante
2010	1408	378	-	-
2011	1612	398	-	-
2012	1615	396	2502	24585
2013	1521	443	3806	19622
2014	1469	600	2929	24701
2015	1631	600	4802	25838
2016	1669	600	3971	25734
2017	2338	600	8404	34922
2018	2408	600	13859	53917
2019	2611	600	14461	60416

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2020d)³².

²⁹ Os extensionistas são os agentes diretamente responsáveis pela promoção das ações de extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020g).

³⁰ As bolsas de extensão são voltadas aos alunos que estão “regularmente matriculados nos cursos presenciais da UFRGS, com regulamentação própria estabelecida pela Pró-Reitoria de Extensão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020g).

³¹ São todas as pessoas que participaram da ação, e receberam um certificado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020g).

É importante levar em consideração, ainda, que existem oito macro-eixos no contexto das ações de extensão desenvolvidas na UFRGS. Eles se apresentam nas seguintes áreas: educação (32,46% das ações desenvolvidas em 2019), saúde (26,70%), cultura (11%), tecnologia e produção (9,5%), direitos humanos e justiça (8,84%), meio ambiente (4,60%), comunicação (4,55%) e trabalho (2,30%).

Nesses macro-eixos, os elementos de ensino e pesquisa atuam concomitantemente, aliados a parcerias firmadas com outras instituições de ensino e com diferentes organizações e setores da sociedade, firmando assim o seu compromisso acadêmico e social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020d).

A Resolução nº 75/2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2019), classifica as atividades de extensão da seguinte forma:

- a) programa: conjunto de projetos, cursos e eventos, executados a médio e longo prazo (mínimo 36 e máximo 60 meses, podendo ocorrer o refinanciamento), que possuem diretrizes claras e se voltam para um objetivo comum. Como exemplo, pode-se citar o programa de extensão “Saúde Auditiva e Equilíbrio Corporal na Escola”, conforme apresentado por Wolff *et al.* (2020). As autoras relatam que esse programa, que ocorre desde 2017, atua junto à comunidade estudantil para aprimorar a saúde auditiva e o equilíbrio corporal;
- b) projeto: atividade com objetivo específico e duração máxima de 24 meses (podendo ocorrer o refinanciamento), que tem “caráter científico, tecnológico, educativo, social, comunitário, político, cultural, artístico ou esportivo”. O projeto “Universidade, SIM!” é voltado para turmas Ensino Médio de Porto Alegre, buscando conscientizar os estudantes sobre a importância, acesso e permanência no Ensino Superior, com foco na UFRGS (RIOS *et al.*, 2020).
- c) curso: é uma atividade pedagógica, com carga mínima de 8 horas e critérios avaliativos, que possui “caráter teórico ou teórico-prático, presencial, semipresencial ou a distância”. Conforme apresentado por Chieza *et al.* (2020), o curso de extensão

³² Os dados apresentados para 2018 e 2019 no Painel de Dados diferem dos apresentados no banco UFRGS em Números. Para o ano de 2018, são citadas 2.316 atividades de extensão, com um público participante de 63.493, na medida em que são citadas 2.566 atividades em 2019, com um público participante de 50.791 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020e).

“Educação Fiscal e Cidadania”, desenvolvido por membros da Faculdade de Economia da UFRGS e de entes governamentais, teve sete edições entre 2015 e 2019, buscando contribuir com a educação fiscal, estimulando a comunidade acadêmica e a sociedade a criar uma consciência acerca das finanças públicas;

- d) evento: as ações classificadas como eventos são pontuais, podendo ocorrer de forma presencial ou à distância, que se direcionam a um público-alvo específico e possuem curto prazo de duração. Um evento “implica na apresentação, exibição ou discussão pública de saberes ou produtos de caráter científico, tecnológico, educativo, social, comunitário, político, cultural, artístico ou esportivo, desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela Universidade”. Um exemplo a ser citado é o “UFRGS Portas Abertas”, evento que ocorre anualmente desde 2003, e coloca a Universidade em contato direto com a sociedade, divulgando as suas atividades (RIFFEL *et al.*, 2019).

Entendendo que a questão da extensão universitária, no contexto da UFRGS, permite caracterizar as inovações sociais, realizou-se uma *survey*. Os procedimentos metodológicos são apresentados na sequência.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa cujos resultados serão apresentados na sequência seguiu uma série de procedimentos metodológicos, envolvendo a sua concepção, aplicação e análise dos resultados.

A *survey* foi feita a partir da consulta a líderes de ações de extensão desenvolvidas no contexto da UFRGS, através da aplicação de um questionário estruturado, com auxílio de uma ferramenta eletrônica. Ela foi realizada entre 04 de janeiro de 2021 e 14 de janeiro de 2021, endereçada a 620 indivíduos, obtendo 59 respostas. Os procedimentos metodológicos são descritos no que se segue.

4.2.1 Amostra e coleta de dados

Para a realização da pesquisa de campo um questionário foi elaborado e enviado a 620 indivíduos, responsáveis por 912 Ações de Extensão da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (Apêndice C). A amostra foi selecionada a partir da consulta ao Catálogo de Ações de Extensão da UFRGS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020a). Esse catálogo apresenta 47 modalidades de ação. Dentre essas modalidades, selecionaram-se aquelas cujo “título” indica potencial relacionamento com agentes externos à Universidade. Foram então selecionadas as ações incluídas nas modalidades “Ação Social e Comunitária”, “Assessoria e Atendimento”, ou “Consultoria”³³. Optou-se por observar ações realizadas entre 30 de maio de 2016 e 30 de maio de 2020.

O Catálogo de Extensão³⁴ é público, disponibilizado no site da UFRGS. Para a busca das informações os seguintes filtros do Catálogo foram utilizados: “modalidade de ação” e “período de realização”. A lista de ações é, então, apresentada pelo sistema. Coletou-se a amostra de ações a partir dessa lista. Para acessar os contatos dos líderes, selecionou-se a opção “Ver detalhes da ação”, onde consta o campo “E-mail para informações” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020a). Nos casos em que o e-mail para informações não se encontrava preenchido, mas apenas o nome do líder, recorreu-se a uma consulta aos sites de unidades da UFRGS onde tais líderes estão lotados. Os e-mails são publicamente disponibilizados nesses sites. Em casos excepcionais, foram utilizadas informações disponibilizadas nos *Currículos Lattes*.

A aplicação do questionário se deu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (Sistema CEP/CONEP)³⁵. O Apêndice A apresenta uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado aos líderes dos grupos de extensão. Foram enviados e-mails aos líderes de extensão, convidando-os a participar da pesquisa. A construção do questionário se deu com o uso de uma ferramenta eletrônica de livre acesso Google Formulários. Foi aplicado de forma virtual entre 04 de janeiro de 2021 e 14 de janeiro de 2021.

Conforme pode ser observado no Gráfico 4.1, 59 líderes de ações responderam a pesquisa, não existindo mais de uma resposta por líder. Esse valor representa 9,52% do total de indivíduos contatados, e 6,47% das ações extensão selecionadas. Nesse sentido, deve-se ter em mente que as afirmações realizadas na sequência são referentes às ações de

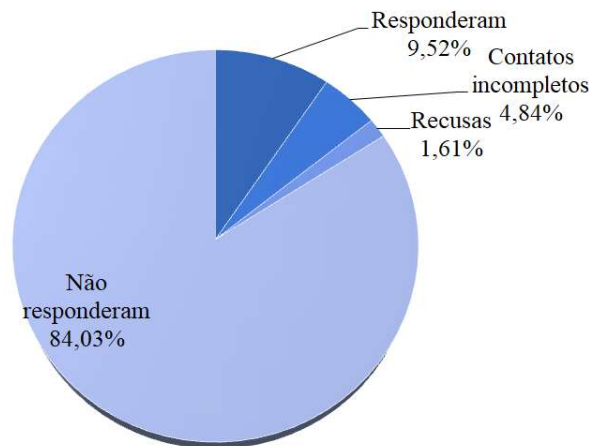
³³ A 912 Ações de Extensão mapeadas se dividem nas modalidades da seguinte forma: 210 ações da modalidade Ação Social e Comunitária, 637 ações da modalidade Assessoria e Atendimento e 65 ações da modalidade Consultoria.

³⁴ UFRGS. Catálogo de Ações de Extensão. 2020a. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/catalogo.php>. Acesso em: 30 mai. 2020.

³⁵ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 40392820.7.0000.5347. Aprovado em 22 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020).

extensão cujo questionário foi devidamente preenchido e enviado.

Gráfico 4.1 – Proporção de respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, é importante salientar que não foi possível completar a entrega do questionário para 30 líderes de extensão, sendo retornada uma mensagem automática do sistema de e-mail. Outros dez participantes retornaram o contato, via e-mail, informando que não participariam da pesquisa, pelos seguintes motivos: aposentadoria (4), não se identificar como público alvo (2), não se sentir a vontade para responder a pesquisa (2), escopo da pesquisa (1) e tamanho do questionário (1).

4.2.2 Metodologia e construção da *survey*

A formulação do questionário foi inspirada na metodologia de dois trabalhos empíricos. Primeiramente, leva-se em consideração a primeira fase empírica do Projeto *Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE), desenvolvido no contexto do Sétimo Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Comunidade Europeia. Ele se debruçou sobre inovações sociais em nível micro, conceituadas como “uma implementação única e concreta de uma solução para responder às demandas sociais, desafios sociais ou mudança sistêmica” (KRÜGER *et al.*, 2018, p.8, tradução nossa)³⁶.

O SI-DRIVE foi guiado por quatro objetivos específicos. O primeiro deles se refere à determinação da natureza, das características e do impacto das inovações sociais; elementos-chave para o desenvolvimento de um novo paradigma de inovações. O segundo

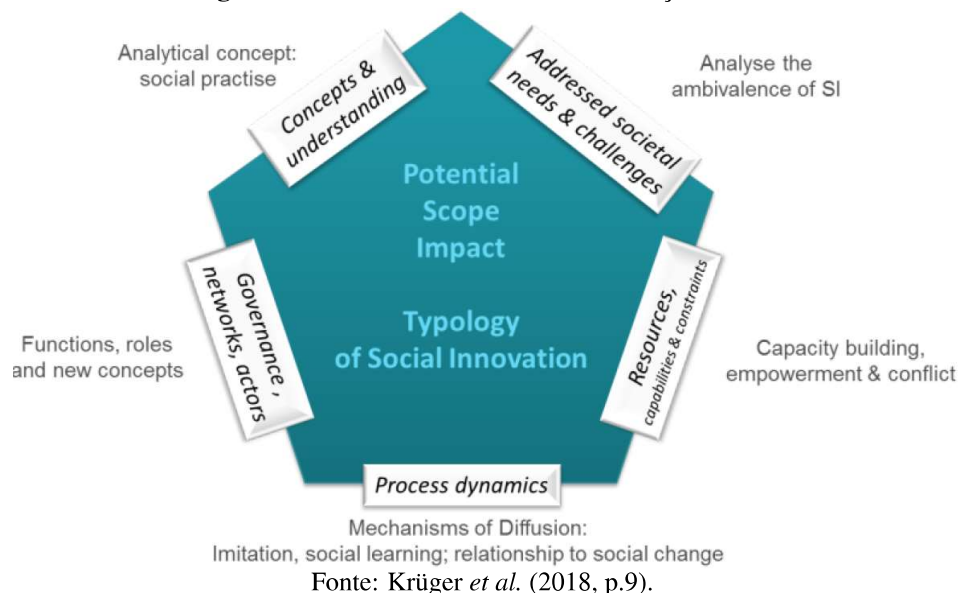
³⁶ No original: “A single and concrete implementation of a solution to respond to social demands, societal challenges or systemic change.”

se liga ao mapeamento, análise e promoção de inovações que tenham o caráter social. O terceiro trata da identificação e da avaliação dos fatores de sucesso das inovações sociais em sete áreas particulares ³⁷. O último se preocupa com a orientação de políticas futuras (SI-DRIVE, 2020a).

A primeira fase empírica do Projeto SI-DRIVE identificou 1.005 iniciativas de inovação social, e investigou suas características a partir de um questionário *online*, que combinou perguntas objetivas e subjetivas. Essas perguntas foram formuladas a partir de cinco dimensões-chave (Figura 4.1), as quais, de acordo com os formuladores, afetam o potencial dessas inovações, seu escopo e seu impacto:

- a) a descrição de conceitos e de entendimentos ligados ao tema das inovações sociais;
- b) a base e a direção das iniciativas para demandas sociais e desafios da sociedade;
- c) a análise dos recursos, capacidades e barreiras apresentadas para a implantação de práticas de inovação social, incluindo a construção de capacidades, o empoderamento dos agentes e seus conflitos;
- d) a incorporação da governança, das redes e dos atores;
- e) as diferentes fases do processo dinâmico de inovação social.

Figura 4.1 – Dimensões-chave da Inovação Social



Essas cinco dimensões contribuíram para a estruturação de um questionário, nutrido de perguntas objetivas.

³⁷ São elas: educação, emprego, meio ambiente e mudança climática, energia, transporte e mobilidade, saúde e segurança social, e redução da pobreza e desenvolvimento sustentável

A segunda fase empírica do projeto se debruçou sobre 82 casos, selecionados entre os 1.005 previamente mapeados. Essa parte do projeto se preocupou em realizar uma pesquisa qualitativa, que apesar de considerar as cinco dimensões acima apresentadas, tinha um maior foco nas duas últimas. Os estudos de caso serviram de subsídio para compreender como as inovações sociais geram as mudanças sociais, identificando os fatores de sucesso e de fracasso para tal, bem como se dão os papéis dos atores e das redes nesse contexto (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016).

Visando obter uma descrição das características de iniciativas desempenhadas na UFRGS e que contribuem para a formulação e concretização de inovações sociais, a estrutura do questionário desenvolvido na presente pesquisa seguiu essas cinco dimensões chave, somadas a uma primeira etapa que deve identificar características gerais de cada Ação. Parte das perguntas terão como inspiração os próprios questionamentos realizados no Projeto SI-DRIVE. O Quadro 4.1 apresenta o significado de cada uma dessas dimensões, o objetivo que se busca alcançar a partir delas, as perguntas que serão relacionadas a cada dimensão, além do que as alternativas intentavam mapear.

O Projeto SI-DRIVE também fez um esforço de classificação/enquadramento temático das inovações sociais em áreas particulares. Pergunta semelhante foi incluída no questionário da presente pesquisa, considerando as categorias propostas pelo Projeto. São elas: educação e aprendizagem ao longo da vida (indicado no questionário – apresentado no Apêndice B, pergunta 4 – como “Educação e/ou formação continuada”, emprego (indicado como “Geração, manutenção e qualificação do emprego; ambiente de trabalho; empreendedorismo”), meio ambiente e mudanças climáticas, fornecimento de energia (essa categoria não foi incluída nas opções do questionário), transporte e mobilidade, saúde e assistência social (indicada como “Saúde e seguridade social”), redução da pobreza e desenvolvimento sustentável. Ainda foram adicionados os temas “migração”, “manifestações culturais” e “envelhecimento da sociedade”.

O trabalho desenvolvido por Kruss *et al.* (2012) é a segunda referência para a formulação do questionário. Calca-se em uma pesquisa do tipo *survey*, que mapeou as formas de interações que as universidades sul-africanas estabelecem com os agentes extramuros. Além de oferecer uma forma para o tratamento dos dados obtidos, os questionários aplicados no trabalho inspiram a formulação das perguntas a serem desenvolvidas, considerando a busca por identificar quais as relações que são estabelecidas entre a universidade e a

sociedade, e como elas se dão.

Nesta investigação, a partir das respostas dadas para a pesquisa realizada, foi desenvolvido um Índice de Média Ponderada (IMP, *Weighted Average Index* - WAI no original), conforme a Equação 4.1, para a análise dos dados coletados:

$$IMP = \frac{\sum_{i=1}^4 FiWi}{N} \quad (4.1)$$

Sendo F_i a frequência em que determinada resposta é escolhida, W_i um valor de 1 a 4, que corresponde à determinada resposta³⁸, e N o número total de respostas.

Esse procedimento metodológico foi reproduzido na presente pesquisa. Dessa forma, foi possível verificar de que forma as características mapeadas a partir do questionário estão presentes nas ações de extensão. O valor do IMP varia de 1 a 4, sendo igual a 1 quando todas as respostas para determinada alternativa foram “1 - De modo nenhum”, e 4 quando todas as respostas foram “4 - Em grande escala”. Assim, quanto maior o valor do índice, mais determinada característica se mostra presente no contexto das ações de extensão mapeadas.

O Apêndice B apresenta a estrutura do questionário desenvolvido na presente dissertação, que conta com dois blocos de perguntas. Primeiramente, são apresentadas onze perguntas que buscam caracterizar as ações de extensão (perguntas de escolha simples ou descrição). Posteriormente, são realizadas dez perguntas específicas sobre os temas ligados às dimensões-chave das inovações sociais (perguntas do tipo Escala Likert).

³⁸ Cada questão do tipo Likert é composta por uma série de alternativas. As respostas possíveis para elas eram: 1 - De modo nenhum; 2 - Em pequena escala; 3 - Em escala moderada; 4 - Em grande escala.

Quadro 4.1 – Dimensões-chave da Pesquisa SI-DRIVE

Dimensão	Significado e objetivo da dimensão	Questões associadas	O que se buscou mapear
Conceitos e entendimentos	Essa dimensão se liga à compreensão da inovação social a partir de teorias e características do processo (conceitos analíticos). Seu objetivo é o de analisar o relacionamento entre inovação social e as mudanças que ela causa a partir de suas propriedades específicas.	Que características podem ser identificadas na Ação de Extensão?	Alternativas 1, 2, 3, 7 e 8 indicam aspectos teóricos ligados à busca por responder um problema social, à transdisciplinaridade e ao empoderamento dos agentes.
			Alternativas 4, 5 e 6 investigam se está se tratando de uma inovação.
Direcionamento às necessidades e desafios sociais	A dimensão se refere às demandas sociais, às necessidades sociais não satisfeitas e aos desafios sociais em diferentes áreas. Assim, busca-se compreender para quem determinada inovação social é desejável, e que objetivos e demandas estão sendo atendidas.	Qual a relação da Ação com as necessidades da sociedade?	As alternativas visam contribuir para que se entenda de que forma e a razão para ocorrer a interação.
Recursos, capacidades e restrições	Para colocar uma inovação social em prática, deve-se ter claro que são mobilizados e utilizados recursos e capacidades, mas que obstáculos são enfrentados para o seu desenvolvimento. Essa dimensão busca identificar como se dão essas questões.	Que recursos financeiros estão disponíveis para o desenvolvimento da Ação?	As alternativas indicam as modalidades possíveis de financiamento da Ação.
		Que recursos físicos e humanos estão disponíveis para o desenvolvimento da Ação?	As alternativas indicam quais recursos estão disponíveis para a Ação.
		Que obstáculos estão postos para o enfrentamento da necessidade social identificada?	As alternativas indicam as barreiras existentes para a execução da Ação.
Governança, redes e atores	Os modos como os atores interagem, e o arcabouço institucional que os envolve é relevante para a avaliação das inovações sociais. Assim, essa dimensão busca mapear os mecanismos pelos quais essas inovações são criadas e difundidas, como os atores cooperam e criam redes.	Com que parceiros o grupo que operacionaliza a Ação de Extensão interage?	São listados 16 possíveis agentes que podem se relacionar no contexto da Ação.

Continua na próxima página

Dinâmica do processo	Vários passos podem ser percorridos para gerar uma inovação social (formulação, prototipação, difusão...). Essa dimensão busca compreender a dinâmica desse processo, e que produtos são provenientes dos esforços desempenhados.	Com que etapas a Ação de Extensão se envolveu?	São apontadas as seis etapas indicadas pela tradição empresarial anglo-americana.
		Através de que mecanismos as parcerias entre o grupo e a sociedade se materializam?	As alternativas indicam possíveis atividades desenvolvidas na Ação.
		Quais aspectos são identificados durante a Ação?	As alternativas buscam identificar se a Ação promove troca mútua de saberes, e indicar que papéis estão sendo desempenhados pela Universidade, de forma alinhada com a classificação apresentada no Capítulo 3.
		Que resultados já foram identificados a partir da Ação?	As alternativas mapeiam os resultados alcançados.

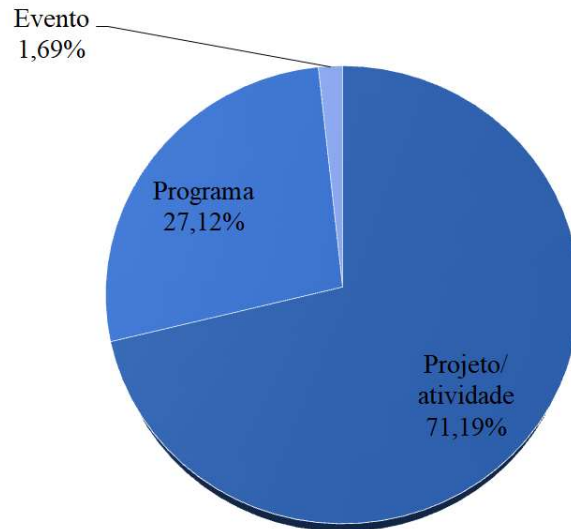
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Howaldt *et al.* (2014)

4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da *survey* aplicada aos líderes de ações de extensão desenvolvidas na UFRGS são apresentados no que se segue. Inicia-se pela caracterização das ações. Em seguida, procura-se estabelecer relações entre as ações de extensão e o tema das inovações sociais.

4.3.1 Caracterização das ações de extensão

Com a intenção de compreender a classificação das ações selecionadas, conforme a Resolução nº 75/2019, indagou-se de que tipo a ação fazia parte. Das respostas obtidas, 42 ações foram classificadas como “projeto/atividade”, 16 são categorizadas como “programas” e uma é do tipo “evento”. Não foram identificadas ações tipificadas como cursos, e outros (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 – Proporção de ações de extensão, por tipo de ação

Fonte: Elaborado pela autora.

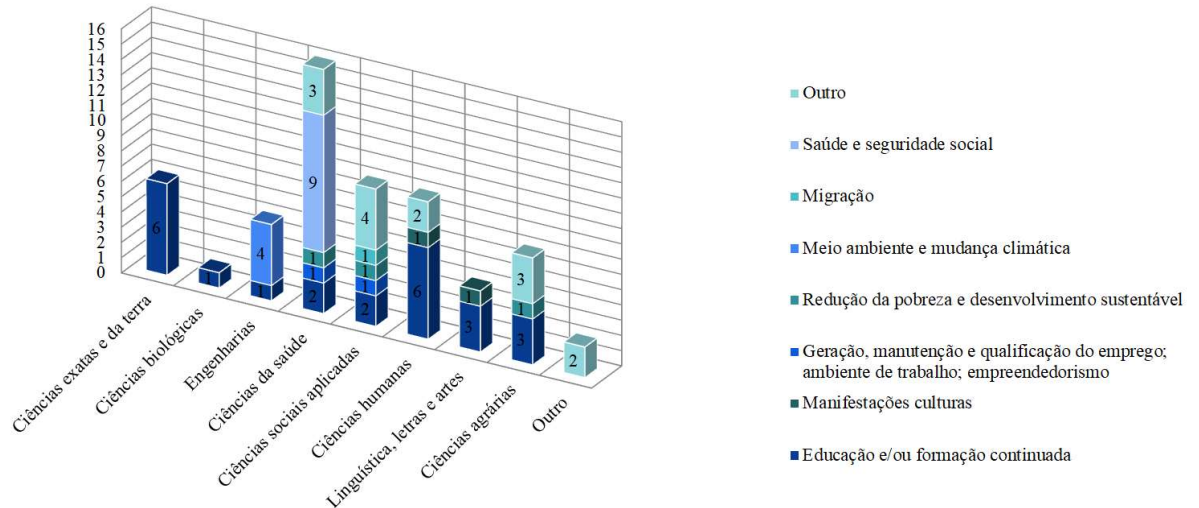
Em se tratando da grande área de conhecimento das ações, notou-se que o maior número de respostas é proveniente das Ciências da Saúde (16 ações), seguidas pelas Ciências Sociais Aplicadas (9 ações) e Ciências Humanas (9 ações). As outras ações se dividem entre as Ciências Agrárias (7 ações); Ciências Exatas e da Terra (6 ações); Engenharias (5 ações); Linguística, Letras e Artes (4 ações) e Ciências Biológicas (1 ação). Além disso, duas ações foram classificadas como “Outro”, ambas relatando a interdisciplinaridade.

Conforme indicado nos procedimentos metodológicos, questionou-se quais os enquadramentos temáticos das ações de extensão. Vale ressaltar que essas alternativas estão relacionadas a temas que envolvem as comunidades, e visam indicar em que áreas a Universidade tem se feito presente. Educação e/ou formação continuada foi o enquadramento mais citado, totalizando 24 ações, seguido pelo tema da saúde e seguridade social, com 9 ações. Além disso, foram relatadas ações enquadradas nos temas meio ambiente e mudança climática (4 ações); redução da pobreza e desenvolvimento sustentável (3 ações); manifestações culturais (2 ações); geração, manutenção e qualificação do emprego; ambiente de trabalho; empreendedorismo (2 ações); e migração (1 ação). Não existiram ações enquadradas nos temas transporte e mobilidade e envelhecimento da sociedade.

Além disso, 14 ações relataram não fazer parte de nenhum dos enquadramentos temáticos indicados, citando os seguintes temas: prestação de serviços (2); saúde animal (1); direitos humanos e justiça/educação (1); esporte como inclusão social e desenvolvimento pessoal (1); gênero na ciência e tecnologia (1); direitos humanos e do trabalho (1); direitos humanos (1); desenvolvimento rural (1); educação para a saúde (1); assistência

jurídica às populações vulneráveis (1); desenvolvimento regional (1); comunicação e artes visuais (1); racismo e relações raciais (1). Os enquadramentos das ações se dividem nas áreas de conhecimento, conforme o Gráfico 4.3.

Gráfico 4.3 – Frequência de ações de extensão, por área de conhecimento e enquadramento temático



Fonte: Elaborado pela autora.

É possível notar que ações enquadradas no tema “educação e/ou formação continuada” estão presentes em todas as áreas do conhecimento (com exceção da opção “Outro”). Todas as ações cujo tema envolve “saúde e seguridade social” estão centradas nas Ciências da Saúde. Já a temática “meio ambiente e mudança climática” ficou centralizada na área das Engenharias. Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, letras e artes; e Ciências Agrárias apresentam temas como “manifestações culturais”, “geração, manutenção e qualificação do emprego; ambiente de trabalho; empreendedorismo” e “migração”.

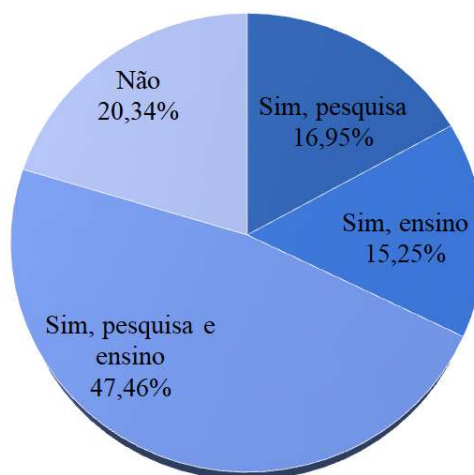
A partir das respostas fornecidas pelos líderes, pode-se concluir que diversos agentes fazem parte das ações de extensão. Os líderes de todas as ações de extensão mapeadas relatam possuir docentes envolvidos. Além disso, 53 possuem envolvimento de alunos da graduação, e 38 de alunos da pós-graduação.

Ademais, 40 ações relatam possuir ligação com membros da sociedade civil – não explicitando se esses membros atuam como público alvo ou diretamente na construção das ações. A média de indivíduos da sociedade envolvidos é de 163,77 pessoas por ação, mas vale salientar que o número de participantes por ação varia de forma considerável – das 30 ações que responderam de maneira exata, treze possuem ligação com até 10 pessoas da sociedade; cinco possuem entre 11 e 50 agentes da sociedade envolvidos; quatro

possuem entre 51 e 100; seis possuem entre 101 e 500; uma possui 1000; e uma possui 2000 membros da sociedade civil envolvidos. Por fim, cabe pontuar que apenas 12 ações relataram envolver membros do governo.

Das ações mapeadas, 28 são relacionadas tanto à pesquisa, como ao ensino. Dez vinculam-se apenas à primeira, e nove apenas à segunda. Além disso, doze dos respondentes afirmaram não existir um vínculo direto com ensino e/ou pesquisa por parte da ação (Gráfico 4.4). É demonstrado, com o mapeamento dessas vinculações, que as três missões que estão colocadas às instituições de ensino superior – ensino, pesquisa e extensão – podem ser consolidadas de maneira conjunta.

Gráfico 4.4 – Vinculação das ações de extensão com ensino e pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

As questões apresentadas até o momento consistiam em perguntas objetivas, possíveis de serem quantificáveis. A partir de uma questão discursiva, os líderes das ações de extensão foram questionados quanto ao principal objetivo da ação. A lista de objetivos é ampla, alcançando diversas áreas e públicos da sociedade. Os objetivos tratam de temas diversos, alinhados com os enquadramentos indicados. Em 39 casos, é notada uma indicação direta de ações realizadas com, ou para a sociedade, como a prestação de atendimentos clínicos e a troca de habilidades e saberes com comunidades rurais. Em outros nove casos, é notada uma indicação indireta de vinculação com a comunidade, na medida em que visam gerar melhorias para a sociedade, como a divulgação da ciência e a promoção de aprimoramentos na comunicação entre universidade e comunidades. Outras dez ações possuem objetivos que se voltam para a comunidade acadêmica, como a aplicação de provas de proficiência e construção de materiais didáticos.

Para que uma ação de extensão seja colocada em prática, ela deve dispor de recursos – sejam eles financeiros, físicos ou humanos. Também é reconhecido que existem obstáculos que dificultam o desenvolvimento dessas ações. Dessa forma, buscou-se investigar quais recursos e barreiras estão postos para as ações desempenhadas no escopo da UFRGS.

Tratando dos recursos financeiros, as alternativas se focalizaram nas fontes que estão disponíveis para o desenvolvimento da ação (Tabela 4.2). É relevante esclarecer que, quanto mais alto o valor Índice de Média Ponderada (IMP), maior é o número de ações que contam com determinada fonte. Vale lembrar que o valor do IMP varia de 1 a 4, sendo igual a 1 quando todas as respostas para determinada alternativa foram “1 - De modo nenhum”, e 4 quando todas as respostas foram “4 - Em grande escala”.

Nota-se que 22 das 59 ações mapeadas não contam com nenhuma das seis formas de financiamento apresentadas. Para as outras ações, as principais fontes de financiamento relatadas são provenientes do retorno financeiro dos próprios produtos e serviços desenvolvidos, e de agências de fomento nacionais. As modalidades de financiamento como filantropia e doações são as terceiras maiores fontes. As menores fontes de financiamento são as agências de fomento regional e o financiamento de empresas públicas e privadas. Ainda que existam fontes de financiamento, nota-se que os líderes relatam que elas são disponibilizadas, majoritariamente, em pequena escala.

Tabela 4.2 – Recursos financeiros disponíveis, por frequência e IMP

Recursos	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Retorno financeiro dos próprios produtos e serviços desenvolvidos	38	9	3	9	1,71
Financiamento público (agências de fomento nacional)	42	10	4	3	1,46
Outras modalidades de financiamento (filantropia, doações de pessoas físicas, etc)	45	7	5	2	1,39
Financiamento público (agências de fomento regional)	46	8	4	1	1,32
Financiamento público (empresas)	51	5	2	1	1,20
Financiamento privado (empresas)	52	3	3	1	1,20

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere aos recursos físicos e humanos (Tabela 4.3), os respondentes relataram que contam, com maior frequência, com materiais acadêmicos que são adequados para a realização de pesquisas sobre os temas envolvidos na ação. O apoio de alunos da

graduação também se coloca como um importante recurso, com 53 dos líderes relatando que isso ocorre em escala moderada ou grande. Como já ressaltado na caracterização das ações, os docentes também estão envolvidos em todas as ações, mas esse envolvimento se dá em menor escala quando comparado aos alunos de graduação. Dentre as opções apresentadas, os recursos disponíveis em menor escala são as instalações, computadores e softwares, seguidos pelo envolvimento com alunos da pós-graduação, que não ocorre de modo nenhum em 13 das 59 ações.

Tabela 4.3 – Recursos físicos e humanos disponíveis, por frequência e IMP

Recursos	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Material acadêmico apropriado para a realização de pesquisas sobre o assunto	2	5	16	36	3,46
Envolvimento de alunos da graduação	3	3	17	36	3,46
Envolvimento de docentes	0	13	23	23	3,17
Instalações, computadores e softwares	4	13	22	20	2,98
Envolvimento de alunos da pós-graduação	13	13	17	16	2,61

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.2 Extensão universitária e inovações sociais: é possível estabelecer uma ponte entre os dois temas?

As perguntas do segundo bloco do questionário aplicado buscam, inicialmente, caracterizar as atividades de extensão a partir dos conceitos de inovação social tratados na literatura, em especial: a busca por dar resposta às necessidades sociais, o estabelecimento de redes com membros da sociedade, o empoderamento dos agentes da coletividade, a geração de inovações, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Como descrito na metodologia, quanto mais alto o IMP, maiormente determinadas características são identificadas nas ações de extensão investigadas. Os resultados estão apresentados na Tabela 4.4.

Tabela 4.4 – Características identificadas na Ação de Extensão, por frequência e IMP

Características	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Faz uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas	0	4	14	41	3,63
Estabelece um relacionamento com a sociedade a partir da ação	0	6	15	38	3,54
Busca atender necessidades humanas	0	6	19	34	3,47
Faz uso de conhecimentos provenientes de fora da comunidade acadêmica	4	7	21	27	3,20
Busca empoderar os agentes da coletividade	5	10	17	27	3,12
Desenvolve novas práticas ou processos	2	14	18	25	3,12
Cria novos serviços ou produtos	5	22	19	13	2,68
Visa contribuir para o desenvolvimento de novas normas e regulações	11	13	19	16	2,68

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as respostas dos líderes de extensão, pode-se notar que três características estão presentes, em maior ou menor escala, em todas as ações. Os líderes de todas as ações mapeadas relatam fazer uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas, sendo que isso ocorre em escala moderada ou grande em 55 ações. As 59 ações mapeadas também estabelecem um relacionamento com a sociedade, sendo que 38 relatam que essa característica é identificada em grande escala. Todas as ações também buscam, em alguma medida, atender necessidades humanas – são várias as necessidades citadas nos objetivos das ações, relacionadas com questões jurídicas, de educação, de saúde humana, saúde animal, entre outras. Os índices de média ponderada das três alternativas supracitadas se aproximam de quatro, indicando que essas características – que se ligam fortemente ao tema das inovações sociais – são relevantes no desenvolvimento das ações de extensão mapeadas.

A transdisciplinaridade – o uso de conhecimentos provenientes de fora da comunidade acadêmica – também se coloca como uma característica marcante, nesse sentido, uma vez que 55 das 59 ações relatam sua presença em menor ou maior escala. Além disso, a busca por empoderar os agentes da coletividade é relatada em 54 ações, tendo sua ocorrência relatada em 44 ocasiões como escala moderada ou grande.

Também vale constatar se há a intenção de gerar inovações, no contexto dessas

ações. Nota-se, através dos índices de média ponderada, que essas características são presentes em escala menor, quando comparadas com as anteriormente indicadas. O desenvolvimento de novas práticas e processos ocorre em 57 ações, com 25 relatando que isso ocorre em grande escala. A criação de novos serviços ou produtos, e de novas normas e regulações apresentam o mesmo índice. Entretanto, a primeira ocorre em 54 casos, na medida em que a segunda ocorre em 48 casos.

Como exemplo de novas práticas e processos, citam-se atividades ligadas à geração de renda. Um exemplo de novos serviços e produtos é a criação de produtos de comunicação. Por fim, no que se refere às novas normas e regulações, pode ser indicado o apoio na construção de planos diretores.

Apenas o respondente R30 relatou não desenvolver, em nenhuma medida, esses três tipos de atividades. Dá-se ênfase, ainda, aos respondentes R14, R34 e R56. Esses três líderes relataram que todas as características acima pontuadas se apresentam em grande escala nas ações. Seus objetivos demonstram que as elas são diretamente relacionadas com grupos externos à universidade, sendo duas tendo atividades voltadas para esses grupos, e uma construída com um grupo específico.

A partir da primeira questão do segundo bloco, foi possível identificar a existência de características que fazem parte do corpo teórico que envolve as inovações de caráter social no desenvolvimento de ações de extensão no contexto da UFRGS. Logo, as ações mapeadas possuem atributos que as aproximam de atividades capazes de gerar inovações sociais.

As inovações sociais são desenvolvidas para dar respostas aos desafios e necessidades que estão presentes na sociedade ou em determinadas coletividades. Nesse sentido, buscou-se aprofundar de que forma as ações de extensão se relacionam com essas necessidades, em uma tentativa de compreender como as demandas são identificadas, e se há intenção explícita em alterar a realidade de grupos específicos e/ou da sociedade.

A Tabela 4.5 dá indicativos de como ocorre a relação da Ação com as necessidades da sociedade. Levando em consideração também o alcance das iniciativas. 55 dos 59 líderes de ações de extensão relataram que, em alguma medida, suas atividades respondem às necessidades de grupos específicos da sociedade, na medida em que 53 relataram intentar alterar algum sistema na sociedade – como economia, educação, política, etc.

Aponta-se que 56 líderes relataram que a Ação se desenvolve, em alguma medida,

em função de uma demanda apresentada pela sociedade de maneira explícita, mas apenas 25 relatam que isso ocorre em grande escala. De maneira geral, a universidade busca realizar os contatos com a sociedade, sendo buscada em menor proporção. Isso é demonstrado pela diferença entre os índices: ao se mapear se os agentes da universidade procuram os agentes da sociedade para o desenvolvimento da ação, é obtido um índice de 3,10, sendo frisado que em 27 ações essa característica ocorre em grande medida. Já a alternativa que questiona se os agentes da sociedade procuram os agentes da universidade obteve um IMP de 2,73, com 19 respondentes indicando que isso ocorre em grande medida.

Tabela 4.5 – Relação da Ação com as necessidades da sociedade, por frequência e IMP

Relação	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Responde às necessidades e/ou desafios sociais de grupos específicos da sociedade	4	7	18	30	3,25
Surge a partir de uma demanda apresentada pela sociedade de maneira explícita	3	11	20	25	3,14
Os agentes da universidade procuraram os agentes da sociedade para o desenvolvimento da ação	8	5	19	27	3,10
Busca mudar um sistema na sociedade (como a economia, educação, política, etc)	6	13	19	21	2,93
Os agentes da sociedade procuraram os agentes da universidade para o desenvolvimento da ação	11	13	16	19	2,73

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale ressaltar que os respondentes R6, R14, R24, R27, R31, R40, R42, R51, R52 e R60 relatam que tanto a procura dos agentes da sociedade por parte da Universidade, quanto a procura da Universidade por parte dos agentes da sociedade ocorrem em grande medida. Isso pode indicar que os agentes das duas pontas da relação possuem a percepção de que a criação de vínculos é capaz de gerar benefícios.

Todas as ações relataram enfrentar algum obstáculo, em maior ou menor medida. Das opções mapeadas, os líderes ressaltam que a principal barreira para o desenvolvimento das ações de extensão é a falta de financiamento. 49 ações relatam que esse fator é, em alguma escala, um obstáculo. Isso é compatível com os dados apresentados anteriormente, nos quais se pode notar baixos IMPs no que se refere às fontes de financiamento. O segundo maior obstáculo, segundo os respondentes, é a burocracia que envolve a ação.

Também é relatada existência de um número insuficiente de participantes da universidade, e de fora dela. A Tabela 4.6 compila as informações acerca dos obstáculos.

Tabela 4.6 – Obstáculos para o enfrentamento da necessidade social, pro frequência e IMP

Obstáculo	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Falta de financiamento	10	16	16	17	2,68
Burocracia	17	21	8	13	2,29
Número insuficiente de participantes (da universidade)	22	20	12	5	2,00
Assimetria de informações entre os agentes envolvidos	28	18	12	1	1,76
Número insuficiente de participantes (de fora da universidade)	33	14	8	4	1,71
Falta de compromisso de participantes (de fora da universidade)	36	14	6	3	1,59
Pouca clareza em relação às características da necessidade social	32	20	7	0	1,58
Falta de compromisso de participantes (da universidade)	42	9	8	0	1,42
Restrições legais	42	12	3	2	1,41
Oposição política	44	9	4	2	1,39

Fonte: Elaborado pela autora.

A assimetria de informações também se apresenta como uma barreira para 30 dos respondentes. A falta de compromisso de agentes de fora da universidade e a falta de clareza acerca do problema social são barreiras de escala reduzida. Já os menores obstáculos são as restrições legais e a falta de compromisso por parte dos agentes da universidade e problemas de oposição política. Os respondentes R12, R39, R40, R55 e R56 ainda relatam que todas as alternativas apresentadas são, em alguma medida, obstáculos para o enfrentamento da necessidade social identificada.

Anteriormente, nesse trabalho, foi dada ênfase para a relevância dos Sistemas Sociais de Inovação. Notou-se que a formação de redes entre diversos agentes – com ênfase nos que fazem parte da academia – é fundamental para o desenvolvimento de inovações com objetivos sociais. Portanto, buscou-se compreender com que agentes o elo “universidade” interage para o desenvolvimento das ações de extensão.

Em todas as ações de extensão mapeadas há, em alguma medida, vínculos com atores externos. A Tabela 4.7 apresenta a frequência em que são estabelecidas essas relações, por agente externo.

Sublinha-se que, dos 59 líderes que responderam a pesquisa, apenas três relatam

que as ações não possuem vínculos com a sociedade civil/comunidade, sendo que 35 das ações relatam que essa interação ocorre em grande escala. Dá-se ênfase para as interações estabelecidas com outras universidades brasileiras, bem como com outras instituições de ensino. Entidades locais específicas e movimentos sociais figuram entre os atores com grandes interações. As ações mapeadas indicam, portanto, que a relação universidade-sociedade pode estar sendo fortalecida através da extensão universitária. Em contrapartida, é importante ressaltar uma interação relativamente menor das ações de extensão com empresas públicas e privadas.

Tabela 4.7 – Interações com agentes externos, por frequência e IMP

Agentes	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Sociedade civil/comunidade	3	9	12	35	3,34
Entidade local específica	16	14	11	18	2,53
Outras universidades brasileiras	23	13	16	7	2,12
Outras instituições de ensino	26	12	15	6	2,02
Movimentos sociais	27	14	11	7	1,97
Escolas de ensino fundamental e médio	36	5	7	11	1,88
Organizações sem fins lucrativos	30	16	7	6	1,81
Governo	30	16	7	6	1,81
Empresas públicas	42	5	6	6	1,59
Pequenas e médias empresas privadas brasileiras	42	9	4	4	1,49
Universidades estrangeiras	39	14	3	3	1,49
Organizações políticas	44	9	5	1	1,37
Clínicas e centros médicos	44	10	4	1	1,36
Agências de desenvolvimento	45	9	4	1	1,34
Grandes empresas privadas brasileiras	46	9	3	1	1,31
Empresas multinacionais	49	7	2	1	1,24

Fonte: Elaborado pela autora.

Investigou-se também a partir de quais mecanismos as parcerias entre o grupo e a sociedade se materializam. Como pode ser visto pela Tabela 4.8 o principal mecanismo de interação foi a provisão de serviços, seguida pelas opções “ensino para cidadãos da comunidade” e “projetos de compartilhamento de conhecimento com a comunidade, e de construção de novos saberes o monitoramento e avaliação da necessidade social identificada”. O monitoramento e a avaliação das necessidades sociais ocorreram em grande ou moderada escala em 32 ocasiões. Os projetos e as pesquisas colaborativas, co-criadas com a comunidade, estiveram presentes, em alguma medida, em 42 ações, na medida em que

as pesquisas realizadas sobre a sociedade, com o *feedback*, dela foram relatadas por 45 ações.

Essas características também são evidenciadas nos objetivos mapeados, na medida em que os respondentes relatam a promoção de atividades em conjunto com as comunidades, visando difundir e trocar os saberes, em áreas como empreendedorismo e comunicação.

Outros mecanismos de relacionamento com a sociedade, que se mostraram menos presentes, são o desenho e teste de novos produtos e processos, a consultoria para grupos da sociedade, a transferência de tecnologia e a incubação. Os respondentes R2 e R58 indicam desempenhar apenas um dos mecanismos listados. Em contrapartida, o respondente R9 afirma desenvolver, em maior ou menor escala, todos os mecanismos listados.

Tabela 4.8 – Formas de interação, pro frequência e IMP

Mecanismos	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Provisão de serviços	7	14	15	23	2,92
Ensino para cidadãos da comunidade (ex.: promoção de cursos externos, aulas públicas e seminários)	15	10	14	20	2,66
Projetos de compartilhamento de conhecimento com a comunidade, e de construção de novos saberes	12	14	16	17	2,64
Projetos e pesquisas colaborativas, co-criadas com a comunidade	17	9	13	20	2,61
Monitoramento e avaliação de necessidades sociais	13	14	20	12	2,53
Pesquisas realizadas sobre a comunidade, recebendo feedback dela	24	13	14	8	2,10
Desenho e teste de novos produtos e processos	25	15	10	9	2,05
Consultoria para grupos da sociedade	26	16	10	7	1,97
Transferência de tecnologia	28	18	4	9	1,90
Incubação	50	6	1	2	1,24

Fonte: Elaborado pela autora.

Buscou-se ainda mapear se existe a troca de conhecimentos entre os membros externos e a Universidade. Identificou-se que, para 55 dos respondentes, as duas pontas da relação são relevantes para ampliar o conhecimento, em alguma medida. Além disso, 52 líderes afirmam que as duas pontas da relação contribuem de maneira equilibrada para o desenvolvimento da ação. Na percepção dos líderes, os agentes da sociedade parecem se

sentir incluídos no atendimento das suas necessidades na maioria dos casos, e os agentes da Universidade demonstram se sentir relevantes em todos. Os resultados encontrados estão apresentados na Tabela 4.9.

Tabela 4.9 – Aspectos identificados durante a ação, por frequência e IMP

Aspectos	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
As duas pontas da relação universidade-sociedade são relevantes para ampliar o conhecimento acerca do problema social e para o desenvolvimento da solução	4	5	11	39	3,44
Os agentes das universidades demonstram se sentir relevantes para a melhoria da qualidade de vida da sociedade	0	8	21	30	3,37
Os agentes da sociedade demonstram se sentir incluídos no atendimento das suas necessidades	4	8	29	18	3,03
As duas pontas da relação universidade-sociedade contribuem de maneira equilibrada para o atendimento da necessidade social	7	13	23	16	2,81

Fonte: Elaborado pela autora.

A troca de saberes que se dá a partir da interação Universidade-sociedade fica evidenciada, por exemplo, em ações ligadas ao manejo e produção animal, que dependem tanto do conhecimento advindo da Universidade, como dos saberes presentes nas propriedades rurais.

Também se pretendeu detectar se as ações desempenham os papéis descritos no capítulo anterior – relembrando, são eles: prover recursos para a comunidade; transmitir o conhecimento para comunidade; prestar serviços para a comunidade; provedor soluções para os problemas da comunidade; e agir em nome da comunidade. 21 líderes indicaram realizar, em alguma medida, todas as atividades listadas. As respostas dos líderes estão apresentadas na Tabela 4.10.

Tabela 4.10 – Atividades desempenhadas na ação, por frequência e IMP

Aspectos	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
A universidade coloca seus professores e estudantes para contribuir de maneira direta com a comunidade	2	4	14	39	3,53
A universidade coloca seus equipamentos, instalações e laboratórios a serviço da comunidade	5	12	14	28	3,10
A universidade se envolve no desenvolvimento de soluções, a pedido da comunidade, tendo autonomia e liberdade para fazer sugestões	10	9	19	21	2,86
A universidade oferece educação continuada e cultural para a comunidade	11	13	15	20	2,75
A universidade fornece serviços para a comunidade que foram explicitamente solicitados	12	12	19	16	2,66
A universidade oferece treinamento profissional para a comunidade	14	18	10	17	2,51
A universidade entra na comunidade como um especialista externo	14	15	18	12	2,47
A universidade estabelece um contrato formal com a comunidade	22	18	8	11	2,14
A universidade oferece uma solução em nome da comunidade	23	15	18	3	2,02

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, no que tange aos papéis propostos, tem-se os seguintes indicativos:

- a) papel de prover recursos para a comunidade: 54 ações colocaram seus equipamentos, laboratórios e instalações a serviço da comunidade, e apenas duas das ações não colocaram professores e estudantes para contribuir de maneira direta com a comunidade. Isso foi observado em ações que contribuem para o fomento da pesquisa em outros níveis de ensino, e que avaliam a saúde e questões laborais de comunidades, por exemplo;
- b) papel de transmitir o conhecimento para comunidade: em 48 casos a Universidade ofereceu formação continuada e cultura para a comunidade. Também foi oferecido treinamento profissional para a comunidade em 45 ações. Pode-se exemplificar a partir de ações que buscam capacitar a sociedade no que se refere aos recursos hídricos, bem como no estudo da música;
- c) papel de prestar serviços para a comunidade: a Universidade estabeleceu um con-

trato formal com a sociedade em 37 casos, sendo a maioria em pequena escala, e agiu como um *expert* externo em 44 ações. São notadas ações que contribuem para a execução de programas nacionais, bem como a prestação de assistência jurídica para a comunidade;

- d) papel de provedor soluções para os problemas da comunidade: em 47 ações, a Universidade ofereceu serviços para a comunidade que foram explicitamente solicitados e se envolveu no desenvolvimento de soluções, a pedido da comunidade, tendo autonomia e liberdade para fazer sugestões em 49 das ações. Por exemplo, existem ações que avaliam o impacto de obras na incidência de um evento climático, que contribuem para o atendimento pacientes com urgência odontológica e com problemas no uso de medicamentos;
- e) papel de agir em nome da comunidade: as ações de extensão desenvolvidas ofereceram soluções em nome da comunidade em 36 das 59 ações mapeadas, mas em apenas três isso ocorreu em grande escala. Ressalta-se, como exemplo, a indicação de medidas voltadas para a redução de impactos de um evento climático.

Dessa forma, pode-se inferir que o papel que foi mais exercido, entre as ações mapeadas, foi o de prover recursos para a comunidade, seguido do papel de prover soluções para os problemas da comunidade.

A literatura acerca da inovação social ligada à tradição empresarial anglo-americana indica que existem etapas – identificação do problema social, formulação de propostas e ideias, prototipação e criação de projetos pilotos, sustentação do projeto, escalonamento e difusão da solução, e mudança sistêmica, que não são, necessariamente, sequenciais e possuem componentes de *feedback* – pelas quais o processo de inovação social pode passar. Nesse sentido, buscou-se identificar se as ações de extensão enfrentaram essas etapas. É importante ter em mente que, no momento em que foram coletadas as informações das ações, algumas já se encontravam como finalizadas, enquanto outras ainda estavam em andamento.

Conforme apresentado na Tabela 4.11, a etapa de formulação de propostas e ideias foi enfrentada por 57 ações, sendo que 56 relatos indicam que isso ocorreu em escala moderada ou grande, com seu índice de média ponderada indicando que essa característica é marcante nas ações. A etapa de identificação da necessidade social também foi enfrentada por 57 ações de extensão dentre as 59 mapeadas, mas seu índice de média

ponderada indica que sua escala foi inferior à etapa anteriormente citada. A continuidade das ações, que se dá através de sua sustentação, esteve presente em 55 relatos, com 25 deles indicando que isso ocorre em grande escala.

A prototipação e a criação de projetos pilotos, momento em que as ideias são testadas, estiveram presente em 54 ações, sendo que 16 relatam que sua ocorrência se deu em pequena escala. Em 50 ocasiões, foi relatada a existência de potencial para a ação se estender a outros grupos da sociedade, através da etapa de escalonamento e difusão, mas que isso em 20 relatos isso se ocorre em pequena escala. Por fim, a etapa menos relatada foi a de mudança sistêmica, presente em 46 ações, sendo que 20 se dão em pequena escala. Além disso, 42 ações afirmam ter enfrentado, em alguma medida, todas as etapas listadas. Apenas o respondente R18 afirmou não que a ação de extensão não passou por nenhuma das etapas.

Tabela 4.11 – Etapas do processo de inovação social, por frequência e IMP

Etapas	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Formulação de propostas e ideias	2	1	18	38	3,56
Identificação da necessidade social	2	7	17	33	3,37
Sustentação do projeto	4	11	19	25	3,10
Prototipação e criação de projetos pilotos	5	16	16	22	2,93
Escalonamento e difusão	9	20	18	12	2,56
Mudança sistêmica	13	20	18	8	2,36

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, investiga-se quais resultados já foram identificados a partir da ação. Todas as ações relatam ter obtido resultados. Conforme indicado na Tabela 4.12, é ressaltado que, em primeiro lugar, constam os benefícios para a comunidade diretamente envolvida com o projeto, seguida de benefícios para a sociedade, sendo que as 59 ações indicam que isso ocorreu, em alguma medida. Os objetivos das ações indicam que esses benefícios podem se materializar, por exemplo, através de atividades que promovam melhorias na saúde de grupos específicos da sociedade, do aprimoramento e troca de saberes em propriedades rurais, e da inclusão de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Novos conhecimentos também foram gerados, bem como trabalhos acadêmicos, e avanço na ciência. Identifica-se, ainda, a existência de fortalecimento da cultura local, novos produtos e processos e indicações de políticas públicas.

Tabela 4.12 – Resultados obtidos com a ação, por frequência e IMP

Resultados	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala	IMP
Benefícios para a comunidade diretamente envolvida com o projeto	0	3	16	40	3,63
Benefícios para a sociedade	0	11	22	26	3,25
Trabalhos acadêmicos (artigos, relatórios, TCCs, dissertações e teses)	3	12	18	26	3,14
Criação de novos conhecimentos	5	6	24	24	3,14
Avanço da ciência	3	21	20	15	2,80
Fortalecimento da cultura local	13	15	10	21	2,66
Novos produtos ou processos	11	17	17	14	2,58
Indicações de políticas públicas	19	19	12	9	2,19

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4 NOTAS ACERCA DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NO CONTEXTO DA UFRGS

Os 59 líderes de ações de extensão que responderam o questionário contribuíram para a elucidação das relações que podem ser estabelecidas entre a extensão universitária e a temática das inovações sociais, no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os apontamentos realizados no que se segue indicam que os agentes da Universidade desempenham esforços que auxiliam para a formulação e concretização dessas inovações, fazendo parte dos Sistemas Sociais de Inovação.

Com base na literatura investigada na presente dissertação, é salientado que a efetivação da terceira missão social das instituições de ensino superior pode ser realizada a partir das atividades de extensão universitária. Isso contribui para o fortalecimento dos Sistemas Sociais de Inovação, além de gerar melhorias na qualidade de vida de comunidades específicas, e/ou da sociedade como um todo.

As informações disponibilizadas através dos canais institucionais da UFRGS contribuem para que se note que as ações de extensão são parte relevante do processo de formação dos estudantes, bem como uma forma de promover relações com outros segmentos, com capacidade de responder às demandas sociais e reforçar o compromisso que a instituição possui com a sociedade. Essa questão é corroborada pelos dados coletados na *survey*, na medida em que são relatadas os relacionamentos criados com os agentes da universidade, e os de fora dela, e notadas as formas como esses vínculos se materializam.

O número de respostas obtidas pode ser considerado pequeno dentro do universo de ações desenvolvidas no contexto da UFRGS, conforme apresentado na Tabela 4.1. Ainda assim, elas permitem que sejam ressaltadas importantes questões, que interligam o tema da extensão universitária na referida instituição ao tema das inovações sociais.

A maior parcela das ações de extensão mapeadas – que, na sua quase totalidade, são classificadas como programas e projetos –, possuem vinculações com outras atividades que são desempenhadas no contexto da Universidade: o ensino e a pesquisa. Isso vai ao encontro da ideia de indissociabilidade entre as três modalidades, indicando que as três missões das universidades se desenvolvem de maneira conjunta.

O envolvimento de diversos agentes com a extensão universitária não se dá de maneira homogênea. Em relação ao corpo discente da Universidade, é notado que um número maior de alunos da graduação contribui para as ações, em relação aos alunos da pós-graduação. Também é sublinhada uma baixa vinculação com o governo para a realização dessas ações. Os relatos dos líderes de extensão indicam que membros da sociedade civil se envolvem com as ações – relembrando que o número de participantes por ação varia de forma considerável. Com base nessas informações, e também a partir da observação dos objetivos das ações de extensão descritos pelos respondentes, nota-se que a relação da UFRGS com a comunidade é fortalecida através da extensão universitária.

As inovações sociais são marcadas pela busca por dar respostas aos problemas e necessidades sociais, utilizando-se de saberes presentes em diversas disciplinas, e de fora delas, com foco no empoderamento dos agentes. Dessa forma, é possível fazer um paralelo entre as ações mapeadas e as bases teóricas que caracterizam essas inovações.

Grande parte dos líderes indicou que existe a intenção de solucionar questões apresentadas pela sociedade, estabelecendo relações com seus membros, em especial com grupos específicos. Os relatos indicam que as ações se ligam com demandas diversas, estando elas ao nível dos membros da coletividade, como a atenção odontológica e jurídica, ou das comunidades de maneira geral, como a busca por soluções em face de questões climáticas e de educação sobre recursos hídricos.

As ações surgem, muitas vezes, em função de demandas apresentadas explicitamente pela sociedade. Ao mapear de que forma se materializam as interações com os agentes externos, é notado que os agentes da Universidade criam elos com a sociedade civil/comunidade, em primeiro lugar. Também se nota o estabelecimento de vínculos entre

a UFRGS e outras instituições de ensino, em especial outras universidades brasileiras. Entretanto, através das ações de extensão mapeadas, não se identificou uma forte vinculação tanto com o governo, como com empresas (tanto as públicas, como as privadas).

Ainda pela ótica das inovações sociais, o empoderamento dos agentes é condição *sine qua non*. As respostas dos líderes de extensão apontam que, na maior parte das ações (54 das 59), essa característica é indicada como presente pelos respondentes, colaborando com a ideia de que a extensão universitária contribui para a geração dessas inovações. Além disso, o desenvolvimento das ações é marcado pelo compartilhamento de saberes, sendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade características relatadas pelos líderes da parcela da extensão universitária mapeada pela *survey*. O foco maior está na interdisciplinaridade, uma vez está presente em todas as ações investigadas.

A partir das respostas obtidas pelos líderes das ações de extensão da UFRGS, nota-se que a formulação e operacionalização das atividades desenvolvidas são marcadas pelo trabalho conjunto entre os agentes da Universidade e da sociedade. Os respondentes da *survey* têm a percepção de que os discentes envolvidos se sentem relevantes no processo, e que os agentes da comunidade se sentem incluídos na solução de seus problemas.

No presente trabalho, foram propostos papéis que as universidades poderiam desempenhar para alcançar a sua terceira missão social. Nesse sentido, identifica-se nas respostas dos líderes o desenvolvimento de atividades que demonstraram cumprir os cinco papéis sugeridos. Entretanto, nota-se que elas possuem maior ênfase em atividades provedoras de recursos e de soluções para a comunidade envolvida no projeto.

Um fator a ser sublinhado trata do financiamento das iniciativas, uma vez que a falta de recursos financeiros é apontada como a principal barreira para a realização das ações. Como salientado, 22 ações relataram não contar com nenhuma das formas de financiamento listadas. Além disso, a maior frequência de respostas das ações que afirmam obter recursos financeiros é concentrada na opção “em pequena escala”. A principal fonte de recursos são os retornos financeiros dos próprios produtos e serviços desenvolvidos. Ademais, nota-se que a burocracia que envolve as ações também é uma barreira para a sua operacionalização.

É pontuado que a maior parte das ações se identifica, em alguma medida, com as etapas propostas por Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) para a realização de inovações sociais. É importante ressaltar que as ações não necessariamente enfrentaram

todas as etapas, e na mesma escala, sinalizando o caráter não linear do modelo proposto pelos autores. O maior grau de importância atribuído pelos respondentes está ligado à etapa de formulação de propostas e ideias, na qual são reunidas as possíveis atitudes que podem ser tomadas frente à necessidade social.

Os principais frutos das ações, segundo os respondentes, envolvem benefícios gerados para a comunidade diretamente ligada ao projeto, e para a sociedade, de modo geral. Além disso, o conhecimento foi expandido através das ações, trabalhos acadêmicos foram gerados e a ciência teve avanços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações sociais se colocam como possibilidades para a geração de benefícios voltados aos indivíduos que compõem a sociedade, tendo capacidade para dar respostas às necessidades sociais e satisfazer demandas de grupos específicos e comunidades. Essas iniciativas podem se espalhar para o sistema social como um todo, objetivando promover o seu bem-estar. Com essa ideia como pano de fundo, a presente dissertação buscou responder quais são os papéis desempenhados pelas universidades para levar a cabo inovações sociais, e ainda de que forma essa questão está inserida no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Visando responder essas questões, foi realizada no Capítulo 2 uma revisão de literatura sobre a temática das inovações sociais. Pode-se constatar que essas novas formas de responder aos problemas sociais podem contribuir para que os agentes de determinada sociedade sejam empoderados, ou seja, que tenham a ampliação da capacidade e dos meios para participar e controlar as mudanças que afetam seus contextos. Nesse sentido, os membros dos grupos sociais e comunidades podem ser incluídos nos processos que melhoram a sua qualidade de vida. A partir das iniciativas ligadas à inovação social, os indivíduos aprendem e criam redes, trocando e criando saberes – eles são partes ativas da gênese das soluções de seus problemas. Ademais, o processo enfrentado pelos agentes envolvidos é tão importante quanto os resultados alcançados.

Foi ressaltado que as inovações sociais podem se materializar na forma de tecnologias sociais, as quais são métodos, técnicas e produtos que possuem uma lógica sustentável e solidária, incluindo socialmente as sociedades que toca, e construindo as soluções de forma participativa.

A literatura que envolve essa temática está concentrada, em especial, no escopo das ciências sociais. De modo geral, é consenso que as inovações sociais podem ser entendidas como inter/transdisciplinares – isso significa que os recursos que as envolvem não estão atados a apenas um campo de conhecimento, que o seu objetivo primordial é o de buscar soluções para problemas e necessidades que os agentes de uma determinada coletividade estão enfrentando, e que o foco não está apenas no resultado obtido, mas no percurso que foi enfrentado para chegar até ele.

Recorda-se que os desenvolvimentos teóricos acerca das inovações sociais se dividem na tradição euro-canadense de economia social e na tradição empresarial anglo-americana. A primeira é centrada no papel das comunidades, inseridas em seus contextos socioculturais e sociopolíticos, para o desenvolvimento dessas ações, fortalecendo a ideia de que a cooperação entre instituições e indivíduos é ponto chave para o sucesso das práticas. Já a segunda enfatiza, em grande medida, a forma que as inovações sociais podem se materializar, apontando possíveis etapas, não sequenciais e com componentes de *feedback*, para o seu surgimento e concretização – são elas a identificação do problema social, a formulação de propostas e ideias, a prototipação e criação de projetos pilotos, a sustentação do projeto, o escalonamento e difusão da solução, e a mudança sistêmica.

Na aurora do século XXI, existem tentativas de mapear como as inovações sociais ocorrem, bem como quais os seus resultados. Um exemplo desse esforço, citado na presente dissertação, é o Projeto *Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE), que notou uma ampliação das atividades voltadas a esse tipo de inovação. As práticas mapeadas indicam que as inovações sociais são guiadas pela necessidade de responder aos desafios sociais, sendo chave a cooperação entre setores e agentes – salientando, ainda, que não é notada uma presença homogênea do Estado no que tange essas ações.

Sublinhou-se que, na América Latina, são identificadas iniciativas nesse sentido, uma vez que a região é permeada por problemas sociais significativos. As pesquisas desenvolvidas nesse contexto identificam que grande parte das iniciativas surge a partir das comunidades atingidas, existindo o apoio significativo das universidades. Por outro lado, não se identifica forte presença das instituições ligadas ao Estado. No contexto brasileiro, a análise de casos demonstrou o sucesso de iniciativas de inovação social, notando-se que as comunidades afetadas possuem comportamentos ativos no desenvolvimento das soluções. Fica evidente que as ações desempenhadas são capazes de gerar melhorias no tecido social, e alcançar os indivíduos que demandam essas transformações.

O Capítulo 3 buscou explicitar a forma como as universidades podem contribuir com a formulação e concretização de inovações sociais, unindo esse tema ao da interação universidade-sociedade. Para tal, notou-se a relevância dos tópicos que envolvem os Sistemas Sociais de Inovação e dos Sistemas de Inovações Inclusivas. No escopo dessa literatura, é dada ênfase à interdependência entre agentes, organizações e instituições, em um determinado contexto político e espacial. É notada a relevância da criação de redes

entre os agentes, e a forma como são desenvolvidas, utilizadas e difundidas inovações sociais a partir delas.

Vários são os possíveis elos que podem compor essas redes – comunidades, governos, universidades, empresas, movimentos sociais, entre outros –, consolidando arranjos institucionais que visam transformar contextos e superar obstáculos. Há um esforço conjunto para desenvolver as iniciativas, e uma troca mútua de conhecimento entre os diferentes agentes envolvidos, com os grupos sociais afetados tendo a possibilidade de contribuir ativamente para o desenvolvimento de soluções. A combinação dos diversos saberes é capaz de gerar as transformações demandadas por determinada coletividade.

A presente pesquisa focalizou, em especial, em um dos elos que pode fazer para dos Sistemas Sociais de Inovação e dos Sistemas de Inovações Inclusivas: as universidades. Buscou-se mapear quais os papéis que as instituições de ensino superior são capazes de desempenhar, a partir de uma literatura que trata da sua interação com a sociedade. Nesse sentido, as missões desenvolvidas no escopo das universidades são ponto relevante. Na medida em que, tradicionalmente, as missões de ensino e pesquisa são significativas para a transmissão e ampliação do conhecimento, emerge uma terceira missão, que coloca esse conhecimento em contato com os agentes que se encontram fora dos muros das universidades. É importante deixar claro que cada instituição de ensino superior possui seu “equilíbrio” em relação às missões que desenvolve, possuindo características compatíveis com a realidade em que se inserem.

Conforme foi apresentado, o desenvolvimento de ações ligadas à terceira missão não ocorre de maneira única. Essa missão se divide em social – na medida em que se assume o compromisso de gerar benefícios para a sociedade, gerando custos baixos ou nulos para contribuir para responder demandas postas na sociedade –; empreendedora – que se realiza pelo desenvolvimento de serviços voltados a setores específicos, e acaba por gerar a diversificação da renda disponível para as instituições de ensino superior –; e inovadora – que ocorre quando novos serviços, produtos e processos emergem, e são compartilhados com setores produtivos.

Cada divisão da terceira missão se materializa de forma diferente, alcançando diferentes agentes de fora da universidade. Foi dada maior ênfase para a forma que se cumpre a terceira missão social, buscando compreender de que forma ela pode ser alcançada a partir de ações interativas. Na medida em que desenvolvem parceiras com a sociedade,

caminha-se para a identificação de problemas sociais, e na avaliação de possíveis soluções para eles. As universidades se tornam um *locus* de discussão acerca dos obstáculos que estão colocados às coletividades, em especial, as que se encontram em sua vizinhança.

Os benefícios advindos dessa relação que é estabelecida entre as universidades e a sociedade devem ser mútuos, com os dois elos sendo relevantes para a troca e construção de conhecimentos, bem como para a disponibilização de recursos. O ambiente criado a partir dessa interação deve ser permeado pelo sentimento de parceria e de reciprocidade, com os indivíduos envolvidos se sentindo úteis e incluídos. Dessa forma, o cumprimento da terceira missão social tem potencial para gerar efeitos no desenvolvimento econômico e social.

Foram sugeridos, nesse sentido cinco papéis que as universidades podem desenvolver para consolidar a sua relação com a sociedade: o papel de prover recursos para a comunidade, o papel de transmitir conhecimento para a comunidade, o papel de prestar serviços para a comunidade, o papel de prover soluções para problemas da comunidade, e o papel de agir em nome da comunidade. A busca por desenvolver esses papéis pode contribuir para a emergência de inovações sociais, uma vez que a interação leva em consideração as necessidades da coletividade, os conhecimentos de fora e de dentro das instituições de ensino superior, e a possibilidade de alterar estruturas de poder.

É identificada, no Brasil, a presença da interação entre sociedade e universidades. Ela se dá, em parte, através de grupos de pesquisa, via pela qual a relação tem sido ampliada. A extensão universitária é também enfatizada como uma modalidade importante para o estabelecimento desses laços. Ela se coloca como uma ferramenta para efetivar o compromisso que as instituições de ensino superior têm com a sociedade, externalizando o conhecimento que é construído no seu interior, e cumprindo a sua terceira missão – em especial, quando se trata da terceira missão social.

Como se relatou, as atividades ligadas à extensão universitária surgem, no Brasil, no início do século XX. Com o passar do tempo, elas são institucionalizadas e, em conjunto com ensino e pesquisa, passam a ser previstas na Constituição Federal. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas Brasileiras é responsável por indicar as diretrizes, objetivos e princípios da extensão universitária no país. É explicitado que as instituições de ensino superior podem contribuir para dar respostas aos problemas sociais, criando redes com os agentes extramuros, e compartilhando o conhecimento.

Pode-se notar que, no contexto das universidades, existem diferentes formas para se criar vínculos com a sociedade. Dentre essas formas, encontra-se a extensão universitária. Levando isso em consideração, no Capítulo 4, buscou-se investigar como as atividades de extensão se inserem no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Palco de diversas transformações institucionais, que acompanham o seu contexto histórico e espacial, a UFRGS hoje é conhecida como uma instituição de excelência no país. No seu escopo, são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A partir da extensão, é promovido o relacionamento da UFRGS com diferentes segmentos, dialogando com a comunidade e buscando solução aos seus problemas sociais. Nos últimos dez anos, o número de atividades desenvolvidas se ampliou, bem como o número de extensionistas e do público participante. As ações são segmentadas por macroeixos, sendo que educação e saúde são os mais explorados. Além disso, existem várias modalidades que classificam as ações. Tendo isso em mente, foram selecionadas 912 ações de extensão, que fazem parte das modalidades “Ação Social e Comunitária”, “Assessoria e atendimento”, ou “Consultoria”, realizadas entre 30 de maio de 2016 e 30 de maio de 2020, para uma investigação sobre os papéis que elas podem exercer para levar a cabo inovações sociais.

Foram obtidas as respostas de 59 líderes de ações de extensão, distribuídos em todas as áreas de conhecimento. A maior parte das respostas se liga às Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, e os principais enquadramentos são educação/formação continuada e saúde/seguridade social. O elo “universidade” é representado, em todas as ações, por membros do corpo docente da universidade, e a maioria delas conta com alunos de graduação e/ou pós-graduação. Identifica-se, também, uma representativa participação de membros da sociedade civil, ao contrário do que ocorre com membros do governo, que são identificados em reduzido número de ações.

Pode-se afirmar que o caso da UFRGS indica que são estabelecidos vínculos com a sociedade. Os objetivos das ações demonstram que esses relacionamentos podem se dar diretamente através de atividades desenvolvidas com – ou para – a comunidade envolvida, e indiretamente por meio de práticas que geram melhorias e divulgação da ciência.

Também é indicado que as atividades mapeadas na *survey* vão ao encontro dos papéis propostos para o cumprimento da terceira missão social das universidades. São identificadas, principalmente, ações que se ligam aos papéis de provisão de recursos e de

soluções para a comunidade envolvida no projeto. Dessa forma, pode-se criar um paralelo entre a extensão universitária e a formulação e operacionalização de inovações de caráter social, na medida em que é feita através da efetivação da referida divisão da terceira missão.

O conjunto de respostas obtido indica que a instrumentalização da extensão universitária se dá, majoritariamente, através da provisão de serviços, das práticas de ensino para a comunidade, e do compartilhamento e construção de saberes em conjunto com a comunidade. Tanto os indivíduos envolvidos na Universidade, quanto a comunidade, participam e colaboram para o desenvolvimento das ações. Os primeiros demonstram se sentir relevantes nesse contexto, enquanto os segundos revelam se sentir parte da solução.

Do mesmo modo, é sublinhado que essas ações fazem uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas, além de conhecimentos de fora da comunidade acadêmica. Elas buscam dar respostas para as necessidades que estão postas pela sociedade, em geral no que se refere às comunidades específicas, contribuindo para empoderar os agentes e criando redes. A partir delas, são criadas novas práticas, processos, serviços, produtos, normas e/ou regulações.

As demandas da sociedade, entretanto, nem sempre são apresentadas de maneira explícita. Por vezes, os agentes da comunidade não buscam na Universidade um espaço para a resolução de seus problemas. Nesse contexto, é importante que os membros da Universidade observem a realidade em sua vizinhança, e identifiquem a existência de possíveis necessidades sociais. As ações mapeadas demonstram que isso ocorre no ambiente da UFRGS.

Na medida em que existem recursos físicos e humanos para o desenvolvimento das ações, é ressaltado que o financiamento para a execução delas é reduzido, sendo esse um obstáculo para sua operacionalização. Outros obstáculos que são enfrentados se ligam à burocracia que envolve a atividade, e a falta de participantes para a sua operacionalização.

Aponta-se, ainda, que grande parte das ações é vinculada com o ensino e a pesquisa. Dessa forma, a extensão universitária na UFRGS não só cumpre o que está previsto na Constituição de 1988, mas também sugere que as três missões da universidade podem caminhar de maneira conjunta, e não concorrente.

Conclui-se, portanto, que as universidades contribuem com a formulação e concretização de inovações de caráter social. Uma das formas que essa contribuição se materializa

é através das ações de extensão universitária, as quais geram proximidade das instituições com a sociedade. Dessa forma, acredita-se que essas atividades – e as interações criadas através delas – devem ser estimuladas, buscando-se transpor as barreiras identificadas na *survey*, bem como criar sistemas de incentivo que visem estimular os agentes a se voltarem para a extensão universitária.

Salienta-se, por fim, que essas observações são realizadas através de uma percepção dos entes da universidade – especificamente, da UFRGS. Para que se compreenda essa interação de forma plena, ainda se entende como necessário realizar observações a partir do elo “sociedade”, esforço este que não fez parte do desenvolvimento da presente dissertação.

REFERÊNCIAS

- ALZUGARAY, S. *et al.* Políticas de conocimiento para un desarrollo inclusivo: Aprendizajes desde uruguay. In: DUTRÉNIT, G.; SUTZ, J. (Ed.). **Sistemas de innovación para un desarrollo inclusivo**: la experiencia latinoamericana. México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2013. p. 181–200.
- AMABLE, B. Institutional complementarity and diversity of social systems of innovation and production. **Review of International Political Economy**, v. 7, n. 4, p. 645–687, 2000.
- ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, p. 121–141, 2006.
- AROCENA, R.; GÖRANSSON, B.; SUTZ, J. **Developmental universities in inclusive innovation systems**: alternatives for knowledge democratization in the global south. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2017.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Uruguay: higher education, national system of innovation, and economic development in a small peripheral country. In: GÖRANSSON, B.; BRUNDENIUS, C. (Ed.). **Universities in transition**. Canadá: Springer, 2011. p. 77–96.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Innovación y democratización del conocimiento como contribución al desarrollo inclusivo. In: DUTRÉNIT, G.; SUTZ, J. (Ed.). **Sistemas de innovación para un desarrollo inclusivo**: la experiencia latinoamericana. México: LALICS, 2013. p. 19–34.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Universities and social innovation for global sustainable development as seen from the south. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 162, p. 120399, 2020.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **P1MC**. 2020. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc#categoria_ing. Acesso em: 26 set. 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Canada Data**. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/canada>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BARROS, L. Apresentação. In: OTTERLOO, A. *et al.* (Ed.). **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social (RTS), 2009. p. 7–13.
- BATISTA, R. V. C. *et al.* Parques de Ciência e Tecnologia no apoio ao cumprimento da Terceira Missão das Universidades—um estudo no UPTEC, Portugal. 2017. In: Conferência-Investigação e Intervenção em Recursos Humanos, 7., 2017, Matosinhos. **Anais [...]**. Matosinhos: ISCAP, 2017.
- BAUMGARTEN, M. C&T na semiperiferia e inovação social: desigualdades, excelência e competitividade. **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**, UNESCO e IBICT, Brasília, 2007.

BAYUO, B. B.; CHAMINADE, C.; GÖRANSSON, B. Unpacking the role of universities in the emergence, development and impact of social innovations—a systematic review of the literature. **Technological Forecasting and Social Change**, Elsevier, v. 155, p. 120030, 2020.

BELLANDI, M.; DONATI, L.; CATANEO, A. Social innovation governance and the role of universities: Cases of quadruple helix partnerships in Italy. **Technological Forecasting and Social Change**, Elsevier, v. 164, p. 120–132, 2021.

BENNEWORTH, P. University engagement with socially excluded communities. In: BENNEWORTH, P. (Ed.). **University engagement with socially excluded communities**. Enschede: Springer, 2013. p. 3–31.

BENNEWORTH, P. *et al.* The relationship of community engagement with universities' core missions. In: BENNEWORTH, P. (Ed.). **University engagement with socially excluded communities**. Enschede: Springer, 2013. p. 85–101.

BERNAL, M. E.; CECCHINI, S. Social innovation in Latin America and the Caribbean. In: HOWALDT, J. *et al.* (Ed.). **Atlas of Social Innovation: New practices for a better future**. Dortmund: Sozialforschungsstelle, TU Dortmund University, 2018. p. 128–130.

BIANCO, M. *et al.* Investigación orientada a la inclusión social: complejidades y desafíos para el contrato social de la ciencia en contextos de subdesarrollo. 2010. In: JORNADA ESOCITE, 8., 2010, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: ESOCITE, 2010.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.

BRASIL. 2003. Presidência da República. **Decreto 4.764 de 24 de junho 2003**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4764.htm. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. 2016. Câmara dos Deputados. **Decreto 8.894 de 03 de novembro de 2016**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8894-3-novembro-2016-783880-norma-actualizada-pe.html>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. 2018. Ministério da Educação. **Resolução número 7 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 2018. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. 2019. Presidência da República. **Decreto 9674 de 02 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e

Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.html. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. 2020. Ministério da Saúde. Plataforma Brasil. **Pesquisas Aprovadas**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. 2021. Ministério da Educação. **Portal de Periódicos CAPES**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BULUT, C.; EREN, H.; HALAC, D. S. Which one triggers the other? technological or social innovation. **Creativity Research Journal**, v. 25, n. 4, p. 436–445, 2013.

BUSACCA, M. Academics are back in town: The city-university relationship in the field of social innovation. **Società Mutamento Politica**, p. 187–201, 2020.

CASAS, R.; CORONA, J.; SUÁREZ, M. Los incentivos de las instituciones académicas para la vinculación conocimiento-sociedad: Estudio exploratorio. In: DUTRÉNIT, G.; NUÑEZ, J. (Ed.). **Vinculación academia-industria para fortalecer los sistemas nacionales de innovación: experiencias de cuba, méxico y costa rica**. Habana: Universidad de La Habana, 2017. p. 241–284.

CASAS, R. *et al.* Estrategias y gobernanza del sistema nacional de innovación mexicano: Retos para un desarrollo incluyente. In: DUTRÉNIT, G.; SUTZ, J. (Ed.). **Sistemas de innovación para un desarrollo incluyente: la experiencia latinoamericana**. Ciudad de México, México: Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2013. p. 35–64.

CASSIOLATO, J. E. *et al.* O papel das universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa no desenvolvimento territorial sustentável: uma breve nota introdutória. **Texto para Discussão: Redesist**, n. 01, 2018.

CENTRE DU RECHERCHE SUR LES INNOVATIONS SOCIALES - CRISES. **Présentation**. 2020. Disponível em: <https://crises.uqam.ca/a-propos/presentation/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

CHIEZA, R. A. *et al.* Educação fiscal e cidadania ao alcance de todos. **Revista da Extensão**, n. 21, p. 44–51, dez 2020.

CIPOLLA, C.; MELO, P.; MANZINI, E. Collaborative services in informal settlements: social innovation in a Pacified Favela in Rio de Janeiro. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. (Ed.). **New Frontiers in Social Innovation Research**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, London, 2015. p. 128–142.

CIPPOLA, C.; AFONSO, R. Social Innovations in Brazil: How Do Social Innovations Flourish? In: HOWALDT, J. *et al.* (Ed.). **Atlas of Social Innovation: New practices for a better future**. Dortmund: Sozialforschungsstelle, TU Dortmund University, 2018. p. 131–133.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Collection Working papers, Crises**, Montréal, n. 0314, 2003.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Experiencias en innovación social en América Latina y el Caribe CEPAL-Kellogg**. 2020a. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/temas/innovacion-social/experiencias-innovacion-social-america-latina-caribe-cepal-kellogg>. Acesso em: 30 abr. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Experiencias en innovación social en América Latina y el Caribe CEPAL-Kellogg: Banco de experiencias**. 2020b. Disponível em: <https://dds.cepal.org/innovacionsocial/e/experiencias.php?pais=br>. Acesso em: 30 abr. 2020.

COSTA, A. B.; DIAS, R. de B. Estado e sociedade civil na implantação de políticas de cisternas. Fundação Banco do Brasil, Campinas, p. 33–64, 2013.

CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework. 2013. In: EURA CONFERENCE, 2013, Enschede. **Anais [...]**. Enschede: EURA, 2010.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR., A. E. *et al.* (Ed.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15–64.

DOMANSKI, D.; HOWALDT, J.; SCHRÖDER, A. Social Innovation in Latin America. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 18, n. 2, p. 307–312, 2017.

DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social innovation ecosystems. In: HOWALDT, J. *et al.* (Ed.). **Atlas of Social Innovation: New practices for a better future**. Dortmund: Sozialforschungsstelle, TU Dortmund University, 2018. p. 208–210.

DORSA, A. C. Repensando o papel das universidades: caminhos iniciais. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande**, v. 20, n. 2, p. 341–343, 2019.

DUBEUX, A. Extensão universitária no Brasil: Democratizando o saber da universidade na perspectiva do desenvolvimento territorial. **Sinergias ED**, n. 6, p. 9–24, 2018.

EDQUIST, C. Systems of innovation: perspectives and challenges. In: FAGENBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. (Ed.). **The Oxford Handbook of Innovation**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 181–208.

EIZAGUIRRE, S. *et al.* Multilevel governance and social cohesion: Bringing back conflict in citizenship practices. **Urban Studies**, London, v. 49, n. 9, p. 1999–2016, 2012.

ELLIOTT, G. *et al.* Character and impact of social innovation in higher education. **International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning**, Hong Kong, v. 5, n. 2, p. 71, 2013.

ESKO, T.; TUUNAINEN, J.; MIETTINEN, R. Social impact and forms of interaction between university research and society in humanities and social sciences. **International Journal of Contemporary Sociology**, Morrow, v. 49, n. 1, p. 17–46, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Social innovation theory and research**: A summary of the findings from TEPSIE. a deliverable of the project: “the theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in europe” (TEPSIE). Brussels: (TEPSIE), European Commission–7th Framework Programme, 2014.

FASSI, D. Social practices in the commons. In: FASSI, D. *et al.* (Ed.). **Universities as Drivers of Social Innovation**. Switzerland: Springer, 2020a. p. 3–14.

FASSI, D. Campuses and the city. In: FASSI, D. *et al.* (Ed.). **Universities as Drivers of Social Innovation**. Switzerland: Springer, 2020b. p. 15–27.

FERNANDES, F. L. **A política nacional de pós-graduação e sua implementação na UFRGS: formulação, desempenho e perspectivas**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196134>. Acesso em: 09 dez. 2020.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A. L. S. Caminhos das tecnologias sociais: reflexões iniciais. In: FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A. L. S. (Ed.). **ALS Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. p. 40–43.

FIGUEROA, D. T. *et al.* Education policy outlook: Italy. **OECD Publishing**, Paris, 2017.

FORAY, D.; LISSONI, F. University research and public–private interaction. In: ROSENBERG, N.; HALL, B. (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**. North-Holland: Elsevier, 2010. v. 1, p. 275–314.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO - FORPROEXT. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

FOSTER, C.; HEEKS, R. Conceptualising inclusive innovation: Modifying systems of innovation frameworks to understand diffusion of new technology to low-income consumers. **The European Journal of Development Research**, Springer, v. 25, n. 3, p. 333–355, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 1ª edição: 1968.

FULGENCIO, H.; LE FEVER, H. What is the social innovation system? a state-of-the-art review. **International Journal of Business Innovation and Research**, v. 10, n. 2/3, p. 434–452, 2016.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Transforma! Rede de Tecnologias Sociais**. 2021. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

GABRIEL, M. **Making it big. Strategies for scaling social innovations**. London: Nesta, 2014. 64 p.

GODIN, B. Social innovation: Utopias of innovation from c. 1830 to the present. **Project on the Intellectual History of Innovation**, Working Paper, n. 11, 2012.

GOMES, J. **Cisterna de placas: tecnologia social como política pública para o semiárido brasileiro**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2014.

GOURLEY, B. M. Higher education as a force for societal change in the twenty-first century. In: LYONS, A.; MCILRATH, L. M.; MUNCK, R. (Ed.). **Higher Education and Civic Engagement**. New York: Springer, 2012. p. 31–39.

HERRERA, A. R.; UGARTE, H. A. **Claves de la innovación social en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Cepal, 2008.

HOWALDT, J. *et al.* Theoretical approaches to social innovation—a critical literature review. **A deliverable of the project “Social Innovation: Driving Force of Social Change”(SI-DRIVE)**, Dortmund, 2014.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social innovation: towards a new innovation paradigm. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 20–44, 2016.

HOWALDT, J. *et al.* **Mapping the world of social innovation. A global comparative analysis across sectors and world regions**. Dortmund, 2016.

HUDDART, S. Renewing the future: social innovation systems, sector shift, and innoweave. **Technology Innovation Management Review**, v. 2, n. 7, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL URUGUAY - INE. **Anuario Estadístico Nacional 2019**: 96^a versión. Uruguay, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL URUGUAY - INE. **Educación**. 2020. Disponível em: <https://www.ine.gub.uy/web/guest/educacion>. Acesso em: 24 dez. 2020.

JESSOP, B. *et al.* Social innovation research: a new stage in innovation analysis? In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 110–130.

JESUS, V. M. B. D.; COSTA, A. B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A. B. (Ed.). **Tecnologia social e políticas públicas**. Campinas: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 17–32.

KLEIN, J.-L. *et al.* The Quebec system of social innovation: a focused analysis on the local development field. **Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia**, n. 94, p. 9–28, 2012.

KONSTANTATOS, H.; SIATITSA, D.; VAIYOU, D. Qualitative approaches for the study of socially innovative initiatives. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 274–284.

KRÜGER, D. *et al.* Methodology: Guidelines for defining and describing social innovations. **Sozialforschungsstelle**, Dortmund, 2018.

KRUSS, G. *et al.* Academic interaction with external social partners: Investigating the contribution of universities to economic and social development. Hsrc Press, South Africa, p. 308, 2012.

- LASTRES, H. M. M. Development, innovation, sustainability and policies: Chris freeman's legacy. 2016. In: Globelics Conference, 2016, Indonesia. **Anais [...]**. Indonesia: Globelics, 2016.
- LEDERER, J.; SEASONS, M. Understanding the university-community alliance: The Waterloo experience. **Canadian Journal of Urban Research**, p. 237–260, 2005.
- LEVESQUE, B. Social innovation in governance and public management systems: towards a new paradigm? In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 25–39.
- LIN, C. Y.-Y.; CHEN, J. **Impact of Societal and Social Innovation**. Singapore: Springer, 2016.
- MANSAN, J. V. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2303>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- MARCELLINO, I. S.; RAPINI, M. S.; CHIARINI, T. University–society collaboration in developing countries: Preliminary evidences from brazil. 2019. In: Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 4., 2019, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: ABEIN, 2019.
- MAY, T.; PERRY, B. Translation, insulation and mediation. In: BENNEWORTH, P. (Ed.). **University Engagement With Socially Excluded Communities**. Enschede: Springer, 2013. p. 199–219.
- MEDEIROS, C. B. d. *et al.* Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 16, n. 3, p. 957–982, 2017.
- MILLEY, P.; SZIJARTO, B. The landscape of social innovation in canadian universities: An empirical analysis. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research**, v. 11, n. 1, p. 21–42, 2020.
- MONTESINOS, P. *et al.* Third mission ranking for world class universities: Beyond teaching and research. **Higher education in Europe**, v. 33, n. 2-3, p. 259–271, 2008.
- MORA, J.-G.; SERRA, M.; VIEIRA, M. J. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: contribuição das universidades latino-americanas. In: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. (Ed.). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as Bases para a Inovação Competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 123–254.
- MOROSINI, M. C.; ROSSATO, R. Educação superior brasileira 1991-2004: Rio Grande do Sul. **INEP/MEC**, Brasília, 2007.
- MOULAERT, F. Social innovation: Institutionally embedded, territorially (re) produced. In: MACCALLUM, D. *et al.* (Ed.). **Social innovation and territorial development**. England: Ashgate, 2009. p. 11–24.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D. **Advanced introduction to social innovation**. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

MOULAERT, F. *et al.* Bottom-linked governance and socially innovative political transformation. In: HOWALDT, J. *et al.* (Ed.). **Atlas of Social Innovation 2nd Volume: A world of new practices**. München: Oekoem Verlag, 2019.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 13–24.

MOULAERT, F. *et al.* **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013a. 522 p.

MOULAERT, F. *et al.* General introduction: intuition, precept, concept, theory and practice. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013b. p. 1–6.

MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model (s) of local innovation. **Urban studies**, v. 42, n. 11, p. 1969–1990, 2005.

MOULAERT, F.; MEHMOOD, A. Holistic research methodology and pragmatic collective action. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 442–453.

MOULAERT, F. *et al.* **Can Neighbourhoods Save the City?: Community development and social innovation**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2010.

MOULAERT, F.; VAN DYCK, B. Framing social innovation research: a sociology of knowledge perspective. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 466–480.

MOWERY, D.; SAMPAT, B. Universities in national innovation systems. In: FAGENBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. (Ed.). **The Oxford Handbook of Innovation**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 209–239.

MULGAN, G. **Social Innovation: How societies find the power to change**. Bristol: Bristol University Press, 2019. 288 p.

MULGAN, G. *et al.* Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. **Skoll Centre for Social Entrepreneurship**, Working paper, London, 2007.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The open book of social innovation**. London: National endowment for science, technology and the art, 2010. 224 p.

NARAYAN, D. **Empowerment and poverty reduction: A sourcebook**. Washington, DC: The World Bank, 2002.

NATIONAL ENDOWMENT FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND THE ARTS - NESTA. **The UK's innovation agency for social good**. 2020. Disponível em: <https://www.nesta.org.uk/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

NELSON, R. R.; SAMPAT, B. N. Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. **Revista de Economía Institucional**, Revista de Economía Institucional, v. 3, n. 5, p. 17–51, 2001.

NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. **Social innovation**: Blurring boundaries to reconfigure markets. London: Springer, 2011. 318 p.

NICOLESCU, B. Multidisciplinarity, interdisciplinarity, indisciplinary, and transdisciplinarity: Similarities and differences. **RCC Perspectives**, JSTOR, n. 2, p. 19–26, 2014.

NOVY, A.; HABERSACK, S.; SCHALLER, B. Innovative forms of knowledge production: transdisciplinarity and knowledge alliances. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation**: Collective action, social learning and transdisciplinary research. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 430–442.

NOVY, A.; LEUBOLT, B. Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. **Urban studies**, v. 42, n. 11, p. 2023–2036, 2005.

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM INOVAÇÕES SOCIAIS - NISP. **Quem somos?** 2020. Disponível em: <http://wp.blogdonisp.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 02 mai. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **OECD Data**. 2020. Disponível em: <https://data.oecd.org/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

PERONDI, E. The role of the university campus in the local sustainable economic development. In: FASSI, D. *et al.* (Ed.). **Universities as Drivers of Social Innovation**. Switzerland: Springer, 2020. p. 49–65.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, v. 6, n. 4, p. 34–43, 2008.

POZZEBON, M.; TELLO-ROZAS, S.; HECK, I. The transformative paths of social technologies: influences back and forth between quebec and south america. p. 18–20, 2017. In: Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, 11., 2017, Quito. **Anais [...]**. Quito: ISTR, 2017.

PRADEL, M.; GARCÍA, M.; EIZAGUIRRE, S. Theorizing multi-level governance in social innovation dynamics. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation**: Collective action, social learning and transdisciplinary research. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 155–168.

PREDAZZI, E. The third mission of the university. **Rendiconti Lincei**, v. 23, n. 1, p. 17–22, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. 276 p.

RAPINI, M. S.; CALIARI, T.; CHIARINI, T. Geração de conhecimento e pesquisa na área de humanidades no Brasil no período recente: o que indicadores tradicionais de CT&I mostram. 2020. In: Encontro Nacional de Economia, 48., 2020, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPEC, 2020.

REY DE MARULANDA, N.; TANCREDI, F. From social innovation to public policy. Success stories in Latin America and the Caribbean. **ECLAC**, p. 149, 2010.

RIFFEL, M. J. *et al.* O parto e o nascimento no UFRGS portas abertas. **Revista da Extensão**, n. 18, p. 46–53, jul 2019.

RIO DESIS LAB. **Quem somos?** 2020. Disponível em: <https://desis.rio.br/quem-somos/>. Acesso em: 02 mai. 2020.

RIOS, A. d. O. *et al.* Projeto “Universidade, SIM”. **Revista da Extensão**, n. 21, p. 38–43, dez 2020.

ROCHA, F. d. S. **Para além da educação e da pesquisa: a interação entre grupos de pesquisa acadêmicos com a sociedade um estudo de caso na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2019. 162 p. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13207>. Acesso em: 29 jun. 2020.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141–148, 2013.

SANTOS, F. M. A positive theory of social entrepreneurship. **Journal of business ethics**, Springer, v. 111, n. 3, p. 335–351, 2012.

SCHUETZE, H. G. Universities and their communities – engagement and service as primary mission. In: LYONS, A.; MCILRATH, L. M.; MUNCK, R. (Ed.). **Higher Education and Civic Engagement**. New York: Springer, 2012. p. 61–77.

SHOCKLEY, G. The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research, edited by Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood, annovyd Abdelillah Hamdouch. 2013. Cheltenham, UK and Northampton, Massachusetts: Edward Elgar. 500+ xxii. ISBN: 978-1-84980-998-6, 216p. **Journal of Regional Science**, Wiley Online Library, v. 55, n. 1, p. 152–154, 2015.

SI-DRIVE. **SI-DRIVE**. 2020a. Disponível em: <http://www.si-drive.eu/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SI-DRIVE. **Mapping Social Innovations**. 2020b. Disponível em: <http://mapping.si-drive.archiv.zsi.at>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, I. L. d. **A expansão do ensino superior no Brasil: Uma análise para o sistema inovativo do Rio Grande do Sul**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187548>. Acesso em: 17 jul. de 2020.

STANFORD BUSINESS SCHOOL - SBS. **Center for Social Innovation**. 2020. Disponível em: <https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/centers-initiatives/csi>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SUTZ, J. *et al.* Ten years of research and innovation for social inclusion in the uruguayan public university: policy lessons learned. In: HOWALDT, J. *et al.* (Ed.). **Atlas of Social Innovation 2nd Volume: A world of new practices**. München: Oekoem Verlag, 2019.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. d. M. e. A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil. In: SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. d. M. e.; CARIO, S. A. F. (Ed.). **Em busca da inovação: A interação universidades-empresa no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 17–43.

TAYLOR, J. B. Introducing social innovation. **The journal of applied behavioral science**, v. 6, n. 1, p. 69–77, 1970.

THE YOUNG FOUNDATION - TYF. **About Us**. 2020. Disponível em: <https://www.youngfoundation.org/about-us/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

TORLIG, E. G. d. S.; RESENDE JÚNIOR, P. Uma discussão sobre o papel das universidades nos ecossistemas de inovação. 2018. In: Tourism & Management Studies Conference, 2018, Algarve. **Anais [...]**. Algarve: TMS ALGARVE, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **RESOLUÇÃO Nº 75/2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRGS – CEPE**. 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cepe/resolucao-no-75-2019-de-04-12-2019>. Acesso em 19 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Catálogo de Ações de Extensão**. 2020a. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/catalogo.php>. Acesso em: 30 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Estatuto e regimento**. 2020b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 25 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **UFRGS – Histórico**. 2020c. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em 09 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **UFRGS em números**. 2020d. Disponível em: https://www1.ufrgs.br/paineldedados/ufrgs_numeros.html#Extensao. Acesso em 09 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **UFRGS – Painel de Dados**. 2020e. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/paineldedados/>. Acesso em 09 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **UFRGS – Painel da Qualidade**. 2020f. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/sistemas/paineldaqualidade/ranking/rankings>. Acesso em 09 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Glossário**. 2020g. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/paineldedados/base/glossario>. Acesso em 19 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social: Projetos em andamento**. 2020h. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cedcis/pesquisa.htm>. Acesso em: 02 mai. 2020.

UNIVERSITIES CANADA. **About us**. 2020. Disponível em: <https://www.univcan.ca/about-us/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

VAN DYCK, B.; VAN DER BROECK, P. Social innovation: a territorial process. In: MOULAERT, F. *et al.* (Ed.). **The International Handbook of Social Innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 131–142.

WATERLOO INSTITUTE FOR SOCIAL INNOVATION AND RESILIENCE - WISIR. **Waterloo Institute for Social Innovation and Resilience**. 2020. Disponível em: <https://uwaterloo.ca/waterloo-institute-for-social-innovation-and-resilience/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

WOLFF, C. L. *et al.* Saúde auditiva e equilíbrio corporal na escola: Programa de extensão acadêmica. **Revista da Extensão**, n. 21, p. 33–37, dez 2020.

YAO, W.; LI, H.; WENG, M. The role the university could play in an inclusive regional innovation system. **Triple Helix**, Brill Sense, v. 5, n. 1, p. 1–21, 2018.

ZUCOLOTO, G. F.; RESPONDOVESK, W. Inovação com impacto social: afinal, do que falamos? **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2018.

APÊNDICE A – PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Quais os papéis das universidades na inovação social? Análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, cujas pesquisadoras responsáveis são Ana Paula Klaumann (mestranda) e Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch (orientadora).

Esta pesquisa faz parte da elaboração da minha dissertação que busca investigar o papel desempenhado pelas universidades na formulação e operacionalização de inovações sociais, bem como o papel particular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nesses processos. Serão consultados líderes de 912 Ações de Extensão da UFRGS.

Ao participar deste estudo você preencherá um questionário. Seu preenchimento deve levar em torno de 30 minutos. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida, sem qualquer prejuízo. Sua colaboração é muito importante. Para quaisquer esclarecimentos, entre em contato por e-mail: Ana Paula Klaumann, anaklaumann96@gmail.com ou Profa. Dra. Ana Lúcia Tatsch, ana.tatsch@ufrgs.br. O Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS encontra-se na Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 – Prédio Anexo I da Reitoria – Campus Centro - Porto Alegre/RS – CEP: 90040-060. Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h. Fone: +55 51 3308 3738. Durante o período de afastamento decorrente da pandemia o atendimento será feito exclusivamente pelo e-mail: etica@propesq.ufrgs.br

O questionário abrange um conjunto de perguntas de escolha simples ou descrição sobre as ações de extensão liderados por você.

A participação apresenta riscos mínimos aos participantes. Riscos podem ser relacionados ao uso do tempo do respondente, e quebra de sigilo involuntária e não intencional. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução no 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. Ao aceitar esse termo você mantém o direito de requerer indenização judicial se considerar que foi

prejudicado pela participação na pesquisa.

Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Cada participante será designado por um Código Alfa Numérico. Serão avaliados os dados coletivos, e não aspectos particulares de cada entrevistado. Os dados serão armazenados pela pesquisadora principal por, no mínimo, 5 anos, podendo o participante requerer acesso aos dados da sua participação.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, dando visibilidade para a forma como a UFRGS promove melhorias no tecido social através das inovações sociais.

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

O retorno dos resultados aos participantes não será feito de maneira direta, sendo divulgados posteriormente mediante dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Você consente de maneira informada e esclarecida participar da pesquisa.



Sim

Não

Tela de Aprovação: Comitê de Ética em Pesquisa

Abaixo, constam as informações referentes à aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS.

Figura A.1 - Tela de Aprovação

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: Quais os papéis das universidades na inovação social? Análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Pesquisador Responsável: ANA LUCIA TATSCH	
Área Temática:	
Versão: 2	
CAAE: 40392820.7.0000.5347	
Submetido em: 18/12/2020	
Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Situação da Versão do Projeto: Aprovado	
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável	
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio	
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1669493	

Fonte: Brasil (2020)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Esse questionário se volta para ações de extensão. Ele é composto por vinte uma perguntas. Dessas, as perguntas 1 a 11 são voltadas para a caracterização da Ação de Extensão, de escolha simples ou descrição. Posteriormente, são realizadas dez perguntas específicas sobre os temas ligados às inovações sociais.

O questionário foi aplicado a 620 indivíduos, que constam como líderes de 912 Ações de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – cuja modalidade de ação se coloca como “Ação Social e Comunitária”; “Assessoria e atendimento” ou “Consultoria”. As ações foram realizadas entre 30 de maio de 2016 e 30 de maio de 2020, e selecionadas a partir do Catálogo de Extensão da Universidade (informações coletadas em 30/05/2020 e 20/09/2020) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2020a).

QUESTIONÁRIO: AÇÕES DE EXTENSÃO

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

1. Nome da Ação de Extensão:

2. Qual o tipo da Ação de Extensão:

- a) Programa
- b) Projeto/atividade
- c) Curso
- d) Evento
- e) Outro

3. Grande área de conhecimento:

- a) Ciências exatas e da terra
- b) Ciências biológicas
- c) Engenharias

- d) Ciências da saúde
- e) Ciências sociais aplicadas
- f) Ciências humanas
- g) Ciências agrárias
- h) Linguística, letras e artes
- i) Outro:

4. A Ação se enquadra em alguma das temáticas:

- a) Educação e/ou formação continuada
- b) Manifestações culturais
- c) Geração, manutenção e qualificação do emprego; ambiente de trabalho; empreendedorismo
- d) Redução da pobreza e desenvolvimento sustentável
- e) Transporte e mobilidade
- f) Meio ambiente e mudança climática
- g) Migração
- h) Saúde e seguridade social
- i) Envelhecimento da sociedade
- j) Outro:

5. Quantas pessoas estão envolvidas com a Ação?

Professores: _____

6. Quantas pessoas estão envolvidas com a Ação?

Alunos graduação: _____

7. Quantas pessoas estão envolvidas com a Ação?

Alunos pós-graduação: _____

8. Quantas pessoas estão envolvidas com a Ação?

Membros da sociedade civil: _____

9. Quantas pessoas estão envolvidas com a Ação?

Membros do governo: _____

10. A Ação se vincula a projetos de pesquisa ou ensino?

- a) Sim, pesquisa
- b) Sim, ensino
- c) Sim, pesquisa e ensino
- d) Não

11. Descreva, de maneira breve, o principal objetivo da ação de extensão:

CONCEITOS E ENTENDIMENTOS

Para a presente pesquisa, as ações de extensão representam o elo “universidade” da relação universidade-sociedade.
Inovações sociais atendem necessidades humanas que não estão sendo plenamente satisfeitas pelos aparatos estatais e de mercado, e têm potencial para empoderar os agentes de determinada coletividade.
Empoderamento dos agentes: O termo se refere à expansão dos recursos e das capacidades dos agentes, de forma que eles sejam estimulados a participar ativamente das mudanças que afetam as suas vidas.

12. Que características podem ser identificadas na Ação de Extensão?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	CONCEITOS E ENTENDIMENTOS	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P1A1	Busca atender necessidades humanas				
P1A2	Estabelece um relacionamento com a sociedade a partir da ação				
P1A3	Busca empoderar os agentes da coletividade				

Continua na próxima página

P1A4	Cria novos serviços ou produtos				
P1A5	Desenvolve novas práticas ou processos				
P1A6	Visa contribuir para o desenvolvimento de novas normas e regulações				
P1A7	Faz uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas				
P1A8	Faz uso de conhecimentos provenientes de fora da comunidade acadêmica				

NECESSIDADES E DESAFIOS SOCIAIS

13. Qual a relação da Ação com as necessidades da sociedade?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	NECESSIDADES E DESAFIOS SOCIAIS	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P2A1	A ação surgiu a partir de uma demanda apresentada pela sociedade de maneira explícita				
P2A2	Os agentes da sociedade procuraram os agentes da universidade para o desenvolvimento da ação				
P2A3	Os agentes da universidade procuraram os agentes da sociedade para o desenvolvimento da ação				
P2A4	A ação responde às necessidades e/ou desafios sociais de grupos específicos da sociedade				
P2A5	A ação busca mudar um sistema na sociedade (como a economia, educação, política, etc)				

RECURSOS, CAPACITAÇÕES E BARREIRAS

14. Que recursos financeiros estão disponíveis para o desenvolvimento da ação?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	RECURSOS E CAPACITAÇÕES	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P3A1	Financiamento público (agências de fomento nacional)				
P3A2	Financiamento público (agências de fomento regional)				
P3A3	Financiamento público (empresas)				
P3A4	Financiamento privado (empresas)				
P3A5	Outras modalidades de financiamento (filantropia, doações de pessoas físicas, etc)				
P3A6	Retorno financeiro dos próprios produtos e serviços desenvolvidos				

15. Que recursos físicos e humanos estão disponíveis para o desenvolvimento da ação?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	RECURSOS E CAPACITAÇÕES	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P4A1	Material acadêmico apropriado para a realização de pesquisas sobre o assunto				
P4A2	Instalações, computadores e <i>softwares</i>				
P4A3	Envolvimento de alunos da graduação				
P4A4	Envolvimento de alunos da pós-graduação				

Continua na próxima página

P4A5	Envolvimento de docentes				
------	--------------------------	--	--	--	--

16. Que obstáculos estão postos para o enfrentamento da necessidade social identificada?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	BARREIRAS	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P5A1	Falta de financiamento				
P5A2	Número insuficiente de participantes (da universidade)				
P5A3	Número insuficiente de participantes (de fora da universidade)				
P5A4	Falta de compromisso de participantes (da universidade)				
P5A5	Falta de compromisso de participantes (de fora da universidade)				
P5A6	Pouca clareza em relação às características da necessidade social				
P5A7	Restrições legais				
P5A8	Oposição política				
P5A9	Burocracia				
P5A10	Assimetria de informações entre os agentes envolvidos				

GOVERNANÇA, REDES E ATORES

17. Com que parceiros o grupo que operacionaliza a ação de extensão interage?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	GOVERNANÇA, REDES E ATORES	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P6A1	Sociedade civil/comunidade				
P6A2	Entidade local específica				
P6A3	Organizações sem fins lucrativos				
P6A4	Movimentos sociais				
P6A5	Organizações políticas				
P6A6	Governo				
P6A7	Agências de desenvolvimento				
P6A8	Empresas públicas				
P6A9	Pequenas e médias empresas privadas brasileiras				
P6A10	Grandes empresas privadas brasileiras				
P6A11	Empresas multinacionais				
P6A12	Clínicas e centros médicos				
P6A13	Outras universidades brasileiras				
P6A14	Universidades estrangeiras				
P6A15	Escolas de ensino fundamental e médio				
P6A16	Outras instituições de ensino				

DINÂMICA DO PROCESSO

Etapa de identificação da necessidade social: Nessa fase, são feitos os diagnósticos acerca da questão a ser tratada, buscando entender suas características.
Etapa formulação de proposta e ideias: Nessa fase, são reunidas as possíveis ações que podem ser tomadas frente à questão em análise.
Etapa prototipação e criação de projetos pilotos: Nessa fase, as ideias começam a ser colocadas em prática e testadas.
Etapa de sustentação do projeto: Uma vez realizados os testes, essa etapa trata da continuidade das ações.

Etapa de escalonamento e difusão: Nessa fase, o projeto apresenta potencial para se estender a outros grupos da sociedade.

Etapa de mudança sistêmica: Nessa fase, pode ser identificada uma mudança expressiva no sistema social como um todo. Toda a sociedade pode ser influenciada pelos princípios e atividades desenvolvidos na ação.

18. Com que etapas a ação de extensão se envolveu?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	DINÂMICA DO PROCESSO	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P7A1	Identificação da necessidade social				
P7A2	Formulação de propostas e ideias				
P7A3	Prototipação e criação de projetos pilotos				
P7A4	Sustentação do projeto				
P7A5	Escalonamento e difusão				
P7A6	Mudança sistêmica				

19. Através de que mecanismos as parcerias entre o grupo e a sociedade se materializa?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	DINÂMICA DO PROCESSO	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P8A1	Projetos e pesquisas colaborativas, co-criadas com a comunidade				
P8A2	Monitoramento e avaliação de necessidades sociais				
P8A3	Provisão de serviços				
P8A4	Desenho e teste de novos produtos e processos				
P8A5	Transferência de tecnologia				

Continua na próxima página

P8A6	Incubação				
P8A7	Pesquisas realizadas sobre a comunidade, recebendo <i>feedback</i> dela				
P8A8	Consultoria para grupos da sociedade				
P8A9	Projetos de compartilhamento de conhecimento com a comunidade, e de construção de novos saberes				
P8A10	Ensino para cidadãos da comunidade (ex.: promoção de cursos externos, aulas públicas e seminários)				

20. Quais aspectos são identificados durante a ação?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	DINÂMICA DO PROCESSO	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P9A1	As duas pontas da relação universidade-sociedade são relevantes para ampliar o conhecimento acerca do problema social e para o desenvolvimento da solução				
P9A2	As duas pontas da relação universidade-sociedade contribuem de maneira equilibrada para o atendimento da necessidade social				
P9A3	Os agentes da sociedade demonstram se sentir incluídos no atendimento das suas necessidades				
P9A4	Os agentes das universidades demonstram se sentir relevantes para a melhoria da qualidade de vida da sociedade				

Continua na próxima página

P9A5	A universidade coloca seus equipamentos, instalações e laboratórios a serviço da comunidade				
P9A6	A universidade coloca seus professores e estudantes para contribuir de maneira direta com a comunidade				
P9A7	A universidade oferece treinamento profissional para a comunidade				
P9A8	A universidade oferece educação continuada e cultural para a comunidade				
P9A9	A universidade estabelece um contrato formal com a comunidade				
P9A10	A universidade entra na comunidade como um especialista externo				
P9A11	A universidade fornece serviços para a comunidade que foram explicitamente solicitados				
P9A12	A universidade se envolve no desenvolvimento de soluções, a pedido da comunidade, tendo autonomia e liberdade para fazer sugestões				
P9A13	A universidade oferece uma solução em nome da comunidade				

21. Que resultados já foram identificados a partir da ação?

Considere uma escala de 1 a 4, com 1 representando “de modo nenhum” e 4 representando “em grande escala”.

	DINÂMICA DO PROCESSO	1 – De modo nenhum	2 – Em pequena escala	3 – Em escala moderada	4 – Em grande escala
P10A1	Benefícios para a comunidade diretamente envolvida com o projeto				

Continua na próxima página

P10A2	Benefícios para a sociedade				
P10A3	Trabalhos acadêmicos (artigos, relatórios, TCCs, dissertações e teses)				
P10A4	Indicações de políticas públicas				
P10A5	Criação de novos conhecimentos				
P10A6	Novos produtos ou processos				
P10A7	Avanço da ciência				
P10A8	Fortalecimento da cultura local				

**APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO ELENCADAS
NO CATÁLOGO DE AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFRGS**

Foram coletadas as informações de 912 ações de extensão, desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 30 de maio de 2016 e 30 de maio de 2020. Os nomes das ações estão listados abaixo.

Quadro A.1 - Relação das Ações de Extensão Consultadas

NOME DA AÇÃO
MODALIDADE: AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA
POMAR AGROFLORESTAL: ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO DE SABERES E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARTICIPATIVA
2015-2016 VIVER MELHOR NA ESCOLA: EDUCAÇÃO, SAÚDE E CIDADANIA
AÇÃO INTEGRADORA DA UNIVERSIDADE EM EDUCAÇÃO E SAÚDE -10A EDIÇÃO
AÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DO PROGRAMA DE DÉFICT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE IV - PRODAH
AÇÕES DE SAÚDE BUCAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E SEUS CUIDADORES
AÇÕES INTERDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE 2016
AÇÕES INTERDISCIPLINARES EM SAÚDE PARA QUILOMBOLAS 2016
ACOLHIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL, GÊNERO E RAÇA/ETNIA/2016-2017
ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA REDE PÚBLICA - AT NA REDE 2016
ADAAC - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ANIMAL E AMBIENTAL DO CAMPUS DO VALE / UFRGS - 2016
ALUNO-PESQUISADOR: DESENVOLVENDO A PESQUISA NO ENSINO FUNDAMENTAL
AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO E DOENÇA HEPÁTICA
AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO E DOENÇA HEPÁTICA GORDUROSA NÃO ALCOÓLICA
AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO EM GASTROENTEROLOGIA PARA PACIENTES PORTADORES DE HEPATITE C CRONICA E/OU ESTEATO-HEPATITE NÃO A
AMIGOS DA ASSOCIAÇÃO DE AFÁSICOS DO RIO GRANDE DO SUL 2
APRENDER HIDROLOGIA PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS
ÁREAS PROTEGIDAS DA MATA ATLÂNTICA COMO ESPAÇOS DE TROCA DE SABERES ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE LOCAL 10
ARTEIRAS DO ARQUIPÉLAGO
ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE TOXICOLOGIA EXPERIMENTAL, AMBIENTAL E DE NANOMATERIAIS
ATENÇÃO ODONTOLÓGICA PARA ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL IV
ATENDIMENTO A PACIENTES QUE NECESSITAM DE PRÓTESE BUCO-MAXILO-FACIAL 2016
ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE UMA COORTE DE PACIENTES HIPERTENSOS-2016-1
ATENDIMENTO E PREVENÇÃO À CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA 10ªED
ATENDIMENTO INTEGRADO DE PACIENTES COM TRAUMATISMOS DENTOALVEOLARES II

ATENDIMENTO VOLUNTÁRIO ÀS COMUNIDADES CARENTES COM DIFICULDADE DE ACESSO A ATENDIMENTO MÉDICO - 2018
AVALIAÇÃO POSTURAL PARA A COMUNIDADE - ANO 2
BACIA-ESCOLA PARA GESTÃO PARTICIPATIVA DE DESASTRES NATURAIS E RECURSOS HÍDRICOS.
BÓTONS DE ALEGRIA IV
CADEIA PRODUTIVA DE PEQUENOS RUMINANTES - 2016
CAMPANHA USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS
CELARI: PRÁTICAS CORPORAIS 2016
CELARI: PROMOÇÃO DA SAÚDE E AVALIAÇÃO 2016
CÉLULAS-TRONCO PARA A COMUNIDADE
CENTRO DE ESTUDOS DE LAZER E ATIVIDADE FÍSICA DO IDOSO- CELARI XIX
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E RAÇA (CRDH/NUPSEX)
CLÍNICAS DE TERRITÓRIO
CONJUNTO INSTRUMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO - 2016
CONSCIENTIZAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
CONTINUIDADE DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DO TERMO DE COMPROMISSO IBAMA/DNIT RELATIVO À COMUNIDADE QUILOMBOLA
CONTROLE REPRODUTIVO DE ANIMAIS SILVESTRES DE CATIVEIRO 2016
COTAS UNIVERSITÁRIAS: EXPLORANDO CAMINHOS PARA JOVENS EM CONTEXTOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS/2016
CRECHE COMUNITÁRIA ESPERANÇA - PROJETO E GESTÃO COMUNITÁRIA
CUIDADOS NA MANIPULAÇÃO E NO CONSUMO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - ANO 3
CURSO DE EXTENSÃO EM KARATE-DO UFRGS 2016
DESCOBRINDO O MOVIMENTO NO MEIO LÍQUIDO XXIII
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES CARENTES ATRAVÉS DE AÇÃO SOCIAIS.
DIVULGAÇÃO DO CURSO DE BACHAREL DE SAÚDE COLETIVA, EM 2016, COM APOIO DA CAIXOLA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DA BARRAGEM MÃE D'ÁGUA: 2016
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA TODOS E PARA TODA VIDA
EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INFANTIL CRECHE/UFRGS XXIII
EDUCAÇÃO POSTURAL PARA A COMUNIDADE
EMAV 2016 - ESCRITÓRIO MODELO ALBANO VOLKMER: PROJETO SUSTENTÁVEL E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA
ENFERMAGEM NA SAÚDE ESCOLAR 2018
ERROS INATOS DO METABOLISMO:CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE NACIONAL PARA INVESTIG., DIAGNÓSTICO E SUPORTE À PESQUISA-2019 2020
ESCOLA DE ORIENTAÇÃO NA ESEF/UFRGS EDIÇÃO 3 - 2016
ESTAÇÃO PSI IX - ACOMPANHAMENTO JUVENIL EM POLÍTICAS PÚBLICAS
ESTAÇÃO PSI X - ACOMPANHAMENTO JUVENIL, FORMAÇÃO E INVENÇÕES
FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO COMUNICÁVEIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL -2017
FISIOTERAPIA VOLTADO À SAÚDE DA MULHER (5ª EDIÇÃO): UMA PARCERIA COM O AMBULATÓRIO DE UROGINECOLOGIA DO HCPA
FLAUTARIUM - CONJUNTO DE FLAUTAS DOCES DO DEPARTAMENTO DE MÚSICA DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS 2017

FOMENTAR, À LUZ DA ECOLOGIA DOS SABERES, A FORMAÇÃO DE UM POLO DE ECONOMIA CRIATIVA NO TERRITÓRIO ARQUIPÉLAGO, PORTO ALEG
FORMAÇÃO DA ORQUESTRA DE CORDAS INFANTO JUVENIL DA UFRGS/ OSPA
FORMAÇÃO DE GESTORES AMBIENTAIS DO FUTURO.
FORMAÇÃO PARA A REDE DE SAÚDE E DA EDUCAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E RELAÇÕES DE GÊNERO/2016
FUTSAL UNIVERSITÁRIO X
G2 - CIVIL, FAMÍLIA, CONSUMIDOR E TRABALHISTA - SAJU - 2016
G3 - CIVIL E FAMÍLIA - SAJU - 2016
G4 - CIVIL E FAMÍLIA - SAJU - 2016
G5 - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SAJU - 2016
G6 - CIVIL E FAMÍLIA - SAJU - 2016
G7 - DIREITO DO CONSUMIDOR - SAJU - 2016
G8- GENERALIZANDO: DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO - SAJU - 2016
GAJUP - EDUCAÇÃO E ACESSORIA POPULAR COMUNITÁRIA - SAJU - 2016
GAMAI - GRUPO ANTIMANICOMIAL DE ATENÇÃO INTEGRAL - SAJU - 2016
GAP - GRUPO DE ACESSORIA POPULAR: DIREITO À CIDADE - SAJU - 2016
GEIP - GRUPO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM MATÉRIA PENAL - SAJU - 2016
GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS APOIADA EM SIG E TECNOLOGIAS HUMANITÁRIAS: SUBSÍDIOS PARA PREVISÃO E RESPOSTA A DESASTRES
GRUPO DA COLUNA NO CONTEXTO DO SUS IX - 2017
GRUPO DE ACESSORIA A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
GRUPO DE BRINCANTES DO PARALELO 30 - CULTURA POPULAR SOB UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR
GRUPO DE MEDIAÇÃO DO SAJU - 2016
GRUPO DE SAÚDE MENTAL EM UMA ESF: UMA ESTRATÉGIA DE CUIDADO
GRUPO LAÇOS - DANÇA DE SALÃO CONTEMPORÂNEA 2016
HORTICULTURA URBANA: PROMOÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E DE SEGURANÇA ALIMENTAR 2016
IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO COMUNICÁVEIS EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL -2016
ILHA DA PINTADA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ILHAS DO GUAÍBA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
IMPrensa, SOCIEDADE E UNIVERSIDADE
IMUNIZAÇÃO CONTRA INFLUENZA DE USUÁRIOS DA UNIDADE DE SAÚDE SANTA CECILIA/HCPA -2017
INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN ATRAVÉS DO AUTO-CONHECIMENTO DE SUA SAÚDE BUCAL 2016
INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL 2015
INICIAÇÃO ESPORTIVA INCLUSIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 2016
INTEGRALIDADE E INTERSETORIALIDADE: TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NA COMUNIDADE VILA SOSSEGO-ANO 6
INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR EM COLETIVOS: VULNERABILIDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS/2016
IX EDIÇÃO-DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS E BOAS PRÁTICAS HIGIÊNICO-SANITÁRIAS À COMUNIDADE DE PESCADORES: DELTA DO JACUÍ/TRAMA
JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: MANUALIDADES E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES - BIÊNIO 2016 - 2017
LABORATÓRIO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE E SISTEMA LOCAL/REGIONAL DE SAÚDE (LABIN)

LIGA DE CIRURGIA PLÁSTICA DA UFRGS
LIGA DE NUTROLOGIA 1016
LIGA DE PEDIATRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - 2016
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E CONFLITOS DE TERRITORIALIDADES
MONITORAMENTO NUTRICIONAL E PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DOS ALUNOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO
MUSEU DA UFRGS: MEMÓRIA E EDUCAÇÃO
MUSEU DO MOTOR 2016
MUSICALIZAÇÃO PARA ADULTOS NO CAP/2017
NATAÇÃO APERFEIÇOAMENTO-CONDICIONAMENTO 2016
NATAÇÃO APRENDIZAGEM - 2016
NÚCLEO DE APOIO AO ESTUDANTE - 2015/2016
NÚCLEO DE ESTUDOS EM GESTÃO ALTERNATIVA - NEGA - REEDIÇÃO 2015-2016
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE DIREITO E SISTEMA FINANCEIRO - ATIVIDADE BANCÁRIA, DE SEGUROS E MERCADO DE CAPITAIS
NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA PIPA - PROGRAMA INTERDEPARTAMENTAL DE PRÁTICAS COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DIREITO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS 2016
OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O INFANTOJUVENIL: A EXPERIÊNCIA DE BOAS PRÁTICAS COMO MEDIADORA
OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O INFANTOJUVENIL: FOCANDO O SOCIOEDUCATIVO E A REDINHA 2016
OBSERVATÓRIO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O INFANTOJUVENIL: FOCANDO SCFV E A REDINHA 2019
PALHAFASIA: A EXPERIÊNCIA CLOWN COM UM GRUPO AFÁSICO 2
PALHAFASIA: ARTE CLOWN E AFASIA
PATAS DADAS - 2016
POSTO DE LEITURA
PRÁTICAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE EM ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO
PREPARAÇÃO FÍSICA PARA DEFICIENTES VISUAIS - 2016
PROGRAMA CONVIVÊNCIAS - EDIÇÃO 2016-2018
PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À UNIVERSIDADE - 2016
PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO LITORAL NORTE DO RS
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA EM ASMA E EM OUTROS PROBLEMAS RESPIRATÓRIOS EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - 2017
PROGRAMA DE EXTENSÃO E PESQUISA EM SAÚDE URBANA, AMBIENTE E DESIGUALDADES - 2015
PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA QUEM QUER BRINCAR 18 ED. 2016
PROGRAMA DE MANEJO ESTRATÉGICO DOS OVINOS DA FAVET ANO 2
PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE DEFEITOS CONGÊNITOS (PMD) DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE 2017
PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE 2016/2017
PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL PARA AS CRIANÇAS DA CRECHE FRANCESCA ZACARO FARACO, BRINQUEDOTECA UFRGS E CRECHE PIU PIU
PROGRAMA INTERDEPARTAMENTAL DE PRÁTICAS COM ADOLESCENTES E JOVENS EM CONFLITO COM A LEI - ASSESSORIA AO PIPA (2016)
PROGRAMA LOMBA DO PINHEIRO MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E CIDADANIA 2016
PROGRAMA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO COMUNICÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE P- 2016

PROJETO ACROBATAS 2019
PROJETO ÁGUAS 2016
PROJETO DE ASSESSORIA A ADOLESCENTES SELECIONADOS PELO SISTEMA (NÃO) PENAL - SAJU 2016 - G10
PROJETO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E A REFUGIADOS - GAIRE - SAJU 2016
PROJETO DE ASSESSORIA DE IMIGRANTES NA ZONA NORTE DE POA - 2016
PROJETO DE ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA AS CRIANÇAS DA CRECHE SANTA TEREZINHA-2018
PROJETO DE CONCIENTIZAÇÃO INFANTIL: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO INFANTIL:ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
PROJETO DE INTERVENÇÃO MOTORA PRECOCE PIMP
PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO INFANTIL: MÃE, QUERO SER SAUDÁVEL
PROJETO EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA:DESPERTAR DA COMUNIDADE SÃO PEDRO 2016
PROJETO ESCOLINHA DE FUTSAL X
PROJETO MÚSICA E CIDADANIA NO CAP AÇÃO 2016
PROJETO QUERO QUERO 2016: PROGRAMA INCLUSIVO DE EDUCAÇÃO PELOS ESPORTES
PROJETO RONDON - OPERAÇÃO FORTE DOS REIS MAGOS
PROJETO SENSIBILIDADE INFANTIL: SUSTENTABILIDADE DESDE A INFÂNCIA
PROJETO TOCATA
PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM ESTAR INFANTIL NA COMUNIDADE ORFANOTROFIO-POA-RS
PROMOÇÃO DE SAÚDE MULTIDISCIPLINAR PARA INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SEUS CUIDADORES 2017
PROMOVENDO A SAÚDE DE ESCOLARES 2016
QUARTAS ASTRONÔMICAS NO OBSERVATÓRIO CAMPUS DO VALE
QUEM CONTA UM CONTO 2016
RÁDIO WEB SAÚDE: CONHECIMENTO ACADÊMICO E POPULAR EM SAÚDE COLETIVA A SERVIÇO DE TODOS
REDE BRASILEIRA DE REFERÊNCIA E INFORMAÇÃO EM SÍNDROMES DE MICRODELEÇÃO (REDE-BRIM) - 2016
REDE MPS BRASIL: INVESTIGAÇÃO INTEGRADA E ABRANGENTE DAS MUCOPOLISACARIDOSES NO BRASIL 2016
RESGATE DO CONHECIMENTO SOBRE O USO DE PLANTAS MEDICINAIS - 2017
REVISÃO DE VIDA: O DESAFIO DE ENVELHECER APRENDENDO: MEMÓRIA, RELACIONAMENTOS E SENTIDO DE VIDA.
RODAS DE LEITURA COM MULHERES EM ESPAÇOS NAO ESCOLARES
SABERES E PRÁTICAS LOCAIS RELACIONADOS À AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO E ARTESANATO IV
SAÚDE DA MULHER: PREVENÇÃO DO CÂNCER CERVICAL: DETECÇÃO DE HPV E AGENTES MICROBIOLÓGICOS DO TRATO GENITAL FEMININO 2019
SAÚDE ESCOLAR 2019
SAÚDE ESCOLAR COM ÊNFASE NA SAÚDE BUCAL: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MEIO URBANO: MONITORAMENTO, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.
SEGURANÇA ALIMENTAR, MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL APLICADO
SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (SAJU) 2016
SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (SAJU) 2018
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES SOBRE ERROS INATOS DO METABOLISMO- 2016

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL - 2015/2016
SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE TERATÓGENOS - 2016 (SIAT)
SOLOS E RECURSOS NATURAIS EM AGRICULTURA FAMILIAR NA REG. METR. DE POA: UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA - EDIÇÃO 2016
TAMBORES DE OXUM E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA
TCHE/UFRGS - GRUPO DE DANÇAS TRADICIONAIS GAÚCHAS 2016
TEATRO NA MATURIDADE 2018
TERRA, TERRITÓRIO, DIREITO À MORADIA E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO QUILOMBO DOS ALPES
TREINAMENTO DE HÓQUEI PARA UNIVERSITÁRIOS - 2016
TREINO DE FORÇA PARA SAÚDE - EDIÇÃO 2016
UFRGSMUN BACK IN SCHOOL 2016
UMA ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA ESF: GRUPO DE SAÚDE MENTAL EVOLUÇÃO
UNIVERSIDADE E SUAS FORMAS DE ACESSO - UFA - 2016
UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS: ARTE EM AÇÃO SOCIOCULTURAL (2016)
UTILIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARASITOLÓGICO COMO FERRAMENTA DE INDICATIVO DE SAÚDE EM ANIMAIS II
VESTIBULAR 2016 - AVALIAÇÃO TÉCNICA DE RENDA
VIDAS EM MOVIMENTO: ATIVIDADES FÍSICAS E SOCIOEDUCATIVAS DE LAZER COM IDOSOS 2016
VIVÊNCIAS EM GINÁSTICA - 2016
VIVÊNCIAS FONOAUDIOLÓGICAS JUNTO A IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS - 3ª EDIÇÃO
VOZ E EXPRESSÃO - ATENDIMENTO COLABORATIVO INTERDISCIPLINAR 2016
X EDIÇÃO-DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS E BOAS PRÁTICAS HIGIÊNICO-SANITÁRIAS À COMUNIDADE DE PESCADORES: DELTA DO JACUÍ/TRAMA
XI PROJETO DE JOGGING AQUÁTICO TREINAMENTO - 2016-
XIX PROJETO DE HIDROGINÁSTICA PARA PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN - 2016 -
XIX PROJETO DE NATAÇÃO INICIAÇÃO AO TREINAMENTO - 2016 -
XXIX PROJETO DE JOGGING AQUÁTICO - 2019 -
XXVI EDIÇÃO - BUGRE LUCENA - 2015
AÇÃO PREVENTIVA PARA A COVID-19
ALUNO-PESQUISADOR: DESENVOLVENDO A PESQUISA NO ENSINO FUNDAMENTAL - 2020/2021
APRENDIZAGEM LÚDICO E TECNOLOGIAS EM ESCOLAS PÚBLICAS
AVALIAÇÃO OFTÁLMICA DE CÃES UTILIZADOS EM ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 2020
COLETIVO CONTANTES
DA MARGEM PARA O CENTRO: LEITURAS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTEGRAL DURANTE A GRAVIDEZ E O PÓS-PARTO - GRUPO DE GESTANTES UBS SANTA CECÍLIA 2020
GRUPO VIRTUAL PARA AUXÍLIO AO ABANDONO DO TABAGISMO 2020
I CICLO DE PALESTRAS VIRTUAIS EM DIREITO
LABORATÓRIO DE PALEONTOLOGIA DE VERTEBRADOS E O COVID-19
PLAGEDER: ENLACES ENTRE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
REDE DE SOLIDARIEDADE COM E PELA COMUNIDADE CONTRA O COVID-19 :SOLICOM -UFRGS
SERVIÇO DE OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS DA UFRGS 2020

TELEMEDICINA E EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA
MODALIDADE: ACESSORIA E ATENDIMENTO
#SUSTENTAPICS - PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO CUIDADO INTEGRAL À SAÚDE
PROJETO CRESCENDO COM A GENTE 2016
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO UFRGS LITORAL NORTE: MAPEAMENTO, PROSPECÇÃO E AÇÃO
O CURRÍCULO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA E DO CAMPO NA ESCOLA
15º PIC E 5º ONE - 2020
EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTEGRAL DURANTE A GRAVIDEZ E O PÓS-PARTO - GRUPO DE GESTANTES UBS SANTA CECÍLIA
MANEJO, DEMONSTRAÇÃO DE MATERIAIS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS SOBRE FORRAGEIRAS
A ADOÇÃO - APOIO AO GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO ELO
A ATENÇÃO A USUÁRIOS DE DROGAS NO ÂMBITO DA CAP-UFRGS 2019
A GESTÃO DA ENERGIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
A GESTÃO DO CUIDADO CONTINUADO EM SAÚDE MENTAL: COSTURANDO REDES E PARCERIAS
A HORTA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA NA FUNDAÇÃO PÃO DO POBRES 2016
A NAVEGAÇÃO E O SEXTANTE: SUA INFLUÊNCIA
A PRÁTICA CLÍNICA SUPERVISIONADA
AÇÕES DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL ENTRE TRABALHADORES DO HCPA
ACOLHIMENTO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA UFRGS
ACOMPANHAMENTO CLÍNICO-ODONTOLÓGICO NA SOCIEDADE PORTO ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS
ACOMPANHAMENTO DE EDUCADORAS EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO E ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA DA CONTRAPONTO (ENTREPOSTO E EMPREENDIMENTOS)
ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA REDE PÚBLICA - AT NA REDE
ACOMPANHAMENTO-AUDITORIA-CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DO MONITORAMENTO DA ÁREA DA INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE EM CRICIÚ
ACONSELHAMENTO EM NUTRIÇÃO NO ESPORTE
AFROCONTO: AÇÕES ANTIRRACISTAS NA ARTICULAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL
AGENCIA EXPERIMENTAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS - AGERP
AGÊNCIA FOTOGRAFICA
ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA ESCOLA: PROBLEMATIZANDO CONTEXTOS, INVESTIGANDO CONHECIMENTOS
ALUNO-PESQUISADOR: DESENVOLVENDO A PESQUISA NO ENSINO FUNDAMENTAL
AMBULATÓRIO DE ARTRITE REUMATOIDE DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
AMBULATÓRIO DE ATENDIMENTO AO IDOSO
AMBULATÓRIO DE CARDIOLOGIA NAS MIOPATIAS
AMBULATÓRIO DE CARDIOMIOPATIA HIPERTRÓFICA /VALVOPATIAS
AMBULATÓRIO DE CIRURGIA NASAL PRÉ E PÓS OPERATÓRIO
AMBULATÓRIO DE ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL AO TRABALHADOR
AMBULATÓRIO DE PRIMEIRAS CONSULTAS DA CIRURGIA GERAL - PRIMER
AMIGOS DA ASSOCIAÇÃO DE AFÁSICOS DO RIO GRANDE DO SUL

ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DE ANOMALIAS MORFOLÓGICAS, IGS, DESENVOLVIMENTO GONADAL EM PEIXES DO LAGO GUAÍBA
ANÁLISE DE MATERIAIS NATURAIS E SINTÉTICOS POR DIFRATOMETRIA DE RAIOS X
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE QUALIDADE MICROBIOLÓGICA, FÍSICO-QUÍMICA, SENSORIAL E HISTOLÓGICA DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL
ANÁLISE E PREPARO DE SOLUÇÕES E AMOSTRAS FLUORETADAS
ANÁLISE EXPOGRÁFICA NOS MUSEUS DE PORTO ALEGRE/RS: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS
ANÁLISE INTEGRADA E CAPACITAÇÃO NA AQUISIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE DADOS GEOGRÁFICOS
ANÁLISE QUÍMICA EM NUTRIÇÃO ANIMAL
ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E MANEJO DA FERTILIDADE DE SOLOS EM PLANTIO DIRETO
ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ALIMENTOS 2016 - QUALIDADE DE ALIMENTOS
ANÁLISES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS AMBIENTAIS
APLICAÇÃO DO EXAME CELPE-BRAS E ESTUDOS SOBRE AVALIAÇÃO DE PROFICIÊNCIA
APLICAÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE
APOIO A AGROINDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
APOIO A ATIVIDADES PRÁTICAS DE LEVANTAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS
APOIO A AVICULTURA DE POSTURA NO RS
APOIO À COMERCIALIZAÇÃO E AO CONSUMO DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E ORGÂNICOS NO LITORAL NORTE/RS,
APOIO À DIFUSÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO PPGAV
APOIO À EMPRESA JÚNIOR DA ENGENHARIA HÍDRICA - HIDROLÓGICA
APOIO A PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
APOIO A REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE - POLO RS I
APOIO AO DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DA REDE CEGONHA NO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS BEM CUIDAR EM CANOAS
APOIO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL
APOIO AO PROCESSO SELETIVO CTH
APOIO ÀS ATIVIDADES DA EMPRESA JÚNIOR CATALISA
APOIO ÀS ATIVIDADES DA EMPRESA JÚNIOR MANDALA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA AMBIENTAL
APOIO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO RODOVIA BR-116/RS-SUL 20
APOIO EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM TEMPOS DE COVID-19
APOIO MATRICIAL EM SOCIOEDUCAÇÃO
APOIO NA CAPACITAÇÃO DE AGENTES DO SETOR DE GAMES NO BRASIL
APOIO TÉCNICO FGV - ECONOMIA DIGITAL E INOVAÇÃO NAS EMPRESAS MULTINACIONAIS BRASILEIRAS
APRIMORAMENTO E ACOMPANHAMENTO GERENCIAL E PEDAGÓGICO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: 2013/2016
AQUISIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS PARA METALOGENIA
ÁREAS PROTEGIDAS DA MATA ATLÂNTICA COMO ESPAÇOS DE TROCA DE SABERES ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE LOCAL 14
ASSESSORIA A COMUNIDADES DE BAIXA RENDA

ASSESSORIA ACADÊMICA AO 21O CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS
ASSESSORIA AO ALUNO PARA TRABALHO EM ESCRITA
ASSESSORIA AO GRUPO DE TRABALHO GT 26-A
ASSESSORIA AO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CO-REDE VALE DO RIO PARDO (RS)
ASSESSORIA CONTINUADA A LABORATÓRIO ESCOLA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CONTRAPONTO
ASSESSORIA DAS ATIVIDADES LABORATORIAIS EM DENTÍSTICA DA GRADUAÇÃO E EXTENSÕES
ASSESSORIA DAS ATIVIDADES LABORATORIAIS PROTÉTICAS DA GRADUAÇÃO E EXTENSÕES DE PRÓTESE
ASSESSORIA DE GESTÃO À ASSOCIAÇÃO CONTRAPONTO
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL
ASSESSORIA EM ESCRITA
ASSESSORIA JURÍDICA HERNANI ESTRELLA - AJHE
ASSESSORIA LINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO - NOVAS EXPERIÊNCIAS EM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL - UFRGS
ASSESSORIA NUTRICIONAL NO ESPORTE DE INCLUSÃO
ASSESSORIA TÉCNICA PARA PRODUTORES CARENTES NO ENTORNO DA EEA-UFRGS
ASSESSORIA TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA SEBRAETEC
ASSESSORIA, FORMAÇÃO E ATENDIMENTO
ASSISTÊNCIA AO PRORASAM
ASSISTÊNCIA JURÍDICA SAJU/GRUPO 01
ASSISTÊNCIA MÉDICA EM GRANDES EVENTOS O MODELO DOS JOGOS OLÍMPICOS
ASSOCIAÇÃO CONTRAPONTO: APOIO E ASSESSORIA À GESTÃO
ATELIER PEDAGÓGICO BILÍNGUE: LÍNGUA, ARTE E CULTURA SURDA NA ESCOLA
ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL DO PACIENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS
ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL DO PACIENTE ONCOLÓGICO
ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER NA COMUNIDADE
ATENÇÃO A SAÚDE INFANTIL EM UM HOSPITAL DO SUS
ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM PERIODONTIA NO CENTRO DE ESPECIALIDADES DA UFRGS
ATENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA AO ADULTO E IDOSO NO AMBIENTE HOSPITALAR
ATENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA AO ADULTO E IDOSO NO AMBIENTE HOSPITALAR: LINHA DE CUIDADO E FUNCIONALIDADE
ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE COM CARDIOPATIA ISQUÊMICA
ATENÇÃO ODONTOLÓGICA AO IDOSO EM TRATAMENTO PARA APNEIA DO SONO
ATENÇÃO ODONTOLÓGICA NA BRIGADA MILITAR/RS
ATENÇÃO ODONTOLÓGICA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
ATENÇÃO PRIMÁRIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM ENDODONTIA - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA FOUFRGS
ATENÇÃO SECUNDÁRIA EM SAÚDE BUCAL- ESTOMATOLOGIA E CIRURGIA
ATENDIMENTO A INDÚSTRIA PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA MECÂNICA
ATENDIMENTO À SUINOCULTURA DO ASSENTAMENTO COOPAN DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA
ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES HIPERTENSOS
ATENDIMENTO CLÍNICO E CIRÚRGICO A EQUINOS DE PROPRIETÁRIOS/TUTORES DESAFIADOS ECONOMICAMENTE

ATENDIMENTO CLÍNICO ENDODÔNTICO COM O EMPREGO DE NOVAS TECNOLOGIAS
ATENDIMENTO CONTINUADO AOS PACIENTES ATENDIDOS NO BLOCO CIRÚRGICO DE ROTINA DO HCV
ATENDIMENTO DE PACIENTES PARA PROSERVAÇÃO DE DENTES TRATADOS ENDO-DONTICAMENTE NA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFRGS
ATENDIMENTO DE URGÊNCIA ODONTOLÓGICA
ATENDIMENTO E RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES DA SEMANA CIENTÍFICA DO HCPA
ATENDIMENTO EM CUIDADOS PALIATIVOS DE CÃES E GATOS
ATENDIMENTO EM PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA VETERINÁRIA
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO À CRIANÇA COM NEURODISFUNÇÃO
ATENDIMENTO FONOAUDIOLÓGICO
ATENDIMENTO FONOAUDIOLÓGICO A PROFESSORES COM QUEIXA VOCAL
ATENDIMENTO INTEGRADO DE PACIENTES COM TRAUMATISMO DENTOALVEOLAR
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INFANTIL NO CEO-UFRGS
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS ATRAVÉS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS
ATENDIMENTO VETERINÁRIO EM EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL- SETOR DE GRANDES RUMINANTES- UFRGS
ATENFARCARDIO - AMBULATÓRIO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM CARDIOLOGIA - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE (HCPA)
ATIVIDADE DE CAMPO JUNTO AO SETOR DE BUBALINOCULTURA DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL AGRONÔMICA DA UFRGS
ATIVIDADES COLABORATIVAS ENTRE O ICTA/UFRGS E A COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL DA OAB/RS
ATIVIDADES TÉCNICAS DE GEOLOGIA COSTEIRA, OCEÂNICA E GERENCIAMENTO COSTEIRO
ATIVIDADES TÉCNICAS NA LAGOAS DOS PATOS I
ATIVIDADES TERAPÊUTICAS EM ÁGUA FUNDA: JOGGING AQUÁTICO E HIDROPOSTURAL
ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA AO PACIENTE NEUROLÓGICO
ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA EM UM AMBULATÓRIO DE DISFAGIA INFANTIL
ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA EM UM AMBULATÓRIO DE SEGUIMENTO AO PREMATURO
ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA JUNTO AO AMBULATORIO FDG/HCPA
ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR JUNTO A IDOSOS DA COMUNIDADE
ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS
ATUT - RECICLANDO VIDAS
AUXÍLIO AO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DO PNE
AVALIAÇÃO DA BIOTERIORAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, BIOCOMBUSTÍVEIS E CONTROLE
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PREDATÓRIA DE ADULTOS E NINFAS DE ORIUUS INSIDIOSUS EM FRANKLINIELLA OCCIDENTALIS EM FUMO SOB CON
AVALIAÇÃO DA MORTALIDADE DE VERTEBRADOS EM RODOVIAS E FERROVIAS E PLANEJAMENTO DA MITIGAÇÃO
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E INOCUIDADE DE PRODUTOS FATIADOS EM REDES DE SUPERMERCADOS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DE AMBIENTES E INSUMOS DE FÁBRICAS DE RAÇÃO

AVALIAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS MONOGÁSTRICOS II REOFERECIMENTO
AVALIAÇÃO ISOCINÉTICA NA REABILITAÇÃO DE ATLETAS (CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E LAPEX)
AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DAS OBRAS INSCRITAS NO PNLD 2017
BACTERIOLOGIA APLICADA A MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA
BANCO DE DADOS DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS DA ÁREA DE SENSORIAMENTO REMOTO
BANCO DE SANGUE VETERINÁRIO
BASE DE DADOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BASE DE DADOS DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS DA ÁREA DE SENSORIAMENTO REMOTO - BDSR
BASES DA FISIOLÓGIA HUMANA
BIBLIOTECA COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA CLÍNICA E CIDADÃ
BIBLIOTECA PÚBLICA: INCLUSÃO SOCIAL, INFORMACIONAL E CIDADANIA
BIBLIOTECA SÉRGIO CAPPARELLI: A BIBLIOTECONOMIA VAI À ESCOLA
BIBLIOTECAS VIVAS: PROMOÇÃO DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS
BIODETERIORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E BIOCOMBUSTÍVEIS
BIRIBOL
BLOG DO NÚCLEO DE DESIGN GRÁFICO AMBIENTAL - NDGA/UFRGS
BÓTONS DE ALEGRIA
CAIXOLA / CLUBE DE CRIAÇÃO
CÁLCULO DINÂMICO: JURASSIC SIMULATION
CAMINHADA NÓRDICA PARA IDOSOS
CAMINHADA NÓRDICA PARA PESSOAS COM DOENÇA DE PARKINSON
CAPACITAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ATRAVÉS DO RECONDICIONAMENTO DE COMPUTADORES
CAPACITAÇÃO E APRIMORAMENTO
CAPACITAÇÃO E ASSESSORAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE BAGÉ-RS
CAPACITAÇÃO E ASSESSORAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GRAMADO DOS LOUREIROS
CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA PARA O GRUPO GESTOR MUNICIPAL DE ESTEIO-RS
CAPACITAÇÃO EM INSPEÇÃO DE QUALIDADE DE OBRAS E CONSERVAÇÃO EM RODOVIAS
CAPACITAÇÃO EM MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E INICIAÇÃO EM CONSULTORIA EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO
CAPACITAÇÃO, ASSESSORIA E EDUCAÇÃO CONTINUADA EM MÉTODOS EPIDEMIOLÓGICOS QUANTITATIVOS.
CAPLLE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE MINERAIS E MATERIAIS SINTÉTICOS POR EMPA, FRX E DIFRATOMETRIA DE RAIOS X
CATÁLOGO ELETRÔNICO DO ACERVO DE PARASITOS DE ANIMAIS - MÓDULO PROTOZOOLOGIA
CEANUT: CENTRO DE EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
CENTRAL ANALÍTICA: OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
CENTRAL DE VENTILAÇÃO MECÂNICA: INDICADORES PARA PROMOÇÃO DA DESOSPITALIZAÇÃO
CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR
CENTRO COLABORADOR EM SERVIÇOS FARMACÊUTICOS (CECOL-FAR)

CENTRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA PPGAV UFRGS 2020
CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS: CURSO EM ENDODONTIA E PERIODONTIA
CENTRO DE ESTUDOS DA LOCOMOÇÃO TERRESTRE: LOCOMOTION
CENTRO DE INFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS (CIM-RS): A INFORMAÇÃO A SEU ALCANCE
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES E MARINHOS (CERAM): EDUCAÇÃO, EXTENSÃO E FOMENTO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO -CIESS
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E ATENÇÃO À SAÚDE (CIPAS/UFRGS)
CENTRO MULTIUSUÁRIO DE PROTOTIPAÇÃO RÁPIDA - CMPR
CENTRO PAIS-BEBÊ - FAMÍLIA, VÍNCULOS E ADOÇÃO
CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SAÚDE NA ESCOLA
CIÊNCIA, CULTURA E ARTE NO PLANETÁRIO DA UFRGS
CINEMA DE APLICAÇÃO NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
CIRANDA INFANTIL NO ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO DO MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA (MNLM)
CLASSE, GÊNERO, SEXO, RAÇA E ETNIA: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES A PARTIR DA DIVERSIDADE
CLÍNICA FEMINISTA NA PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE
CLUBE DE CIÊNCIAS DO CAMPO
COCRIEX - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO, CRIAÇÃO E EVENTOS DE EXTENSÃO
COMISSÃO DE ESTUDOS DE ACOMPANHAMENTO DA ÁREA DO ENSINO SUPERIOR
COMUNICA UFRGS LITORAL
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO -ATUT - RECICLANDO VIDAS
COMUNICAÇÃO NO CONTRAPONTO 2019
CONHECENDO A FAUNA MARINHA E COSTEIRA DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
CONHECER E PRESERVAR: USO DE MÍDIAS SOCIAIS NA ABORDAGEM DE QUESTÕES AMBIENTAIS
CONHECIMENTO LIVRE NA ESCOLA PRISIONAL: CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS E DE CRITICIDADE COM RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS
CONSOLIDAÇÃO DA COLEÇÃO DE PORIFERA (ESPONJAS MARINHAS E DULCÍCOLAS) DO MUCIN-CECLIMAR-CLN
CONSTRUÇÃO DO CASO COMO DISPOSITIVO DA EXPERIÊNCIA DOCENTE
CONSULTA DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PERNA
CONSULTORIA E ANÁLISES PARA O SETOR DE ALIMENTOS
CONSULTORIA EM PSICOLOGIA DO TRABALHO E PROCESSOS INSTITUCIONAIS- TRABALHO, SAÚDE E FORMAÇÃO
CONSULTORIA PARA A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS CIÊNCIAS DE ALIMENTOS
CONSULTORIA FONOAUDIOLÓGICA NA ODONTOLOGIA
CONSULTORIA, ASSESSORIA, FOMENTO E CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA EM BOVINOS
CONTA MAIS
CONTROLE DE TUBERCULOSE E BRUCELOSE NO RIO GRANDE DO SUL
CONTROLE MICROBIOLÓGICO NO HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS DA UFRGS
CONTROLE REPRODUTIVO DE FÊMEAS CANINAS E FELINAS PELAS TÉCNICAS MINIMAMENTE INVASIVAS

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE FACULDADE DE VETERINÁRIA E COMPANHIA ESPECIAL DE BUSCA E SALVAMENTO - CEBS/CBMRS
CORO DO CAP
COSTURANDO SUBLIMES IDEIAS: ARTES E GERAÇÃO DE RENDA
CRESCENDO COM A GENTE: UTILIZANDO A BRINCADEIRA E O BRINQUEDO TERAPEÚTICO EM PEDIATRIA
CRIART: MEDIAÇÃO DA LEITURA E BIBLIOTERAPIA
CUIDADO À SAÚDE NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CUIDADO AO CLIENTE COM DOR CRÔNICA
CULTIVEDUCA/UFRGS
CURSO DE FORMAÇÃO PARA O CUIDADO DE USUÁRIOS DE CRACK E OUTRAS DROGAS: SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL
CURSO NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA FOUFRGS :ENDODONTIA E PERIODONTIA
CURSO PREPARATÓRIO PARA INGRESSANTES MILITARES NO PPGEI
DA CONTAÇÃO À BIBLIOTECA: LEITURA E ESCRITA COMO ESTRATÉGIA CLÍNICA E CIDADÃ
DANÇA PARKINSON
DDNL - O FRANCÊS COMO LÍNGUA DE ENSINO NO CAP-UFRGS
DES MEDIDA - DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL: POR UM ACOMPANHAR NA REDE
DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CONFORMAÇÃO MECÂNICA
DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DA CULTURA DE DESEMPENHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL
DESPERTAR DA COMUNIDADE
DETERMINAÇÃO DA AFLATOXINAS M1 EM PRODUTOS LÁCTEOS EM AMOSTRAS OBTIDAS DE PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO DO VALE DO TAQU
DETERMINAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA/ETNIA: IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL E ÁREAS AFINS
DIAGNÓSTICO BACTERIOLÓGICO DE INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM CÃES COM HIPERADRENOCORTICISMO
DIAGNÓSTICO DAS INTOXICAÇÕES EM ANIMAIS NO RIO GRANDE DO SUL
DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS BACTERIANAS - LABACVET
DIAGNÓSTICO E CONTROLE DE MASTITE BOVINA EM PEQUENAS PROPRIEDADES LEITEIRAS
DIAGNÓSTICO E PLANO DE MANEJO DAS DUNAS FRONTAIS PARA O MUNICÍPIO DE JAGUARUNA - SC
DIAGNÓSTICO E PROJETO DE ARQUIVOS PARA O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL (CAU/RS)
DIAGNÓSTICO MICROBIOLÓGICO CONVENCIONAL E MOLECULAR DE BACTÉRIAS DE INTERESSE VETERINÁRIO
DIAGNÓSTICO MOLECULAR DE RANGELIA VITALII EM PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS DA UFRGS
DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO PARA IDENTIFICAR QUESTÕES DE SAÚDE DE COMUNIDADE EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM PORTO ALEGRE
DIAGNÓSTICOS MUNICIPAL - EQUIPE PLAGEDER
DIDACOTECA: ACERVO DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS
DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS NA PRODUÇÃO AVÍCOLA
DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM FERTILIDADE, MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA

DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O CONTROLE DE DOENÇAS PARASITÁRIAS
DIREITO ALIMENTAR E FRATERNIDADE NO VIADUTO DA CONCEIÇÃO
DOENÇAS PARASITÁRIAS EM SUINOS UTILIZADOS COMO FONTE ALIMENTAR PARA COMUNIDADES ATENDIDAS PELA PREFEITURA DE PORTO ALEGR
DOENÇAS PARASITÁRIAS INFLUENCIANDO NA SANIDADE EM BOVINOS EM FAZENDA ESCOLA 1
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMUNICAÇÃO
EDUBOT UFRGS - PROGRAMA DE ROBÓTICA EDUCACIONAL
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E DIABETES
EDUCAÇÃO CONTINUADA, ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA EM EPIDEMIOLOGIA APLICADA À DEFESA SANITÁRIA
EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CITOLOGIA CLÍNICA
EDUCAÇÃO DO CAMPO LITORAL NORTE: MOBILIZANDO VIVÊNCIAS DA/PARA A VIDA
EDUCAÇÃO EM SAÚDE DURANTE A GRAVIDEZ E O PÓS-PARTO: GRUPO 1.000 DIAS DE ACOMPANHAMENTO MÃES E BEBÊS NA UBS SANTA CECÍLIA
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PUERPÉRIO E INTEGRAÇÃO AO BANCO DE LEITE HUMANO
EDUCAÇÃO FINANCEIRA
EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL DE GRADUANDOS DA ÁREA DA SAÚDE DA UFRGS ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO FUNCIONAL DE IDOSOS
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA PRODUÇÃO DO CUIDADO DE SAÚDE BUCAL
EDUCAÇÃO POPULAR E UNIVERSIDADE: UMA EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO COM O CURSINHO POPULAR CAROLINA DE JESUS
EDUCANDO PARA A TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS
ELAB DE EST VOLTADOS À DEFINIÇÃO DA INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O ENTE REGULADOR NA IMPLM. DA REGULAÇÃO ECON. DOS SERV DE.
ELABORAÇÃO DE ETNOMAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO ETNOAMBIENTAL PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE MBYÁ-GUARANI DA TEKOÁ PINDÓ MIRIM
EMAV 2020 - ESCRITÓRIO MODELO ALBANO VOLKMER: ARQUITETURA, CIDADE E EXTENSÃO POPULAR
EMPRESA INCENTIVE PLANEJAMENTO E CONSULTORIA JUNIOR
EMPRESA JÚNIOR DENTO
EMPRESA JÚNIOR SINC CONSULTORIA E SERVIÇOS
EMPRESA PETRA JUNIOR
ENCONTROS VIRTUAIS SOBRE BOVINOS EM TEMPOS DE PANDEMIA
ENDOGASTRO- SERVIÇO DE ENDOSCOPIA E GASTROENTEROLOGIA VETERINÁRIA
ENDOPARASITÓSES EM PEQUENOS RUMINANTES EXPOSTOS NA EXPOINTER
ENGENHARIA DO VENTO
ENSAIOS DE COMPONENTES DE SISTEMAS DE CONVERSÃO DE ENERGIA SOLAR
ENSINO DIGITAL EM HISTOLOGIA: DO MICROSCÓPIO AO COMPUTADOR
ESCOLA - ESPAÇO DE EXCELÊNCIA À INICIAÇÃO ESPORTIVA
ESCOLA ESTADUAL PRESIDENTE ROOSEVELT: REDESENHO E REFORMA PARTICIPATIVA DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA
ESCRITA EM FOCO
ESCRITÓRIO JÚNIOR RUY CIRNE LIMA
ESPAÇO COMUNITÁRIO DO MORRO SANTANA
ESPORTE EDUCACIONAL EM MOVIMENTO
ESTÍMULO AO USO DA BIBLIOTECA EM ESCOLAS PÚBLICAS

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À MORTALIDADE JUVENIL
ESTRUTURAÇÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DA SNELIS/ME
ESTUDO DAS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE LEITE DE BÚFALA NO RS E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA MATÉRIA-PRIMA LEITE DE BÚFALA
ESTUDOS PARA AVALIAÇÃO DE PLANOS DE FECHAMENTO PARA MINA DE SAL PELO MÉTODO DE LAVRA SUBTERRÂNEA POR DISSOLUÇÃO
ESTUDOS SOBRE O CUIDADO AO RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO
EXPOSIÇÃO A AGROTÓXICOS E SUA RELAÇÃO COM O CÂNCER EM AGRICULTORES
EXPRESSIVIDADE ORAL EM RÁDIO E TV - ATUAÇÃO FONOAUDIOLÓGICA
EXTENSÃO INDÍGENA
FACULDADE DE VETERINÁRIA/UFRGS NA EXPOINTER
FALE COMIGO
FAZENDA ESCOLA COMO FORMADORA NA ÁREA DE SANIDADE ANIMAL
FEIXES MAGNETICAMENTE FOCALIZADOS
FISIOTERAPIA AQUÁTICA
FISIOTERAPIA DESPORTIVA: ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO
FISIOTERAPIA DESPORTIVA: PREVENÇÃO E TRATAMENTO - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA ESEFID
FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL AMBULATORIAL NA DOENÇA DE PARKINSON
FISIOTERAPIA PÉLVICA NAS DISFUNÇÕES MICCIONAIS
FONOAUDIOLOGIA COMUNITÁRIA EXTENSÃO E PESQUISA
FONOAUDIOLOGIA NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
FORMAÇÃO CLÍNICA EM FONOAUDIOLOGIA: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERVIÇO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA APRENDER MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS
FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RS: CONSTITUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
G1 - CIVIL, FAMÍLIA, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO - SAJU
G5 - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SAJU
G7 - DIREITO DO CONSUMIDOR SAJU
G9 - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
GAGUEIRA: APRIMORAMENTO, ESTUDO E INTERVENÇÃO
GATRA - GRUPO DE ASSESSORIA TRABALHISTA - DIREITO DO TRABALHO SAJU
GEIP - GRUPO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM MATÉRIA PENAL - SAJU
GENÉTICA MÓVEL
GEOENG - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE GEOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA E AO MAPEAMENTO GEOTÉCNICO
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE DA FACULDADE DE VETERINÁRIA
GESTÃO AMBIENTAL APLICADA
GESTÃO DE APOIO AO PROCESSO DE IMPRESSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
GESTÃO DE NECESSIDADES RECEPTIVAS E TÉCNICAS EM REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: PLANEJAMENTO, FORMAÇÃO E EXECUÇÃO
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A FORMAÇÃO EM PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE
GESTÃO DE QUALIDADE NA VITIVINÍCOLA JOLIMONT
GESTÃO DOCUMENTAL DO ACERVO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - DEDS/PROREXT.
GINÁSTICA LABORAL NA ESEFID

GRITAM - GRUPO INTERDISCIPLINAR DE TRABALHO E ASSESSORIA PARA MULHERES
GRUPO DE ASSESSORIA A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI - G11
GRUPO DE MEDIAÇÃO DO SAJU
GRUPO DE PROMOÇÃO DE AUTOCUIDADO E SAÚDE MENTAL
GRUPO DE TRABALHO EM TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL
GRUPO TEMÁTICO DE TRABALHO - GTT MEDICAMENTOS VENCIDOS -RS
GRUPOS DE ESTUDOS PARA A PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
GRUPOS DE ORIENTAÇÃO AOS FAMILIARES DE CRIANÇAS COM PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM
GRUPOS DE TUTORIA INF
GT COMUNICAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA (GESC)
GUIA DE IDENTIFICAÇÃO DE MINERAIS DE MINÉRIO
HIDROLOGIA PARA ESTUDOS E PROJETOS
HIDROPOSTURAL
HISTÓRIA DA FOTOGRAMETRIA E SEUS USOS
HORTA AGROECOLÓGICA DA ESCOLA EPA - TEKOPORÃ, BEM VIVER E SAÚDE
HORTA CRECHE
HORTA EDUCATIVA: UM ESPAÇO PARA CRIAR
HORTAS COMUNITÁRIAS AGROECOLÓGICAS NO REASSENTAMENTO PORTO NOVO: SENSIBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA AÇÃO COMUNITÁRIA
HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS DA FAVET/UFRGS COMO HOSPITAL ESCOLA
I PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E PRESCRIÇÃO PARA TREINAMENTO EM FUTEBOL E VOLEIBOL
I PROJETO DE CAMINHADA/CORRIDA EM PISCINA FUNDA PARA IDOSOS
II DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS NA PRODUÇÃO AVÍCOLA
II TERMO ADITIVO - INTERAÇÃO PARA A REVISÃO DO PLAMSAB ELABORAÇÃO DO PMGIRS DEMASI IJUI
IMAGEM HCV-UFRGS
IMPLANTAÇÃO DA INCUBADORA MULTISSETORIAL GERMINA
IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE ORIGEM
IMPLANTAÇÃO DE GRUPOS DE TUTORIA NO INSTITUTO DE INFORMÁTICA
IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE AQUAPONIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE CATADORES DE RESÍDUOS E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA POPULAR DE RECICLAGEM
IMPLANTODONTIA ENSINO
IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO MEL DE ABELHAS NATIVAS (MELIPONINI) NO RS
INCLUSÃO DIGITAL NA EJA: EM BUSCA DA AUTORIA
INCLUSÃO PRODUTIVA DE CATADORES DE RESÍDUOS E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA POPULAR DE RECICLAGEM - EDIÇÃO EMPREENDEDORISMO
INCUBADORA EMPRESARIAL DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA UFRGS
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UFRGS
INCUBADORA TECNOLÓGICA HESTIA - FEENG
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO CORPORATIVO: O CASO DA NATURA
INICIAÇÃO EM PESQUISAS CIRÚRGICO-ANESTÉSICAS
INSERÇÃO TERRITORIAL DA NOVA SEDE DO INSTITUTO EDUCACIONAL JOSUÉ DE CASTRO, MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
INSITUCIONAL FABICO

INSTITUCIONAL CICOM
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ARQUIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL: AÇÕES JUNTO À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/SR PO
INTEGRAÇÃO UFRGS E COMUNIDADE
INTEGRAÇÃO ENTRE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO EM DOENÇAS PARASITÁRIAS DOS ANIMAIS
INTERAÇÃO ORGANIZACIONAL ENTRE COMUNIDADE PÚBLICA E PRIVADA
INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO INTERDISCIPLINAR EM RECÉM-NASCIDOS COM FRÊNULO LINGUAL CURTO E DIFICULDADE EM ALEITAMENTO
INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIFICULDADES/TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM
INTERVENÇÃO PARA O EMPODERAMENTO DOS RECURSOS PSICOLÓGICOS E DAS FORTALEZAS HUMANAS: PROGRAMA MAIS RECURSOS
INTERVENÇÃO PREVENTIVA DIRECIONADA A MULHERES VIVENDO COM HIV NO CONTEXTO DA MATERNIDADE
IV DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS HIGIÊNICO-SANITÁRIAS PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES QUE ELABORAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
JOGOS - PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: OS TERRITÓRIOS NEGROS DE PORTO ALEGRE
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VETERINÁRIAS (LACVET-UFRGS) ? LABORATÓRIO ESCOLA
LABORATÓRIO DE BACTERIOLOGIA APLICADA A MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA
LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO EMPREENDEDORA
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (LEAN)
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO - LHISTE
LABORATÓRIO DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA - LABPOP
LABORATÓRIO DE SEDIMENTOS
LAPRABI - LABORATÓRIO DE PRÁTICAS BIBLIOTECONÔMICAS
LEITURA EM VOZ ALTA
LET - LEARNING ENGLISH TO
LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE SOLOS
LIDIA: LIGA INTERDISCIPLINAR DE DIABETES
LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE INDÍGENA
MADURAÇÃO - PROJETO DE INTERVENÇÃO MOTORA PRECOCE PIMP
MAIS QUÍMICA NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFRGS
MANEJO, AVALIAÇÃO DE MATERIAS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS EM FORRAGICULTURA
MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL/FARMÁCIA ESCOLA DA UFRGS
MAPEAMENTO DE ÁREAS RISCO DE INUNDAÇÃO NA REGIÃO DE ÁGUAS CLARAS-VIAMÃO- RS
MEDIADORES FAMILIARES DPERS
MEDUSA - MOVIMENTO EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL
MEMÓRIAS E ESPACIALIDADES DA ILHOTA: URBANIZAÇÃO E RESILIÊNCIA
MENSURAR VALOR DE UM PRODUTO INOVADOR NA PERSPECTIVA DO CLIENTE: CASO EASYGAS DA STARTUP HIDROCOMBUS
METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM ATIVA NA FORMAÇÃO DE TERAPEUTAS DA LINGUAGEM
METODOLOGIAS AVANÇADAS PARA ESTUDAR A POTENCIAL TOXICIDADE DE NANOMATERIAIS
MODELAGEM HIDROLÓGICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

MONITORAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE (ÁGUA, LEITE E QUEIJO) DE PRODUTORES DE QUEIJO ARTESANAL SERRANO
MONITORAMENTO E CONTROLE DE MASTITE CLÍNICA E SUBCLÍNICA
MONITORIA JUMPS
MOVIMENTO AUTÔNOMO UTOPIA E LUTA: REFORMA CENTRO CULTURAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM DIREITOS HUMANOS
MÚSICA E CÉREBRO EAD
MUSICALIZAÇÃO PARA ADULTOS NO CAP
NAE - NÚCLEO DE ASSESSORIA ESTATÍSTICA: ASSESSORIAS E CURSOS DE CURTA DURAÇÃO
NATEA - NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NEA LITORAL NORTE: NÚCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DO LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NHAY'U E TEMBIPORU: ESTÍMULO À RETOMADA DA PRODUÇÃO CERÂMICA DESDE O BARRO PELOS MBYÁ-GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL
NICA 2020: NÚCLEO DE INSTAURAÇÃO DA CERÂMICA ARTÍSTICA 2020
NIVELAMENTO DE CALOUROS DE LETRAS - INGLÊS
NOVAS EXPERIÊNCIAS EM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: ASSESSORIA LINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO - UFRGS
NÚCLEO AUDIOVISUAL DA BIOLOGIA (NAVIBIO)
NÚCLEO DE ASSESSORIA MATEMÁTICA
NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA- ECOVIAMÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS EM CORRENTES DE DENSIDADE
NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM ELETROFISIOLOGIA DA AUDIÇÃO-NEUROAUDIOLOGIA
NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA ANTIRRACISTA DA PSICOLOGIA - NEPAR/PSI
NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA PROMOÇÃO DE BEM ESTAR E PESO SAUDÁVEL
NÚCLEO DE REABILITAÇÃO DA LINGUAGEM E COGNIÇÃO (RELINC)
NÚCLEO DE REABILITAÇÃO EM LINGUAGEM E COGNIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AFÁSICOS DO RIO GRANDE DO SUL
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NA INFÂNCIA: AÇÕES 2020-2021
NÚCLEO RUMINAÇÃO
O HCV COMO CAMPO DE VIVÊNCIA PARA A PRÁTICA DA RADIOLOGIA VETERINÁRIA
O LABORATÓRIO DE GEOLOGIA ISOTÓPICA DA UFRGS: ANÁLISES DE ROCHAS SEDIMENTARES E VULCÂNICAS DE BACIAS SEDIMENTARES
O OLHAR ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM TRANSTORNO MENTAL: INTEGRAÇÃO COM O CONSULTÓRIO NA RUA
O OLHAR DA COMUNICAÇÃO PARA O PROJETO SOS-PME
O USO DAS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE PARASITOLOGIA VETERINÁRIA
OBSERVATÓRIO EDUCATIVO ITINERANTE - OEI
OCUPAÇÕES URBANAS: O ACESSO À CIDADE E O DIREITO À MORADIA
OCUPAS: CIDADES, RESISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE
ODONTOGERIATRIA - ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE BUCAL DE IDOSOS
ONTOCOSMOECOLOGIAS ORIGINÁRIAS FRENTE ÀS COLONIALIDADES INDIGENISTAS NO RIO GRANDE DO SUL (SEC. XXI)
OPUS - DIREITO DO TRABALHO SAJU

ORGANIZA CONSULTORIA 3.0 - EMPRESA JUNIOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA A APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NO QUILOMBO DOS ALPES
ORGANIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DO PROJETO 10X15: MOMENTOS DE NÃO CALAR
ORGANIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DO PROJETO DE LEITURA MINHA COR, TUA COR, TODAS AS CORES
ORIENTAÇÃO DE CAMINHADA E EXERCÍCIOS PARA PORTADORES DE ESCLEROSE MÚLTIPLA
ORIENTAÇÃO DE USUÁRIOS E FAMILIARES NA SALA DE ESPERA: ACOLHE EMERGÊNCIA
ORIENTAÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NO PÓS-OPERATÓRIO DE OMBRO NO AMBULATÓRIO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DO HCPA
OS GRANDES VULCÕES: BELEZA E DESTRUIÇÃO
PACIENTES PORTADORES DE ICC: ATENDIMENTO AMBULATORIAL POR EQUIPE MULTIPROFISSIONAL
PALHAFASIA: A EXPERIÊNCIA CLOWN COM UM GRUPO AFÁSICO
PAPEL (PROJETO DE APOIO PARA ESCRITA E LEITURA)
PARA ALÉM DA BALANÇA: CONSTRUINDO SAÚDE NO TRABALHO
PARALELO 30 - ESPAÇO DE VIVÊNCIAS EM DANÇAS POPULARES 2020
PARASITOSSES DE RUMINANTES EXPOSTOS NA EXPOINTER
PEDOLOGIA PARA FINS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS
PERGUNTE AO CREF
PERIÓDICO FARMACÊUTICO ?DRUG ANALYTICAL RESEARCH?
PESQUISA DE COMPORTAMENTO NA COMUNIDADE DO COLÉGIO ISRAELITA BRASILEIRO
PESQUISA DE MERCADO E PLANO DE NEGÓCIOS
PIXEL
PLAGEDER: ENLACES ENTRE ENSINO E EXTENSÃO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CONTROLE DE VERMINOSSES EM OVINOS NO RIO GRANDE DO SUL
PLANO DE NEGÓCIO E INVESTIMENTO PARA MADEIRA BISSINTÉTICA
PLANO POPULAR DA VILA DIQUE
PLANOS POPULARES DE AÇÃO REGIONAL
PODCAST: O QUE É TUDO ISTO?
PORTAL: SAÚDE COLETIVA E O CUIDADO NA PANDEMIA DA COVID-19
PORTFÓLIO DE SERVIÇOS DO ZENIT
PORTO ALEGRE ANTIGA ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS
PRÁTICA DE ESTUDOS EM OBRIGAÇÕES CIVIS E MERCANTIS: CONTRATOS, RESPONSABILIDADE, INADIMPLENTO E INSOLVÊNCIA
PRÁTICA EM MEDIAÇÃO EMPRESARIAL: PREVENÇÃO E GESTÃO EFETIVA DE CONFLITOS ORGANIZACIONAIS.
PRÁTICAS EM FONOAUDIOLOGIA ESCOLAR JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRGS
PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO BECO DAS PEDRAS COMUNIDADE MORRO DA CRUZ
PRÁTICAS URBANAS EMERGENTES, ANO III, OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO MTST
PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE TECNOLOGIAS QUE PROMOVAM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2014 - EDITAL GERAL
PREDITORES PARA O CÂNCER E OUTROS BIOMARCADORES PRECOSES EM EXPOSTOS A AGROTÓXICOS COMO AUXILIARES DIAGNÓSTICOS

PRESERVAÇÃO DA CULTURA POLONESA NO BRASIL: COOPERAÇÃO UFRGS SOCIEDADE POLÔNIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA DE BIOMATERIAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LAPEX: AVALIAÇÃO BIOMECÂNICA PARA O ESPORTE E REABILITAÇÃO FÍSICA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO NÚCLEO DE PESQUISA BÁSICA EM ODONTOLOGIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CAPACITAÇÃO NAS ÁREAS INOVAÇÃO E FABRICAÇÃO DIGITAL ?LIFEE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SIMULAÇÃO DE PROCESSOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROCESSOS DE SEPARAÇÃO POR MEMBRANAS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REBANHOS DE CORTE E LEITE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MATERIAIS APLICADOS A ENERGIA SOLAR
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA AMBIENTAL, DE GESTÃO E CONTROLE DE QUALIDADE
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS: CAPACITAÇÕES, CONSULTORIAS E EVENTOS
PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING
PREVENÇÃO PARA EQUIPES ESPORTIVAS UFRGS - FISIOTERAPIA
PREVISÃO DE DEMANDA: UM ESTUDO DE CASO NO RAMO DE ENTRETENIMENTO
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO IDOSO
PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NAS COMUNIDADES CASCATA E VILA APARECIDA
PRODUÇÃO ANIMAL EM SISTEMAS AGRO-PASTORIS
PRODUÇÃO DE CORDEIROS - GESTAÇÃO E PARIÇÃO
PRODUÇÃO DE MATERIAIS PSICOEDUCATIVOS: FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO
PRODUÇÃO E MANEJO DE BUBALINOS NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL AGRONÔMICA DA UFRGS
PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS
PROGRAMA CÃES DOADORES DE SANGUE - BANCO DE SANGUE CANINO
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DOS PACIENTES ADULTOS COM TUBERCULOSE DO HCPA
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PARA EDUCADORAS DE BERÇÁRIO
PROGRAMA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS DO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UFRGS (MUCIN)
PROGRAMA DE ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E CULTURAIS DO CECLIMAR/IB/UFRGS
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM BEM-ESTAR E ABATE HUMANITÁRIO DOS ANIMAIS DE AÇOUGUE (AVES, BOVINOS E SUÍNOS)
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELACIONAMENTO DA ESEFID
PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO DO MANEJO PRÉ-ABATE E ABATE DOS ANIMAIS DE AÇOUGUE (AVES, BOVINOS E SUÍNOS)
PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA)
PROGRAMA DE EXTENSÃO LABORATÓRIO DE IMAGEM E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE EXTENSÃO: ESCRITA DA LÍNGUA DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE SURDOS
PROGRAMA DE EXTENSÃO: SONHOS SINAIS
PROGRAMA DE INICIAÇÃO EM PRÁTICA HOSPITALAR DE GRANDES ANIMAIS
PROGRAMA DE INICIAÇÃO EM PRÁTICA HOSPITALAR DO HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS DA UFRGS

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE DEFEITOS CONGÊNITOS (PMDC) DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA JOVEM VETERINÁRIO - PREVENÇÃO E MANEJO DA OBESIDADE EM CÃES E GATOS
PROGRAMA TEKOPORÃ, BEM VIVER E PROMOÇÃO DA SAÚDE
PROJETO 3A - ACOLHER CALOUROS - ACOMPANHAR PERCURSOS - APROXIMAR EGRESSOS
PROJETO ACERVO HISTÓRICO DA EMATER/RS-ASCAR: A MEMÓRIA DOCUMENTAL DA EXTENSÃO RURAL GAÚCHA
PROJETO AMORA: DIÁLOGOS SOBRE O TRABALHO COM PROJETOS DE APRENDIZAGEM
PROJETO ARQUITETÔNICO DE MELHORIAS DA ESCOLA PORTO ALEGRE. CONTINUAÇÃO 2 EPA (MORADORES DE RUA)
PROJETO ATELIER DE CRIAÇÃO CONSTRUÇÃO
PROJETO ATENDIMENTO ACADÊMICO 2016- CICOM/GRÁFICA
PROJETO AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS-LÍNGUAS
PROJETO COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO: GERENCIANDO OS PROCESSOS/2016 COMUNICACIONAIS DA SEAD/ UFRGS PROCAC/ SEAD
PROJETO DE APOIO À EMPRESA JÚNIOR DA ENGENHARIA HÍDRICA - HIDROLÓGICA
PROJETO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E A REFUGIADOS - GAIRE - SAJU
PROJETO DE ASSISTÊNCIA ZOOTÉCNICA INSTITUIÇÕES QUE ABRIGAM FAUNA SILVESTRES
PROJETO DE ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA AS CRIANÇAS DA CRECHE SANTA TEREZINHA
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO NA ÁREA DE FOTOGRAMETRIA: LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM FOTOGRAMETRIA DA UFRGS
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO EM COMBUSTÃO E TRANSFERÊNCIA DE CALOR
PROJETO DE INTERVENÇÃO MOTORA PRECOCE (PIMP)
PROJETO DE ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO EM TERAPÊUTICA INALATÓRIA
PROJETO DE SUPERVISÃO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES - DPERS
PROJETO EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA:DESPERTAR DA COMUNIDADE SÃO PEDRO
PROJETO ORION - EDIÇÃO PILOTO
PROJETO RONDON - OPERAÇÃO PANTANAL 2018
PROJETO RONDON - OPERAÇÃO PARNAÍBA 2019
PROJETO RONDON - OPERAÇÃO VALE DO ACRE
PROJETO VIA : ESPAÇOS TRASMUTÁVEIS
PROMERI - PROGRAMA DE MENTORIA PARA ESTUDANTES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROSA - PROGRAMA SAÚDE DO ATLETA: FISIOTERAPIA DESPORTIVA E EDUCAÇÃO FÍSICA
PRÓTESES E PROTÉTICOS ? TÉCNICAS DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE ? 2016
PRÓTESES E PROTÉTICOS PARA O CURSO DE ODONTOLOGIA
PS EMPRESA JUNIOR
QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM ARTRITE REUMATÓIDE EM USO DE IMUNOBIOLOGICOS
QUALIDADE E INOCUIDADE DE PRODUTOS FATIADOS EM REDES DE SUPERMERCADOS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - RS
QUALIDADES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS EM CONSERVAS DE ALIMENTOS DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

QUALIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DO QUEIJO ARTESANAL SERRANO PRODUZIDO NA REGIÃO DE ABRA
RADIOANÁLISE DE PRODUTOS DESTINADOS À EXPORTAÇÃO
REABILITAÇÃO ARQUITETÔNICA DA KSA ROSA. PROJETO E EXECUÇÃO
REABILITAÇÃO DO ASSOALHO PÉLVICO MASCULINO
REABILITAÇÃO EM LINGUAGEM E COGNIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE AFÁSICOS DO RIO GRANDE DO SUL
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES: UMA PARCERIA ENTRE A FISIOTERAPIA/UFRGS E O INSS
READEQUAÇÃO DO HORTO ECOLÓGICO CRUZEIRO DO SUL
REAFIN - PROGRAMA DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL
RECICLANDO O SABER NAS COMUNIDADES E NAS ESCOLAS DO CAMPO
REDE DE ASSESSORIA EMPRESARIAL - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
REDE DE MUSEUS E ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA UFRGS
REDE DE SOLIDARIEDADE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM A PANDEPI- DEMIA DE COVID19
REDE INTERSETORIAL DE CUIDADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - TEKO PORÃ, BEM VIVER E SAÚDE
REFORMA ARQUITETÔNICA E DIREITO À MORADIA PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA KALIÇA
REORGANIZANDO AS ECONOMIAS LOCAIS E PROMOVENDO A ORGANIZAÇÃO COMU- NITÁRIA: PROCESSOS FORMATIVOS.
RESGATE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO SALA- DEIRO SAN CARLOS, QUARAÍ/ RS
RESTAURAÇÃO DE DENTES TRATADOS ENDODONTICAMENTE
REVISTA PERSPECTIVA
REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS NITEROI E RIO BRANCO. CANOAS. TRENSURB
REVITALIZAÇÃO DO MUSEU CLAUDIO JOB
RODAS DE RAP (RITMOS, ADOLECÊNCIA E POESIA): DOS MUROS À MUSICALIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO
RODAS DE SONHOS NA SOCIOEDUCAÇÃO
SABIO EMPREENDEDOR
SALVAMENTO DO ACERVO PESSOAL DE JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL
SANIDADE EM GATOS MANTIDOS EM ABRIGOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS
SANIDADE PARASITÁRIA NOS ZOOLOGICOS MUNICIPAIS DE CACHOEIRA DO SUL E CANOAS
SAÚDE AUDITIVA NA ESCOLA
SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E A INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE E SERVIÇOS DE SAÚDE
SAÚDE DO ATLETA DE FUTEBOL AMERICANO
SAÚDE DO TRABALHADOR E SEGURANÇA NOS PROCESSOS
SAÚDE E CIDADANIA: INTEGRAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA UFRGS E UNI- DADE BÁSICA DE SAÚDE SANTA CECÍLIA
SAÚDE EM CONTEXTO INTERCULTURAL: OS POVOS INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL
SAÚDE MENTAL NO TERRITÓRIO: O DOMICILIO COMO FOCO DE ATENÇÃO
SEGUIMENTO DE PACIENTES APÓS ALTA AMBULATORIAL DO SERVIÇO DE NEFRO- LOGIA DO HCPA ENCAMINHADOS À REDE BÁSICA DE SAÚDE
SELEÇÃO UNIVERSITÁRIA DE KARATE

SEMEAR: ASSESSORIA A POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E DIAGNÓSTICO MICROBIOLÓGICO CONVENCIONAL E MOLECULAR
SERVIÇO DE ATENDIMENTO CLÍNICO À PEQUENOS RUMINANTES
SERVIÇO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL E INTENSIVISMO EM MEDICINA VETERINÁRIA
SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR EM BOVINOS DE CORTE
SERVIÇO DE BIOÉTICA CLÍNICA VETERINÁRIA
SERVIÇO DE CIRURGIA ONCOLÓGICA E TÉCNICAS RECONSTRUTIVAS
SERVIÇO DE CONTROLE DA DOR - HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DAS PROTOZOOSSES GASTROINTESTINAIS DOS ANIMAIS SILVESTRES ATENDIDOS NO PRESERVA
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS BACTERIANAS - LABACVET
SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DE INFECÇÕES CAUSADAS POR ACANTHAMOEBA SPP
SERVIÇO DE NEUROLOGIA VETERINÁRIA - HCV
SERVIÇO DE OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS DA UFRGS
SERVIÇO DE ONCOLOGIA VETERINÁRIA - ONCOVET UFRGS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
SERVIÇO DE SUPORTE CLÍNICO EM ONCOLOGIA AOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO HCV/UFRGS
SERVIÇO DE TOXICOLOGIA VETERINÁRIA
SIG PARTICIPATIVO PARA O APOIO À GESTÃO E TOMADA DE DECISÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM
SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE TERATÓGENOS
SITE SOBRE MINERAIS AO MICROSCÓPIO
SUBSÍDIOS GEOTECNOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DE ETNOMAPEAMENTO DA COMUNIDADE MBYÁ-GUARANI DA TEKOA ANHETENGUÁ
SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE BANHADO DOS PACHECOS
SUPER 8: PESQUISA E USO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA
SUPORTE AO PROPRIETÁRIO DO PACIENTE QUE SOFRE DE CRISES EPILÉTICAS
TAMBORES DE OXUM: EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO QUILOMBO DOS ALPES/PORTO ALEGRE - RS
TECNOLOGIAS DE CUIDADO AO RECÉM-NASCIDO: AVANÇOS E INOVAÇÕES
TERRITORIALIDADES ORIGINÁRIAS E POLÍTICAS INDIGENISTAS NO RIO GRANDE DO SUL (SEC. XXI)
TERRITÓRIO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO QUILOMBO DOS ALPES
TESOUROS DE PAPEL
TESTAR EM MELIPONICULTORES DIFERENTES MÉTODOS DE CONSERVAÇÃO DE MEL DE ABELHAS SEM FERRO NO RS
TESTE DA LINGUINHA : PROTOCOLO CIRÚRGICO
TEXTUALIZA - EMPRESA JÚNIOR DO BACHARELADO EM LETRAS
TINTA FRESCA [FILOSOFIA NÔMADE COMO SAÚDE]
TRATAMENTO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA CEEE
TRAUMA DENTAL
TREINAMENTO DE FORÇA E CARDIOVASCULAR EM IDOSOS
TREINAMENTO EM PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA
TRILHAS - DESENVOLVIMENTO INFANTIL

TUTORIA PARA O MÉDICO RESIDENTE DE PEDIATRIA DO HCPA
UFRGS LITORAL NA SOCIEDADE
UFRGS SOLIDÁRIA 2015/2016:ASSESSORIA A ESCOLAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS PARA A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM
UNBRAL FRONTEIRAS ? DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
UNITI - UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE
UNIVERSIDADE ABERTA PARA PESSOAS IDOSAS - UNAPI/UFRGS
UNIVERSIDADE INTERCULTURAL: PROMOVENDO INTERAPRENDIZAGENS
UNIVERSIDADE, INTERCULTURALIDADE E POLÍTICAS INCLUSIVAS
URGÊNCIA ODONTOLÓGICA
USO DE INDICADORES BIOLÓGICOS NA VALIDAÇÃO DO PROCESSO DE ESTIRILIZAÇÃO DE INSTRUMENTO E PRODUTOS
VALORIZAÇÃO DA GEODIVERSIDADE NO PARQUE MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, MS
VIABILIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA SUINOCULTURA
VIABILIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE CADEIAS PRODUTIVAS
VIDAS EM MOVIMENTO: ATIVIDADE FÍSICA NA UBS SANTA CECÍLIA/HOSPITAL DE CLÍNICAS
VIDEOAULAS DE MINERAIS AO MICROSCÓPIO NO YOUTUBE
VÍDEOS SOBRE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS PARA USUÁRIAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS
VII BRINCANDO DE CAPOEIRA
VIVÊNCIAS PRÁTICAS EM MEDICINA VETERINÁRIA
VOLEIBOL INFANTIL
WIKIESCOLAS: MAPEAMENTO COLABORATIVO E DIÁLOGOS ENTRE UNIVERSIDADE-ESCOLA-COMUNIDADE
XIII PROJETO DE JOGGING AQUÁTICO TREINAMENTO
XX ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ALIMENTOS 2018 - QUALIDADE DE ALIMENTOS
MODALIDADE: CONSULTORIA
3A PESQUISA DE OPINIAO SOBRE O TCE RS
ACERVOS DA REMAM: QUALIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO
ACOLHIMENTO DA ACADEMIA RIO GRANDENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA NA FAVET
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA EMPREENDEDORES: UM ESTUDO DE CASO
ANÁLISE DO MERCADO DE CARNE OVINA - POA - SANTA MARIA E CAXIAS DO SUL
ANÁLISE, PROJETO E REFORÇO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO
APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS EMERGENTES NO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS
APOIO AO ENSINO REMOTO NO INSTITUTO DE LETRAS
APOIO TÉCNICO SISTEMATIZADO À JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSOS POR MEDICAMENTOS, PROCEDIMENTOS E/OU INSUMOS MÉDICOS
ASSESSORIA ARTÍSTICA, PEDAGÓGICA E DE GESTÃO AO DIVERSOS CORPOS DANÇANTES.
ATELIER DE FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO EM SAÚDE E TRABALHO
AVALIAÇÃO DA MORTALIDADE DE VERTEBRADOS EM RODOVIAS E FERROVIAS E PLANEJAMENTO DA MITIGAÇÃO 2019-2020
AVALIAÇÃO PEDAGOGICA DE OBRAS DIDÁTICAS - GEOGRAFIA - ENSINO MÉDIO
CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
CAPACITAÇÃO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DE EMPRESAS LIGADAS À ÁREA DE COURO, PROCESSOS QUÍMICOS E MEIO AMBIENTE

COLETIVO DE FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO EM ANÁLISE INSTITUCIONAL
CONSULTORIA SOCIAL
DESENVOLVIMENTO E REVISÃO TEXTUAL DE INSTRUMENTOS AVALIATIVOS
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS E BACTERIANAS EM GRANDES RUMINANTES
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA APA DO BANHADO GRANDE/RS
DISCUSSÃO DE CASOS DE NEUROPATOLOGIA
EALI - EMPRESA JÚNIOR DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE ALIMENTOS
ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE COMPETÊNCIAS DO MAGISTRADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EME JR - ENGENHARIA DE MATERIAIS EMPREENDIMENTOS
EMPRESA JR QUIMLABOR
EMPRESA JÚNIOR - ENGENHARIA DE ENERGIA
EMPRESA JÚNIOR - EQUILÍBRIO ASSESSORIA ECONÔMICA
EMPRESA JÚNIOR OTIMIZA ASSESSORIA EM ENGENHARIA
EP EMPRESA JÚNIOR
ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO E OS INDICADORES DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO RS
ESTUDOS HIDROLÓGICOS E HIDRÁULICOS PARA VERIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS DE INUNDAÇÃO COMPLEXO LAGO DOUR EM STA CRUZ
FISIOTERAPIA EM MASTOLOGIA ONCOLÓGICA: DA PREVENÇÃO AO TRATAMENTO
GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO DE BOVINOS DE LEITE NA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU CANADÁ
GESTÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA UFRGS
IDENTIFICAÇÃO DE CASOS CONFIRMADOS DE CÂNCER NO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE.
INSPEÇÃO E INTEGRIDADE ESTRUTURAL DE DUTOS E COMPONENTES INDUSTRIAIS
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL: FORMAÇÃO DO MUSEU DO IAB-RS - PIONEIRO NO PAÍS
INTERAÇÃO ENTRE UFRGS E INJUI PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA DA SEGURANÇA CONTRA
INTERAÇÃO ENTRE UFRGS E UCS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NA ÁREA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
INTERAÇÃO PARA A CAPACITAÇÃO E O ASSESSORAMENTO DO GRUPO GESTOR PARA ELABORAÇÃO DO PMGIRS DO MUNICÍPIO DE IJUÍ-RS
INTERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
LIGA DE MERCADO FINANCEIRO UFRGS
METODOLOGIAS INTERNACIONAIS PARA GESTÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS - MARS E MUSECOM
MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES ENTÉRICAS DE BOVINOS E OVINOS EM PASTEJO
NÍVEL SOCIECONÔMICO DO PRODUTOR DE TABACO NA REGIÃO SUL DO BRASIL
NOVAS ROTINAS NO DIAGNÓSTICO MICROBIOLÓGICO
PESCA NO LITORAL NORTE
POTENCIALIZANDO COLETIVOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR NA UFRGS
PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DISCENTES DA FACULDADE DE DIREITO NA IV TAX MOOT COMPETITION
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE DESIGN E SELEÇÃO DE MATERIAIS - LDSM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PALESTRAS E CONSULTORIAS EM ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS E IMUNOLÓGICAS

PRODUÇÃO TEXTUAL, REVISÃO TEXTUAL E DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS AVALIATIVOS
PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL
PROJETO DE GESTÃO DE RECURSOS PPGCF
PROJETO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE ENGENHARIA CIVIL PARA APLICAÇÃO NA ÁREA DE GEOTECNIA, ESTRUTURAS E
RELEITURA DOS FUNDOS DOCUMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PORTO ALEGRE (1892-1955)
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ/RS
REVISÃO PLANO DIRETOR E PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SÃO JOSÉ DO NORTE
SEMINÁRIOS SOBRE PRÁTICA PEDIÁTRICA NA COMUNIDADE
SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO
SUPERVISÃO DE CASOS EM AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL PARA SUSPEITA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
SUPERVISÃO E ATENDIMENTOS DE CASOS EM AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL PARA SUSPEITA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
SUPORTE TÉCNICO - PESQUISA REGIÃO SUL DO BRASIL - AFUBRA
TRANSFORMAÇÃO GENÉTICA DE PLANTAS NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2020a)